

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFESSOR POSSIDÔNIO QUEIROZ



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA

Oeiras (PI), fevereiro de 2023

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Governador do Estado

Rafael Fonteles

Reitor

Prof. Dr. Evandro Alberto de Sousa

Vice-Reitor

Prof. Dr. Jesus Antônio de Carvalho

Pró-Reitora de Ensino e Graduação – PREG

Profa. Dra. Mônica Maria Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – PROP

Prof. Dr. Raurys Alencar

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX

Profa. Dra. Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Administração e Finanças – PRAD

Profa. Dra. Fábila de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças – PROPLAN

Prof. Dr. Lucídio Beserra Primo

CENTRO / CAMPUS

Possidônio Queiroz

Diretor

Prof. Dr. Harlon Homem de Lacerda Sousa

Coordenadora do Curso de História

Profa Dra. Gabriela Berthou de Almeida

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Profa Dra. Débora Strieder Kreuz

Profa. Ma. Diná Schmidt

Profa Dra. Gabriela Berthou de Almeida

Prof. Me. Ítalo José de Sousa

Prof. Dr. Reginaldo Sousa Chaves

Prof. Dr. Thiago Reisdorfer

COLABORAÇÃO

Chrigor Augusto Libério

Profa. Ma. Valderlany Mendes Dantas

Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza

Professores/as Efetivos/as do Curso

Profa. Dra. Débora Strieder Kreuz

Profa. Ma. Diná Schmidt

Profa. Dra. Gabriela Berthou de Almeida

Prof. Me. Ítalo José de Sousa

Profa. Ma. Pedrina Nunes Araújo

Prof. Dr. Reginaldo Sousa Chaves

Prof. Dr. Thiago Reisdorfer

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO	6
1 APRESENTAÇÃO.....	6
2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI	7
3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	9
CAPÍTULO II - DO CURSO.....	12
1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	12
2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO	12
3 OBJETIVOS DO CURSO.....	14
4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	26
5 ESTRUTURA CURRICULAR.....	27
6 CONTEÚDOS CURRICULARES	29
7 METODOLOGIA.....	98
8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	107
9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE	117
10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	120
11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	123
12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO	125
13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	126
14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	128
15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	129
16 AVALIAÇÃO	130
17 ANEXOS.....	137

APRESENTAÇÃO

O presente documento traz a público o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, *campus* Professor Possidônio Queiroz, situado no município de Oeiras/Piauí. É resultado de um trabalho coletivo, construído a partir de um diálogo constante entre corpo docente e discente. Ao longo do processo, foram estabelecidos eixos centrais que orientaram os trabalhos: I- a atenção com a realidade específica do curso e com lugar onde ele está inserido; II- a escuta das demandas estudantis e de egressos; III- a adequação à legislação Federal e Estadual, bem como as resoluções da IES; IV- as exigências atuais para atuação profissional de um/a professor/a e pesquisador/a na área de História.

Parte importante das reflexões que resultaram no documento ocorreram no âmbito do “Fórum de Discussões sobre Currículo e PPC de História - Floriano/Oeiras”. Ao longo do segundo semestre de 2020, os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Licenciatura em História da UESPI de Floriano e Oeiras e as representações estudantis se reuniram diversas vezes. Podemos destacar os seguintes temas de estudo e debate: a Base Nacional Comum-Formação Docente, as mudanças no currículo da educação básica do Estado do Piauí orientadas pela Base Nacional Comum Curricular, as estratégias para Curricularização da Extensão e as possibilidades de aprimoramento da prática como componente curricular.

Um elemento que merece ser destacado é o compromisso do Núcleo Docente Estruturante em construir um Projeto Político-Pedagógico do Curso assentado nas bases democráticas, comprometido com os direitos humanos e com o combate dos estereótipos e das exclusões históricas atrelados ao racismo e ao gênero. Ainda que reconheçamos a necessidade de ampliar e intensificar tais ações e discussões, considera-se que, no conjunto das componentes curriculares, foi possível materializar algumas das demandas. Outra preocupação que balizou a construção do PPC foi colaborar para promoção da integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na Universidade Estadual do Piauí.

A partir de tais compromissos e das normativas legais, o curso de Licenciatura em História da UESPI, *campus* de Oeiras, estabeleceu como objetivo central formar profissionais capacitados para atuar no ensino de História e na pesquisa, de maneira a mobilizar as competências concernentes à disciplina, atuando enquanto sujeitos críticos na sua realidade. O texto deste documento procura, portanto, abordar de forma detida o processo formativo assegurado ao longo do curso de Licenciatura em História.

CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí, pessoa jurídica de direito público com CNPJ nº 07.471.758/0001-57. Fundada através da Lei 3.967 de 16/11/84 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Decreto Nº 9.844 de 08/01/1998. Através do Decreto-Lei Nº 042, de 9 de setembro de 1991, a UESPI foi instituída como uma Instituição Superior Multicampi, criando, portanto, unidades em Teresina, Picos, Floriano e Parnaíba. Posteriormente, foram criados novos *Campi*, distribuindo a UESPI nos 11 Territórios de Desenvolvimento do Piauí (SEPLAN, 2007). Possui *Campus* sede localizado na Rua João Cabral, 2231, Bairro Pirajá, zona Norte de Teresina – PI, CEP 64002-150.

A IES apresenta uma forte identidade regional, atendendo a uma demanda de formação de profissionais de nível superior com reconhecida competência. A UESPI assume o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural do estado do Piauí, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente encontram-se em funcionamento 109 (cento e nove) cursos de Graduação presenciais e 07 (sete) na modalidade a distância. Sua Pós-Graduação está estruturada em 14 (quatorze) cursos *Lato sensu*, 10 (dez) cursos *Stricto sensu* (2 doutorados e 8 (oito) mestrados), 02 (dois) cursos de Residências multiprofissional e 12 (doze) de Residências médicas.

Para viabilizar seu projeto Institucional, a UESPI pauta-se nos princípios básicos que se constituem nos referenciais para o desenvolvimento de um projeto baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

A UESPI está integrada à comunidade piauiense para detectar a necessidade de ampliação da oferta de cursos, através da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ofereçam oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, artístico, cultural, científico e tecnológico para a região. Nessa perspectiva, a IES estabelece parcerias com outras Instituições, fortalecendo o compromisso de apoio ao desenvolvimento e socialização do saber.

Para tornar sua missão factível, a UESPI investe na formação e na contratação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com as demandas sociais regionais. Esses

profissionais são capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população piauiense.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI levou em consideração o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. Para atender às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo modelo econômico vigente, a IES definiu como seus objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimentos, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI

A UESPI está sediada no Estado do Piauí e distribuída em 12 (doze) *Campi*, 1 (um) Núcleo, 26 (vinte e seis) Polos de Educação a Distância – UAB, 120 (cento e vinte) Polos de Educação a Distância – UAPI e 26 Polos de oferta de cursos na modalidade PARFOR. O estado do Piauí está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população estimada de 3.289.290 habitantes (IBGE - 2021). Limitado pelas margens do rio Parnaíba e pela Serra da

Ibiapaba, exerce uma forte influência sobre os municípios dos estados vizinhos Maranhão e Ceará. A população sobre a área de influência do Piauí oscila em torno de 4.650.000 habitantes, considerando os municípios do Maranhão e do Ceará que se localizam a até 100 km das fronteiras do Piauí (IBGE, 2014).

Os dados da educação no Estado são bastante preocupantes. Segundo estimativas do IBGE, em 2015 um total de 132.757 piauienses possuíam curso superior completo, representando apenas 4,14% do contingente populacional do Estado. Mais grave ainda é que, do total estimado da população, apenas 0,18% dos que possuem curso superior completo são negros, evidenciando uma enorme desigualdade nas oportunidades de qualificação profissional no Estado (IBGE, 2015). Considerando-se ainda os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, apenas 9,12% dos piauienses estão matriculados na educação superior. Dados da pós-graduação revelam, igualmente, indicadores desfavoráveis ao desenvolvimento do Estado, já que apenas 1,63% dos piauienses possuem pós-graduação (IBGE, 2015).

O levantamento do último Censo da Educação Superior consolidado (INEP, 2014) mostrou que o Piauí possui 39 Instituições de Ensino Superior - IES. Dessas, apenas três são públicas – duas Federais e uma Estadual –. Essas IES ofertam 21.765 vagas anuais e possuem 113.069 alunos matriculados em 426 cursos de graduação. Desses, um total de 52.929 estão matriculados nas IES públicas, sendo 17.313 na UESPI. Nesse cenário, a UESPI teve em 2014 um total de 4.118 vagas para ingressantes e um total de 2.634 concluintes. Isso significa que a taxa de conclusão na Universidade Estadual está estabilizada em 63% - a maior do Estado do Piauí dentre todas as IES (PDI/UESPI, 2017-2021).

Outro desafio do Piauí, além de ampliar o acesso à educação superior, é combater a evasão escolar nos diferentes níveis. Em 2015, dados do IBGE apontavam para um total de 571.444 piauienses que frequentavam o Ensino Fundamental. Desse total, apenas 162.170 passavam a frequentar o Ensino Médio e 95.244 a Educação Superior. A taxa de evasão na Educação Superior é, também, bastante preocupante. Cerca de 37,8% dos piauienses que se matriculam na Educação Superior abandonam seus cursos antes de dois anos (IBGE, 2015). Vários fatores concorrem para isso, dentre eles: necessidade de contribuir para a renda familiar, incompatibilidade dos horários de estudo com o de trabalho, dificuldade de arcar com os custos da educação superior – IES privadas, falta de perspectivas da profissão escolhida na região de oferta.

Com efeito, a recomendação da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2015) – Emenda Constitucional No. 59/2009 – e do Plano Estadual de Educação (PEE, 2015) – Lei Estadual No. 6.733/2015 – é de prover, até o final da década, a oferta de Educação Superior

para, pelo menos, 50% da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Essa meta é extremamente desafiadora e faz parte do compromisso do Estado brasileiro em melhorar esse indicador que está longe da realidade de outros países da América Latina (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2011). Esse desafio torna-se ainda maior quando se analisa a realidade dos Estados das Regiões Norte e Nordeste. No caso do Piauí, a taxa líquida de jovens na Educação Superior é de 9,13% e o cenário se mostra favorável à UESPI que está apta a contribuir com a Estratégia 12.1 da Meta 12 do PNE e do PEE. Tal estratégia prevê a consolidação e ampliação de 40% de novas matrículas na Educação Superior até 2024. A UESPI, como já mencionado, possui uma grande capilaridade no Estado e atinge todos os Territórios de Desenvolvimento do Piauí.

Nesse cenário, a UESPI passa a ser um elemento governamental estratégico para que o Piauí cumpra a Meta 12 do PNE e do PEE, criando oportunidade de estudo e qualificação para uma significativa parcela da população piauiense que possui dificuldade de acesso às vagas no Ensino Superior. Isso está alinhado ao PNE 2015 e ao PEE 2015, que preveem como estratégias de ampliação da oferta de vagas para a Educação Superior a otimização da estrutura e dos recursos humanos instalados, expansão e interiorização da rede pública de Educação Superior e ampliação da formação de professores/as da Educação Básica.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI tem sua origem vinculada ao Centro de Ensino Superior – CESP, que foi criado em 1984 como entidade mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, criada pela Lei Estadual Nº 3.967/1984 e pelo Decreto Estadual Nº 6.096/1984. O CESP era o órgão da FADEP com o objetivo de formar Recursos Humanos de nível superior, impulsionando, apoiando e concretizando as ações acadêmicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 1986, o CESP realizou o primeiro vestibular, com a oferta de 240 vagas distribuídas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Licenciatura em Ciências/Biologia, Licenciatura em Ciências/Matemática, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Letras/Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas. Do total de vagas ofertadas, apenas os referentes ao curso de Bacharelado em Administração de Empresas eram voltados à população em geral. As demais eram direcionadas a professores/as da educação básica.

Ao longo dos anos, o Poder Executivo Estadual proporcionou as condições necessárias à instalação e ao regular funcionamento do CESP como UESPI. Através do Decreto Federal nº

042 de 25 de fevereiro de 1993, foi autorizado o funcionamento da UESPI em estrutura multicampi, com sede em Teresina – *Campus* do Pirajá. Foram também instalados, nesse período, os *Campi* de Corrente, Floriano, Parnaíba e Picos.

A partir de então, a UESPI passou por uma fase de ajustamento, com um processo contínuo de interiorização e de ampliação dos cursos ofertados. Em 1º de dezembro de 1995, foi aprovado o novo Estatuto, criando a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI. Nessa mesma ocasião, passou a funcionar o *Campus* de São Raimundo Nonato.

Os demais *Campi* permanentes foram criados nos anos seguintes à aprovação do Estatuto: Bom Jesus (Decreto-Estadual nº 10.252, 17/02/2000), Oeiras (Decreto Estadual nº 10.239, 24/01/2000), Piripiri (Lei Estadual nº 5.500/2005, 11/10/2005), Campo Maior (Lei Estadual nº 5.358/2003, 11/12/2003), Uruçuí (Resolução CONDIR no 005/2002) e o *Campus* da Região Sudeste de Teresina (Decreto nº 10.690, de 13/11/2001) – atualmente *Campus* “Clóvis Moura”.

O Estatuto da UESPI sofreu diversas alterações que visaram a adequá-lo à ampliação determinada pela oferta de novos cursos, bem como à nova estrutura de 04 (quatro) Centros de Ciências no *Campus* “Poeta Torquato Neto”: Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências Biológicas e Agrárias (CCBA) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e de 02 (duas) Faculdades: Ciências Médicas (FACIME), em Teresina, e Odontologia e Enfermagem (FACOE), em Parnaíba.

Em 2004, ocorreu o processo de discussão dos novos estatutos: da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com a participação de representantes de todos os segmentos universitários. Os Estatutos foram aprovados e oficializados mediante os Decretos Estaduais de 29/07/2005: nº 11.830 – FUESPI e nº 11.831 - UESPI, respectivamente.

O Estatuto aprovado pelo CONSUN, em 29/07/2005, confirmou a criação do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras) e do CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas). Este novo Estatuto permitiu a realização, em novembro de 2005, da primeira eleição para Reitor/a e Vice-reitor/a da Instituição. A segunda eleição para Reitor/a e Vice-reitor(a) foi realizada em 2009, tornando-se essa prática instituída no cotidiano da UESPI, com eleição também de Diretores/as de Centro e de *Campus* e Coordenadores/as de Curso, desde 2005.

De 2006 a 2009 foram efetivados novos ajustes na estrutura da UESPI, com a criação, no *Campus* “Poeta Torquato Neto”, do CCN (Centro de Ciências da Natureza), do CCECA (Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes), do CTU (Centro de Ciências

Tecnológicas e Urbanismo), do CCA (Centro de Ciências Agrárias) em União. A FACIME recebeu a denominação de CCS (Centro de Ciências da Saúde).

Em 2005, a UESPI concorreu ao Edital do Ministério da Educação (MEC) para participar do Programa de Formação Superior Inicial e Continuada – Universidade Aberta do Brasil e passou a ser instituição cadastrada para ofertar Cursos à Distância, através do núcleo do EAD (Ensino a Distância), instituído em 2010. Em 2010, a UESPI concorreu ao Edital do MEC para participar do Plano Nacional de Formação de Professores/as da Educação Básica (PARFOR), e foi credenciada junto à CAPES para ofertar cursos de Licenciatura em todo o Estado do Piauí. Ao participar deste programa, a UESPI confirma a sua vocação de formadora de educadores/as nas diversas áreas do conhecimento.

As realizações efetivadas nos últimos anos de existência da UESPI demonstram o compromisso da Instituição em disponibilizar para a sociedade cursos e serviços de qualidade, buscando a excelência, sempre com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Piauí. A discussão e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é uma medida que reflete a preocupação em traçar objetivos para o desenvolvimento desta instituição, no intuito de colaborar para que ela cumpra efetivamente a sua missão.

O Projeto de Lei Complementar, em tramitação no Poder Legislativo Estadual, propõe uma nova organização e gestão administrativa em atendimento às demandas aprovadas, para os territórios de desenvolvimento do Estado, apresentadas pela Lei Complementar Nº 87/2007. Essa nova organização é o cerne do PDI apresentado para o quinquênio 2017-2021.

CAPÍTULO II - DO CURSO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- **1.1 Denominação:** Licenciatura em História
- **1.2 Área:** Ciências Humanas
- **1.3 Situação jurídico-institucional:** O curso está autorizado pela portaria CEE Nº 004 de janeiro de 2014. Decreto do Governo Estadual N 15.530, de 11 de fevereiro de 2014. A UESPI está credenciada junto ao Ministério da Educação – Lei estadual nº 4230 de 01 de agosto de 1988 e oferece ensino de Graduação e Pós-graduação.
- **1.4 Regime acadêmico**
 - **1.4.1 Regime de oferta e matrícula:** Regime seriado semestral (primeiro semestre) - presencial
 - **1.4.2 Total de vagas:** 50 vagas anuais/semestrais
 - **1.4.3. Carga horária total para integralização:** 3.520 horas
 - **1.4.4 Tempo para integralização**
 - MÍNIMO: 8 semestres
 - MÁXIMO: 16 semestres
 - **1.4.5 Turnos de oferecimento:** Manhã, tarde, noite
 - **1.4.6 Quantidade de alunos/as por turma**
 - 50 alunos/as por turma durante a realização das aulas/atividades teóricas;
 - 50 alunos/as por turma durante a realização das aulas/atividades práticas.
 - **1.4.7 Requisitos de acesso:**
 - Conclusão do Ensino Médio e aprovação/classificação em processo seletivo, em conformidade com o Regimento Geral e com os editais da IES;
 - Ingresso como portador de diploma de nível superior ou através de transferência intercampi e facultativa de outras IES, de acordo com o Regimento Geral da UESPI.

2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO

2. 1 Contexto educacional

O município de Oeiras, da Microrregião de Picos, localizado no sudeste do Piauí a 256 quilômetros de Teresina capital do Estado do Piauí, possui uma área territorial de 2.702,493 km². Em termos demográficos apresenta uma população estimada em 36.266 habitantes (IBGE,

2014). Vizinho dos municípios de Colônia do Piauí, São João da Varjota e Canavieira, Oeiras se situa a 73 km ao Norte-Oeste de Picos – a maior cidade nos arredores.

Com efeito, o centro urbano de Oeiras tem sua emergência histórica no período colonial tendo sido capital da Capitania de São José do Piauí entre 1758 e 1852. Nesse sentido, a *urbe* tem um longo passado que pode ser pensado a partir de seu rico patrimônio. Por sua riqueza histórico-cultural, ela foi tombada pelo IPHAN em 2012. A cidade possui ainda importantes instituições culturais como o Museu de Arte Sacra, o Centro Cultural Major Selemérico e o Instituto Histórico de Oeiras (IHO).

Oeiras apresenta hoje, segundo o último censo do IBGE, um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,634. As crianças e jovens matriculados na rede pública correspondem a um total de 5.649 no ensino fundamental e 1.946 no ensino médio. Os discentes estão distribuídos em 47 estabelecimentos de ensino municipais e estaduais. As notas do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) no ensino fundamental municipal são: ensino fundamental anos iniciais 7,1; ensino fundamental anos finais 5,5. Esses dados da educação mantida pelo poder municipal tem sido objeto de reconhecimento nacional e internacional. Entretanto, é necessário destacar que os números não são homogêneos, já que a meta no IDEB de 5.0 (2017) do Ensino Fundamental II atingiu a nota 5.5 – ultrapassando a meta. Porém, essa nota não alcançou o índice global de 6.0. Nas escolas mantidas pelo Estado, temos os seguintes índices: ensino fundamental anos finais 4,8; ensino médio 3,7. A rede estadual ainda não encontrou o mesmo desempenho e projeção das escolas municipais. A nota do IDEB ainda está longe da meta nacional (6.0) para 2022.

A Universidade Estadual do Piauí (UESPI) tem um papel fundamental na promoção de melhorias na educação básica da cidade e região na medida em que é a responsável pela formação da maioria dos/as professores/as de História que atuam na SEDUC (Secretaria de Estado da Educação/8ª GRE) e na SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Oeiras). Nesse sentido, o Curso de História coopera para melhorar as estatísticas e a qualidade da educação na cidade, contribuindo para tornar mais consistentes os processos de ensino-aprendizagem na rede estadual e municipal e, por conseguinte, melhorar os índices do IDEB.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2010), a cidade de Oeiras é caracterizada por ter uma população jovem na qual as pessoas com até 24 anos de idade ainda constituem a faixa mais numerosa da população. A análise dos dados do Censo Demográfico possibilita identificar que o município de Oeiras, por apresentar uma população jovem, deve fazer fortes investimentos na área da educação para garantir um bom crescimento e desenvolvimento na área econômica e social, preparando-os para o futuro. Assim, observa-se que a implantação de

novos cursos e vagas em universidades públicas faz parte destes investimentos colaborando para a inclusão dos jovens na educação superior.

Finalmente, o Curso de Licenciatura em História da cidade de Oeiras tem efeitos positivos mais amplos para a cidade: democratização da educação de qualidade; melhoria da qualificação profissional e de rendimentos; aumento do IDH; exercício consciente da cidadania, dentre outros. Podemos destacar ainda o impacto mais geral na educação básica do Território do Vale do Canindé onde Oeiras está inserida.¹ Isso ocorre na medida em que os graduados em História atuam não apenas no espaço urbano oeirense, mas também nas cidades da região.

Do ponto de vista da área de História, o Curso de Licenciatura promove um movimento, oriundo da educação superior e básica, de compreensão crítica do passado do Piauí e da cidade de Oeiras. A *urbe* oeirense possui um rico processo histórico desde os tempos coloniais, com seu reconhecido patrimônio histórico e cultural: igrejas centenárias, casarões, prédios em *art déco*, etc. O desenvolvimento apoiado do ensino de História acarreta na formação de profissionais na área de História com experiência fortalecida na efetivação de uma educação baseada na promoção da capacidade de compreender a historicidade da realidade oeirense e brasileira que o cerca e, inclusive, da sua própria.

O funcionamento do Curso de Licenciatura em História promove ainda o exercício da cidadania baseado na autonomia intelectual, responsabilidade, consciência socioambiental, ética, valorização identitária, etc. O processo de ensino-aprendizagem encontra êxito na medida em que há a promoção da formação do/a professor/a pesquisador/a que articula prática em sala de aula, reflexões teórica, metodológica e didático-pedagógica.

3 OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Geral

A partir das normativas legais, o curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras tem por objetivo formar profissionais capacitados para atuar no ensino de História e na pesquisa, de maneira a mobilizar as competências concernentes à disciplina, atuando enquanto sujeitos críticos na sua realidade.

¹ O Território da Cidadania Vale do Canindé é composto por 17 municípios piauienses: Bela Vista do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Campinas do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santo Inácio do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Simplicio Mendes, Tanque do Piauí e Wall Ferraz.

3.2 Específicos

O Curso de Licenciatura em História da UESPI se propõe a:

- Formar profissionais capazes de apreender e mobilizar os diferentes conceitos que compõem a disciplina e aplicá-los nos diferentes contextos de análise;
- Construir um espaço de aprendizagem em que a tríade ensino-pesquisa-extensão esteja articulada tanto na prática de pesquisa como na docente;
- Fomentar a análise crítico-reflexiva do entorno em que o professor/a-pesquisador/a estará inserido, a partir do questionamento constante acerca das estruturas que compõem a sociedade;
- Formar profissionais comprometidos com a defesa dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito;
- Incentivar o desenvolvimento de uma prática docente preocupada com a atualização de conhecimentos teóricos, metodológicos e didáticos e com a formação continuada.
- Compreender e historicizar a diversidade cultural que compõe as diferentes sociedades no tempo e no espaço, estabelecendo estratégias de ensino e pesquisa;
- Formar profissionais habilitados para promover reflexões transversais sobre os temas relacionados a perspectivas de gênero; raça e meio-ambiente.
- Desenvolver a habilidade de mobilização, análise e utilização de fontes históricas para a pesquisa e, também, para a construção de estratégias de ensino/aprendizagem.
- Formar profissionais capazes de dialogar com as novas tecnologias de informação transformando-as em ferramentas privilegiadas de (re)leituras do mundo para seus estudantes.

A formação do/a professor/a de História na UESPI está alinhada ao disposto nas normas legais para cursos de Licenciatura em História e à legislação para a educação superior. O curso objetiva dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas, de acordo com a resolução do CNE nº2 de 2019 (BNC-formação):

Competências gerais docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do/a estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.

3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o/a estudante possa ampliar seu repertório cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o/a estudante amplie seu modelo de expressão ao compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos/as estudantes.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando

decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Competências Específicas:

1 DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL

1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.

Habilidades:

- 1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.
- 1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.
- 1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.
- 1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos/as estudantes;
- 1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a inter-relação da área com os demais componentes curriculares.
- 1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.
- 1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.

1.2 Demonstrar conhecimento sobre os/as estudantes e como eles/elas aprendem.

Habilidades:

- 1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.
- 1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos/as estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o/a estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.
- 1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos/as estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.
- 1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos/as estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.
- 1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos/as estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.
- 1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no/a estudante.

1.3 Reconhecer contextos

Habilidades:

- 1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.
- 1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos/as estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.
- 1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.
- 1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.

1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Habilidades:

- 1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
- 1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e os programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.
- 1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.
- 1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.

2 DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.

Habilidades:

- 2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.
- 2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos/as estudantes a capacidade de aprender com proficiência.
- 2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos/as estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).
- 2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, aos ritmos de aprendizagem e às características identitárias dos/as estudantes.
- 2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos/as estudantes e estimular uma atitude investigativa.
- 2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os/as estudantes.

- 2.1.7 Interagir com os/as estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os/as estudantes.

2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem

Habilidades:

- 2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos/as estudantes e os contextos de atuação docente.
- 2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os/as estudantes.
- 2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os/as estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.

2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.

Habilidades:

- 2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos/as estudantes.
- 2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos/as estudantes.
- 2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o/a estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.
- 2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos/as estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.
- 2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.
- 2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.

2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, das competências e habilidades.

Habilidades:

- 2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos/as estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.
- 2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.
- 2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e de desenvolvimento integral dos/as estudantes.
- 2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.
- 2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.
- 2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos/as estudantes na área do conhecimento.

3 DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL

3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.

Habilidades:

- 3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.
- 3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos/as estudantes.
- 3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.

- 3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos/as estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.
- 3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos/as os/as estudantes.

3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos/as estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.

Habilidades:

- 3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.
- 3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos/as estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
- 3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos/as estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os/as estudantes.
- 3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.
- 3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os/as estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.

3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos.

Habilidades:

- 3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do/a estudante.

- 3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.
- 3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.
- 3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.

3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.

Habilidades:

- 3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.
- 3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos/as estudantes e o seu pleno desenvolvimento.
- 3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.
- 3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docentes e discentes.
- 3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.

Competências e Habilidades específicas do curso de Licenciatura em História da UESPI, Campus Possidônio Queiroz:

- 1 Apreender a diversidade de tempos, conceitos, sujeitos, agências e objetos da História;
- 2 Compreender os conceitos de tempo, verdade, objetividade e subjetividade na História;
- 3 Construir problemas históricos a partir da mobilização de métodos para a análise de fontes históricas;

- 4 Compreender a historicidade do conhecimento histórico;
- 5 Apreender a diversidade de perspectivas e métodos para a construção do conhecimento histórico;
- 6 Compreender o fazer científico e sua sistematização na produção escrita;
- 7 Perceber a importância da inserção do saber científico para a produção historiográfica;
- 8 Compreender procedimentos de construção, planejamento e realização de pesquisa em História;
- 9 Construir problemas de pesquisa em diálogo com referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa em História;
- 10 Compreender o Ensino de História, suas práticas e metodologias como fenômenos históricos;
- 11 Compreender espaços, públicos e metodologias para o ensino e a aprendizagem em História;
- 12 Pensar metodologias, ferramentas, fontes e possibilidades para o planejamento e execução do ensino e aprendizagem em História;
- 13 Conhecer os pressupostos da aprendizagem do conhecimento histórico;
- 14 Compreender os múltiplos processos de construção da consciência histórica e suas relações com o ensino escolar de História;
- 15 Entender a agência do sujeito conhecedor na construção do conhecimento histórico escolar;
- 16 Pensar a tecnologia e as ferramentas digitais em perspectiva histórica e seus usos para a produção do conhecimento e do ensino de História;
- 17 Compreender e operacionalizar a integração entre ensino e pesquisa na construção do conhecimento histórico escolar;
- 18 Projetar e produzir materiais didáticos e avaliativos para o ensino escolar a partir da integração da pesquisa e do ensino em História;
- 19 Incorporar aprendizados da execução de Extensão no exercício da prática docente;
- 20 Mobilizar a experiência extensionista para o aperfeiçoamento e complexificação do conhecimento histórico acadêmico, das práticas de ensino e pesquisa e formação continuada;
- 21 Mobilizar conhecimentos das dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão de maneira dialógica construindo um círculo virtuoso de trocas e complexificação do conhecimento histórico, social, pedagógico e humano;

- 22 Articular de forma problematizadora as conexões entre História, memória e patrimônio na prática docente;
- 23 Promover práticas de ensino e pesquisa que contribuam para a crítica de modelos históricos e paradigmas culturais eurocentrados;
- 24 Desenvolver um Ensino de História que promova a democracia e os direitos humanos;
- 25 Problematizar estruturas de desigualdade social e cultural e, através da valorização da diferença, desenvolver um Ensino de História que promova a igualdade social;
- 26 Compreender historicamente as relações entre os seres humanos e o meio ambiente e promover a valorização da sustentabilidade e da preservação ambiental;
- 27 Historicizar práticas e formas de violências físicas e simbólicas e promover sua desconstrução na sociedade contemporânea, com o fortalecimento de perspectivas que respeitem os direitos humanos;
- 28 Historicizar práticas e formas de preconceitos sociais, culturais, étnicos, de gênero, etárias, etc. E contribuir para sua desconstrução e combate na sociedade contemporânea.
- 29 Pensar os discentes, em suas diversidades culturais, sociais, políticas e econômicas, enquanto sujeitos históricos e agentes ativos do processo de ensino/aprendizagem.
- 30 Pensar historicamente estruturas de desigualdade étnicas e raciais contribuindo através do Ensino de História para sua superação.
- 31 Compreender-se enquanto sujeito do processo de construção do conhecimento histórico e valorizar a formação continuada como estratégia de contínuo aperfeiçoamento individual e profissional.
- 32 Valorizar através de práticas de Ensino de História a diversidade cultural local, regional e nacional em especial a partir do reconhecimento e historicização de culturas e sociedades indígenas e quilombolas.
- 33 Problematizar e pensar historicamente as diversas dimensões da cultura local e regional promovendo práticas de ensino que as entendam enquanto construções históricas.
- 34 Pensar e problematizar historicamente o patrimônio cultural local e regional.
- 35 Construir práticas de ensino adequadas para os diversos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos nos quais a educação básica se constitui.

- 36 Promover práticas de ensino e pesquisa que contribuam para o diálogo e o aprendizado com paradigmas culturais e de conhecimentos múltiplos, especialmente ameríndios e afro-brasileiros.

4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil profissional do egresso do Curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras foi construído articulando a legislação atual para licenciados e preocupações que o NDE do curso, em diálogo com seu corpo discente e com egressos/as, elaborou ao longo do processo de discussão do PPC. Desta forma, atentamos para as questões específicas de cursos de licenciatura em História e para a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 – Conhecida como BNC-Formação Docente – para as questões gerais do perfil do/a licenciado/a. Dessa forma, pensamos nosso perfil do/a egresso/a como uma articulação das demandas legais nacionais com a especificidade local, regional e teórica de seu corpo docente e discente.

Em síntese espera-se que o/a licenciado/a em nosso curso esteja habilitado/a e capacitado/a para o Ensino de História na Educação Básica. Dentro dessa capacitação nosso/a licenciado/a deverá ser capaz de desenvolver práticas de Ensino de História que promovam a democracia, a igualdade social, os direitos humanos, a valorização da diferença como fundamento para a igualdade social e cultural, a valorização do meio ambiente e de uma relação sustentável com a natureza, a promoção da igualdade étnico-racial. Além disso, esse ensino deverá contribuir para a desconstrução de preconceitos de todas as ordens, problematização e combate de violências físicas e simbólicas motivadas por questões étnicas, sociais, culturais, de gênero, de idade, etc. Esse docente será política e socialmente engajado com a profissão e comprometido com a formação continuada e o contínuo aprofundamento de seus conhecimentos, métodos e teorias.

Buscamos, através de nosso curso, formar profissionais com um perfil articulado em três dimensões centrais: domínio das ferramentas de Ensino e Pesquisa em História; compreensão do papel do/a licenciado/a em História em relação ao seu contexto local, regional, nacional e internacional; valorização do aprendizado constante através da formação continuada. Desta forma, buscamos construir nossos objetivos, currículo e práticas pedagógicas, extensionistas e de pesquisa visando esse perfil.

No âmbito do domínio das ferramentas de Ensino e Pesquisa em História buscamos que nossos/as egressos/as dominem ferramentas teóricas, práticas e metodológicas para o Ensino de História. Desta forma, compreendemos que os/as Egressos/as devem ser capazes de dominar o

arcabouço de conceitos do campo da História e do Ensino de História; devem ser capazes de mobilizar metodologicamente as tecnologias da informação para a construção e compreensão das historicidades trabalhadas em sala de aula; por fim, devem buscar articular a construção de suas práticas pedagógicas através da mobilização e da análise de fontes históricas em sala de aula.

Espera-se, também, que nossos/as egressos/as sejam capazes de compreender seus papéis no contexto histórico e social local, regional, nacional e internacional. Devem ser capazes de mobilizar seus conhecimentos para a promoção da igualdade social, econômica, cultural e política, bem como trabalhar pela promoção da democracia, dos direitos humanos, da preservação socioambiental, da superação de preconceitos étnicos, de gênero, racial, cultural, econômico e toda forma de articulação e mobilização de desigualdades sociais. Isso deve ser feito à luz dos conhecimentos historiográficos em diálogo com o contexto no qual se inserem.

Por fim, compreendemos que a graduação em História não é um ponto de chegada, mas sim, um ponto de partida para um processo contínuo e constante de formação e aprendizado. A compreensão da necessidade da constante busca pela atualização e por novos conhecimentos teóricos, historiográficos e pedagógicos é elemento central desejado de nossos/as egressos/as. A formação continuada formal (programas de pós-graduação *latto* ou *stricto sensus*) ou informal (leituras, pesquisas, diálogos) são fundamentais para o constante aperfeiçoamento do/a egresso/a.

O perfil do/a egresso/a desejado se constitui na intersecção dos elementos citados acima. É a partir desses princípios que compreendemos que teremos um/a egresso/a com uma formação e prática de qualidade, humana, socialmente comprometida e referenciada, que tenha um impacto positivo e transformador em sua vida, na vida de seus/suas estudantes e da comunidade na qual se insere.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras é regida pela Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 de dezembro de 2019 e reflete a preocupação da IES com a formação de um/a egresso/a com as características definidas em seu PPC. Dessa forma, ela contempla os seguintes aspectos:

- **Integração entre ensino, pesquisa e extensão:** o curso de Licenciatura em História busca, a partir da legislação vigente, articular os três eixos que compõem o processo formativo relacionado ao ensino superior. Parte-se do pressuposto que a formação dos

futuros docentes deve relacionar os elementos do ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, a ementa das disciplinas traz a necessidade de conhecer as ferramentas de pesquisa acerca dos diferentes temas, bem como estratégias para elaborar ações de extensão. Atendendo aos dispositivos legais, algumas disciplinas contam com carga horária específica para a prática enquanto componente curricular e outras contam com ações de extensão específicas, enquanto as ações extensionistas são realizadas em momentos externos à da carga horária, embora articulando com os eixos propostos nas disciplinas. As atividades de extensão, amparadas na resolução CEPEX 034/2020 se concentrarão nos formatos apresentados em seu artigo 7º, ou seja, Programas e Projetos que objetivam mobilizar conhecimentos construídos nas estruturas de ensino e pesquisa do curso para colocá-los em diálogo com a sociedade externa à UESPI.

- **Articulação entre teoria e prática:** a articulação entre a teoria e a prática no âmbito do curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras se dá no decorrer de todo o curso. A articulação entre teoria e prática que norteia a estruturação deste PPC parte de um entendimento da noção de prática a partir da integração entre ensino e pesquisa, acompanhando o inciso V do Art. 6º e inciso III do Art. 8º da BNC-formação. Essa compreensão fundamenta a formação de docentes capazes de produzir conhecimentos históricos, em parceria com seus públicos, em diversos espaços de educação histórica, prioritariamente a escola. As articulações entre teoria e prática estão presentes nos Grupos I e II, totalizando 16 componentes curriculares distribuídos entre disciplinas de Teoria e Metodologia da História, disciplinas específicas (Brasis, Antiga, etc.), disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Práticas Pedagógicas. A integração das práticas de pesquisa e pedagógicas em diferentes formatos, nos Componentes Curriculares, visa a proporcionar diferentes instrumentos e métodos de reflexão e exercício da integração entre prática e teoria. A carga horária mínima para as práticas pedagógicas é integralmente cumprida e distribuída nos formatos indicados no Artigo 11º da resolução CNE/CP Nº 2, de 2019. Além dos componentes curriculares obrigatórios, a integração entre teoria e prática é proporcionada aos/às estudantes em programas como o PIBIC, PIBID, Residência Pedagógica e Monitoria, assim como na curricularização da Extensão, presente dentro de disciplinas e em projetos e programas. Através de tal implementação da integração entre teoria e prática, objetiva-se formar um/a profissional autônomo/a, reflexivo/a e apto/a a acompanhar e produzir conhecimento atualizado e inovador no campo da História e seu ensino.

- **Reflexão e problematização das abordagens eurocêtricas:** no âmbito do curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras, de forma transversal e em diferentes disciplinas, tem-se a preocupação de promover reflexões e práticas de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a crítica de modelos históricos e paradigmas culturais eurocêtricos. Parte das disciplinas do curso são orientadas por perspectivas analíticas e referências bibliográficas que possibilitam compreender as experiências históricas e o protagonismo das populações não europeias, especialmente africanas, americanas, afro-americanas e indígenas, em diferentes temporalidades. Procura-se, assim, garantir a formação de docentes comprometidos/as com o combate ao racismo e a intolerância cultural na escola e na sociedade em geral, bem como com a promoção da alteridade, da inclusão e da igualdade.
- **Flexibilidade:** a estrutura curricular do curso de Licenciatura em História da UESPI é flexível. Essa flexibilidade é materializada pelas Atividades Complementares, que podem ser executadas em atividades de pesquisa, ensino, extensão, monitoria, cultura e representação estudantil. Programas diversos, como PIBIC, PIBID, PIBEU, Residência Pedagógica e Programas de Extensão do curso oferecem às/aos discentes múltiplas possibilidades de complementarem e aprofundarem sua formação, todas normatizadas em Regulamentos próprios e incorporadas à vida acadêmica. A grade também oferta duas disciplinas optativas que podem ser selecionadas pelas turmas, de acordo com seus interesses, de um diverso banco de ementas previamente definidas neste PPC. Tais ementas foram definidas a partir de consulta ao corpo discente.
- **Interdisciplinaridade:** as ações de interdisciplinaridade, no âmbito do curso, ocorrem através dos programas de extensão, das práticas como componentes curriculares, em disciplinas que contemplam conteúdos relacionados à Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, História Ambiental e em abordagens de pesquisas desenvolvidas sobre diferentes temáticas.
- **Compatibilidade de carga horária:** A carga horária do curso de Licenciatura em História da UESPI-Campus Professor Possidônio Queiroz é compatível com os dispositivos legais. As 3.520 horas são integralizadas em 8 (oito) semestres de 15 (quinze) semanas letivas.

Os conteúdos curriculares essenciais do Curso de Graduação em Licenciatura em História da UESPI estão alinhados à Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e cumprem todos os requisitos legais para o curso. Os conteúdos possibilitam o desenvolvimento do perfil do/a egresso/a, levando-se em consideração a atualização dos conteúdos curriculares proposta pelo Núcleo Docente Estruturante, a adequação das cargas horárias e a bibliografia.

Os conteúdos curriculares encontram-se divididos em três grupos (I, II e III), sendo que cada um cumpre os objetivos e a carga horária estabelecida na Resolução CNE/CP Nº 2, de dezembro de 2019. Como recomendado na resolução, os três grupos foram pensados “de modo interdependente e sem hierarquia” (Resolução CNE/CP Nº 2). Deste modo, os conteúdos das disciplinas dialogam e se complementam, garantindo a formação de um/a profissional com as competências e habilidades necessárias para atuar como professor/a e pesquisador/a da área de História.

As disciplinas do Grupo I abordam conteúdos relacionados à base comum, que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. Tais componentes curriculares têm início no primeiro ano do curso e procuram integrar as três dimensões das competências profissionais docentes (conhecimento, prática e engajamento profissionais). O grupo I é composto por 810 horas, conforme disciplinas mencionadas a seguir:

- Sociologia da educação (60 horas)
- Filosofia da educação (60 horas)
- Psicologia da Educação (60 horas)
- Política Educacional e Organização da Educação Básica (60 horas)
- Didática (60 horas)
- Metodologia do Ensino de História (90 horas)
- Metodologia científica (60 horas)
- Ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena (90 horas)
- Educação e as Tecnologias da Informação e Comunicação (90 horas)
- História da educação Brasileira (60 horas)
- Língua Brasileira de Sinais – Libras (60 horas)
- Optativa em Educação (60 horas)

As disciplinas do Grupo II correspondem aos conteúdos específicos da área de História, os quais estão alinhados às competências, unidades temáticas e objetos de conhecimento da

BNCC. As ementas, competências, cenários de aprendizagem e bibliografia visam a assegurar o domínio pedagógico dos conteúdos, bem como habilitar o/a estudante para realização de pesquisa em sua área de formação. Neste sentido, as disciplinas articulam discussões teóricas, metodológicas e de conteúdos específicos do campo da História, sempre visando o diálogo com a prática docente e de pesquisa. O Grupo II é composto por 1530 horas, sendo formado pelas seguintes disciplinas:

- Teoria e Metodologia da História I (60 horas)
- Teoria e Metodologia da História II (60 horas)
- Teoria e Metodologia da História III (60 horas)
- História indígena e do indigenismo (60 horas)
- História do Brasil I (60 horas)
- História do Brasil II (60 horas)
- História do Brasil III (60 horas)
- História do Piauí (60 horas)
- História da América I (60 horas)
- História da América II (60 horas)
- História Antiga (60 horas)
- História Medieval (60 horas)
- História Moderna (60 horas)
- História Contemporânea I (60 horas)
- História Contemporânea II (60 horas)
- História do Tempo Presente (60 horas)
- História da África (60 horas)
- Historiografia Brasileira (60 horas)
- História e Gênero (60 horas)
- Métodos e Técnicas da Pesquisa em História I (90 horas)
- Métodos e Técnicas da Pesquisa em História II (120 horas)
- Trabalho de Conclusão de Curso I (60 horas)
- Trabalho de Conclusão de Curso II (60 horas)
- Optativa em História I (30 horas)
- Optativa em História II (30 horas)

As disciplinas do Grupo III estão voltadas para a prática pedagógica. Correspondem ao

estágio supervisionado obrigatório e às práticas dos componentes curriculares dos Grupos I e II. O grupo é composto por 800 horas, sendo 400 horas destinadas para os estágios supervisionados, que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação e 400 horas de prática dos componentes curriculares que estão distribuídas ao longo do curso.

Ao Estágio Curricular Supervisionado são destinadas 400 horas:

- Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I (150 horas)
- Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II (150 horas)
- Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III (100 horas)

As práticas dos componentes curriculares correspondem a 400 horas, distribuídas nas seguintes disciplinas:

- Prática Pedagógica em Educação Patrimonial (70 horas)
- Prática em História do Piauí (30 horas)
- Prática em História Contemporânea I (30 horas)
- Prática em História Moderna (30 horas)
- Prática em Teoria e Metodologia da História I (30 horas)
- Prática em História Antiga (30 horas)
- Prática em História Medieval (30 horas)
- Prática em América II (30 horas)
- Prática em Brasil I (30 horas)
- Prática em Brasil II (30 horas)
- Prática em Brasil III (30 horas)
- Prática em História do Tempo Presente (30 horas)

6.1 REQUISITOS LEGAIS

6.1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004)

Para atender as demandas da legislação vigente e a uma preocupação deste curso com a formação de docentes comprometidos com a promoção da alteridade, da inclusão e da isonomia,

este PPC busca abarcar a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Estes componentes estão presentes no currículo como disciplinas específicas e como integrantes de ementas diversas, buscando promover a (re)discussão de paradigmas excludentes nos conteúdos específicos, assim como em abordagens teórico-metodológicas e epistemológicas na produção do conhecimento histórico, aqui entendido como práticas de ensino e de pesquisa. Para tanto, ementas, referências bibliográficas e competências definidas no conjunto da grade curricular propõem temas e abordagens que possibilitam a crítica de paradigmas sociais e historiográficos excludentes, assim como a inserção de novos paradigmas que dialogam e/ou são produzidos diretamente com/por sujeitos e grupos sociais usualmente marginalizados e silenciados.

Tais discussões compõem as seguintes ementas: História do Brasil I; História do Brasil II; História do Brasil III; História do Piauí; História Moderna; História Contemporânea I; Historiografia Brasileira; História da América I; História Indígena e do Indigenismo; História da África; Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

6.1.2 Disciplina de LIBRAS

Em atendimento ao Decreto 5.626/2005 e viabilizando seus princípios de educação inclusiva, a UESPI oferta a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – em caráter opcional ou obrigatório – conforme legislação, proporcionando uma maior democratização e integração entre os componentes da comunidade educacional da UESPI.

No curso de História, assim como nas licenciaturas em geral, a disciplina de Libras está entre as disciplinas obrigatórias do quinto bloco, ou seja, antes do início dos estágios supervisionados e conta com 60h.

6.1.3 Políticas de Educação Ambiental

Alinhada à Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, o curso de História da UESPI integra a Educação Ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Para materializar essa ação, os conteúdos das disciplinas básicas e profissionais contemplam a temática ambiental, bem como é incentivada a participação em atividades complementares relacionadas à temática.

A Educação Ambiental é presente neste curso de Licenciatura através da historicização das relações humanas com a natureza em múltiplas temporalidades, a partir de diversas culturas,

paradigmas de conhecimentos e suas formas de vida associadas. Para tanto, considera-se as relações com a natureza a partir do intercruzamento com questões de gênero, raça e classe, problematizando estruturas e relações de poder envolvidas. Estão presentes transversalmente no conjunto das disciplinas, possibilitando a discussão de tais pautas dentro do domínio de cada ementa: História do Brasil II; História Moderna; História da África; História Contemporânea; História Indígena e do Indigenismo; História do Tempo Presente.

Tais questões também estão abordadas em disciplina específica disponível em formato de optativa, permitindo discutir questões teórico-metodológicas voltadas para o campo da História Ambiental. Práticas voltadas para a História e Educação Ambiental também são incentivadas como objeto de projetos de Extensão, Ensino e Pesquisa.

6.2 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso de Graduação em Licenciatura em História da UESPI está alinhada à Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, e cumpre todos os requisitos legais para o curso. Contempla ainda as definições da RESOLUÇÃO CEPEX N° 008/2021, que estabelece o Núcleo Pedagógico Comum, da RESOLUÇÃO CEPEX N° 034/2020, que estabelece a Curricularização da Extensão e RESOLUÇÃO CEPEX 002/2021, que estabelece as Atividades Acadêmico, Científico, Culturais – AACC.

Quadro 1 – Disciplinas ofertadas no Bloco I

BLOCO I						
DISCIPLINAS	Carga Horária		Total	Grupo I	Grupo II	Grupo III
	Teórico-prática	PCC				
Teoria e Metodologia da História I	60 h	30 h	90 h		X	X
Metodologia Científica	60 h	-	60 h	X		
História Antiga	60 h	30h	90 h		X	X
Sociologia da Educação	60 h	-	60 h	X		
História da Educação Brasileira	60 h	-	60 h	X		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE: 360H						

Nota: PCC: Prática do Componente Curricular

Quadro 2 – Disciplinas ofertadas no Bloco II

BLOCO II						
DISCIPLINAS	Carga Horária		Total	Grupo I	Grupo II	Grupo III
	Teórico-prática	PCC				
História Medieval	60h	30h	90 h		X	X
Psicologia da Educação	60h	-	60h	X		
Teoria e Metodologia da História II	60h	-	60h	X		
História Indígena e do Indigenismo	60h	-	60h		X	
Prática Pedagógica em Educação Patrimonial	-	70h	70h			X
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE: 340 H						

Nota: PCC: Prática do Componente Curricular

Quadro 3: Disciplinas ofertadas no Bloco III

BLOCO III						
DISCIPLINAS	Carga Horária		Total	Grupo I	Grupo II	Grupo III
	Teórico-prática	PCC				
História Moderna	60 h	30 h	90 h		X	X
Teoria e Metodologia da História III	60 h	-	60 h		X	
Metodologia do Ensino de História	90 h	-	90 h		X	X
História da América I	60 h	-	60 h		X	
Didática	60 h	-	60h	X		
ACE	-	-	70h			

CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE: 430 H

Nota: PCC: Prática do Componente Curricular; ACE: Atividade de Curricularização da Extensão

Quadro 4: Disciplinas ofertadas no Bloco IV

BLOCO IV							
DISCIPLINAS	Carga Horária		Total				
	Teórico-prática	PCC		Grupo I		Grupo II	Grupo III
História Contemporânea I	60 h	30h	90 h			X	X
História do Brasil I	60 h	30h	90h			X	X
História da África	60h	-	60h			X	
História do Piauí	60 h	30 h	90 h			X	X
Filosofia da Educação	60h	-	60 h	X			
ACE	-	-	70 h				
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE: 460 H							

Nota: PCC: Prática dos Componentes Curriculares

Quadro 5 – Disciplinas ofertadas no Bloco V

BLOCO V						
DISCIPLINAS	Carga Horária		Total			
	Teórico-prática	PCC		Grupo I	Grupo II	Grupo III
História da América II	60h	30	90 h		X	X
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I	60h+30h	-	90h		X	
História do Brasil II	60h	30h	90h		X	
Libras	60h	-	60h	X		
Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação	60h+30h	-	90 h	X		
ACE	-	-	60h		ACE	
ACE	-	-	60h		ACE	

CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE: 480 H

Nota: PCC: Prática dos Componentes Curriculares.

Quadro 6 – Disciplinas ofertadas no Bloco VI

BLOCO VI						
DISCIPLINAS	Carga Horária		Total	Grupo I	Grupo II	Grupo III
	Teórico-prática	PPC				
Estágio Curricular Supervisionado I	60h + 90 h	-	150 h			X
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II	60h + 60 h	-	120 h		X	
História do Brasil III	60h	30h	90 h		X	X
História Contemporânea II	60h	-	60 h		X	
Política Educacional e Organização da Educação Básica	60 h	-	60h	X		
ACE	-	-	60h			
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE: 540 H						

Nota: PCC: Prática dos Componente Curricular; ACE: Atividade de Curricularização da Extensão.

Quadro 7 – Disciplinas ofertadas no Bloco VII

BLOCO VII						
DISCIPLINAS	Carga Horária		Total	Grupo I	Grupo II	Grupo III
	Teórico-prática	PPC				
Estágio Curricular Supervisionado II	60 h + 90 h	-	150 h			X
Trabalho de Conclusão de Curso I	30 h +30 h	-	60 h		X	
História e Gênero	60 h	-	60 h		X	
Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena	60h +30 h	-	90 h	X		
Optativa em Educação	60h	-	60 h	X		
Optativa em História I	30 h	-	30 h		X	

CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE: 510 H

Nota: PCC: Prática dos Componentes Curriculares; ACE: Atividade de Curricularização da Extensão

Quadro 8 – Disciplinas ofertadas no Bloco VIII

BLOCO VIII						
DISCIPLINAS	Carga Horária		Total			
	Teórico-prática	PPC		Grupo I	Grupo II	Grupo III
Estágio Curricular Supervisionado III	30h +70 h	-	100 h			X
Trabalho de Conclusão de Curso II	60 h	-	60 h		X	
História do Tempo Presente	60h	30h	90 h		X	X
Historiografia brasileira	60h	-	60h		X	
Optativa II	30h	-	30h		X	
AACCs	60h		60h			
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE: 400H						

Nota: PCC: Prática dos Componente Curricular.

Tabela 1 – Resumo das cargas horárias disponibilizadas nos grupos de disciplinas

RESUMO	CARGA HORÁRIA
Grupo I	810 H
Grupo II	1530 H
Grupo III	800 H
AACC	60 H
ACE	320 H
TOTAL	3.520 H

6.2.1 FLUXOGRAMA

Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco IV	Bloco V	Bloco VI	Bloco VII	Bloco VIII
Teoria e Metodologia da História I (60h + 30h) 90 horas	História Medieval (60h + 30h) 90 horas	História Moderna (60h+30h) 90 horas	História Contemporânea I (60h +30h) 90 horas	História da América II (60 + 30) 90 horas	Estágio I 150 horas	Estágio II 150 horas	Estágio III 100 horas
Metodologia Científica 60 horas	Psicologia da Educação 60 horas	Teoria e Metodologia da História III 60 horas	História do Brasil I (60h +30h) 90 horas	Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I 90 horas	Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II 120 horas	Trabalho de Conclusão de Curso I 60 horas	Trabalho de Conclusão de Curso II 60 horas
História Antiga (60h + 30h) 90 horas	Teoria e Metodologia da História II 60 horas	Metodologia de Ensino de História 90 horas	História da África 60 horas	História do Brasil II (60h+30h) 90 horas	História do Brasil III (60h +30h) 90 horas	História e Gênero 60 horas	História do Tempo Presente (60h +30h) 90 horas
Sociologia da Educação 60 horas	História Indígena e do Indigenismo 60 horas	História da América I 60 horas	História do Piauí (60 + 30) 90 horas	Libras 60 horas	História Contemporânea II 60 horas	Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena 90 horas	Historiografia Brasileira 60 horas
História da educação 60 horas	Prática Pedagógica em Educação Patrimonial 70 horas	Didática 60 horas	Filosofia da Educação 60 horas	Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação 90 horas	Política educacional e organização da educação básica 60 horas	Optativa em Educação 60 horas	Optativa em História II 30 horas
		ACE 70 horas	ACE 70 horas	ACE 60 horas	ACE 60 horas	Optativa em História I 30 horas	AACCs 60 horas
						ACE 60 horas	
360 horas	340 horas	430 horas	460 horas	480 horas	540 horas	510 horas	400 horas

TOTAL DE HORAS DO CURSO: 3520.

6.3 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Encontram-se relacionadas e descritas, a seguir, as disciplinas integrantes da matriz curricular do Curso de Licenciatura em História da UESPI, com as respectivas ementas e bibliografias.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO SUPERIOR LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Considerando o desenvolvimento científico e pedagógico, as ementas aqui apresentadas poderão ser atualizadas, pelos/as professores/as responsáveis pelas disciplinas, desde que analisadas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante e homologadas pelo Colegiado do Curso. As ementas das disciplinas do Curso de Licenciatura em História da UESPI, bibliografia básica e complementar, são apresentadas a seguir.

Disciplinas do 1º Bloco

TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA I

Carga Horária: 60 h + 30 h (PCC)

Ementa: Introdução à História. Tempos, conceitos, sujeitos, objetos. Verdade, objetividade e subjetividade na História. Fontes, métodos e problemas. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Perceber a função social de profissionais da História.
- Apreender a diversidade de tempos, conceitos, sujeitos e objetos da História.
- Compreender os conceitos de tempo, verdade, objetividade e subjetividade na História;
- Construir problemas históricos a partir da mobilização de métodos para a análise de fontes históricas;

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

BARROS, José, D. **O Tempo dos Historiadores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007.

DOSSE, François. **A História**. São Paulo: UNESP, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

PIMENTA, João Paulo. **O Livro do Tempo - uma história social**. São Paulo: Edições 70, 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Carga Horária: 60 h

Ementa: A universidade e a produção do conhecimento científico. O conhecimento, a ciência e o método; Aquisição das normas (ABNT) e habilidades técnicas da produção e apresentação do trabalho científico; princípios éticos na produção do conhecimento; Instrumentalização: leitura e escrita. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender o fazer científico e sua sistematização na produção escrita;
- Perceber a importância da inserção do saber científico para a produção historiográfica;
- Conhecer as normas e habilidade técnicas para elaboração do trabalho científico.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

DINIZ, Debora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. Cópia e pastiche: o plágio na comunicação científica. **Argumentum**, Vitória (ES), ano 3, n.3, v. 1, p.11-28, jan./jun. 2011.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPLEMENTAR:

BECKER, H. **Truques de escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 2009.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo da História**: temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

HISTÓRIA ANTIGA

Carga Horária: 60h + 30h (PCC)

Ementa: Através da leitura crítica da bibliografia e de fontes históricas, problematizar o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos e das sociedades próximo-orientais, africanas e mediterrâneas na Antiguidade. Conexões culturais no mundo antigo: comércio, escravidão e religião. Sociedades da antiguidade oriental: política, economia, religião. Grécia pré-clássica e clássica: da crise da soberania ao mundo sociocultural das polis. Roma antiga: povoamento, formação do império e domínio do Mediterrâneo ocidental. Culturas modernas e representações do mundo antigo. Fontes históricas para o estudo do mundo antigo e a prática de ensino em História. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Apreender a constituição histórico-cultural do humano e o nascimento dos primeiros agrupamentos sociais.
- Compreender a formação histórica, política, sociocultural e material das sociedades do antigo oriente e do ocidente antigo e suas conexões culturais.
- Identificar e entender alguns aspectos das apropriações representacionais do mundo antigo realizadas pelas culturas modernas.
- Compreender as diferentes estratégias de interpretação das fontes históricas para o estudo da História antiga e as possibilidades de uso no espaço da sala de aula.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FUNARI, Pedro. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2018.

HARTOG, François. **Os Antigos, o passado, o presente**. Brasília: UnB, 2003.

PINSKY, Jaime. **As primeiras Civilizações**. São Paulo: Contexto, 2018.

COMPLEMENTAR:

FUNARI, P. P. A. **Antiguidade Clássica: a História e a Cultura a partir dos documentos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

MOKHTAR, G. (org.). **A África antiga: história geral da África (Vol. II)**. São Paulo: Ática: Unesco, 2010.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os gregos, os historiadores, a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: DUBY, George; ARIES, Philippe (orgs.) **História da vida privada: do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO:

Carga Horária: 60 h

Ementa: Contextualização histórica da sociologia; a sociologia e as diferentes abordagens teóricas, conceituais e metodológicas da educação: clássicos e contemporâneos. Escola, ensino, prática docente no mundo contemporâneo e no contexto brasileiro. A escola, os grupos, a família e a socialização. A pesquisa sociológica como estratégia de ensino. Temas contemporâneos em sociologia da Educação: juventudes, gênero e diversidade sexual, raça/etnia.

Competências:

- Analisar processos educativos a partir das abordagens sociológicas de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas no tripé conhecimento, prática e engajamento profissional.
- Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e dos Direitos Humanos.

Cenários da Aprendizagem:

Articulação entre a teoria e a prática de modo interativo, fundada nos conhecimentos científicos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos/as estudantes quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado.

Referências Bibliográficas:**BÁSICA:**

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.

COMPLEMENTAR:

ABRAVOMOWICZ, Anete e GOMES, Nilma Lino. **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

FERNANDES, Danielle; HELAL, Diogo (orgs.). **As cores da desigualdade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

MIRANDA, José da Cruz Bispo e Silva, Robson Carlos da. **Entre o Derreter e o Enferrujar: os desafios da educação e da formação profissional**. Fortaleza: Ed UECE, 2015.

OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. **Reflexões sobre sociologia aplicada à educação**. Teresina: UAB/FUESPI/NEAD, 2012.

REGO, Teresa Cristina (Org.). **Educação, escola e desigualdade**. Petrópolis-RJ / São Paulo-SP: Vozes / Segmento, 2011. (Coleção Pedagogia Contemporânea, Vol. 1).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Carga Horária: 60 h

Ementa: Concepções e práticas da educação brasileira estabelecidas historicamente nos contextos colonial, imperial e republicano; A educação no Piauí. Perspectivas sobre a educação brasileira na contemporaneidade. Desenvolvimento do processo educacional brasileiro: as práticas educativas, as ações pedagógicas e a organização do ensino nos períodos Colonial, Monárquico e Republicano. A educação brasileira na contemporaneidade; A pesquisa em História da educação brasileira. História do Ensino de História, conceitos, métodos e problemáticas.

Competências:

- Conhecer e compreender o processo educacional brasileiro e piauiense, organizando-os nos períodos Colonial, Monárquico e Republicano até o contexto da contemporaneidade;
- Desenvolver a compreensão, a análise e a interpretação dos assuntos ligados à educação brasileira, desde os tempos coloniais, utilizando os conhecimentos históricos da educação, para construir uma visão crítica da situação da mesma na atual conjuntura;
- Reconhecer a educação e o ensino brasileiro enquanto acontecimentos contextualizados e característicos da época de que fazem parte.
- Compreender a organização, as tendências e as práticas da educação e do ensino brasileiro como resultantes característicos da construção histórica do Brasil.
- Compreender a estruturação, transformações e continuidades do Ensino de História e suas relações com a História da Educação Brasileira.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BRITO, I. S. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

ÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

CAVALCANTE, Maria Juraci (Org.). **História da educação: instituições, protagonistas e práticas**. Fortaleza: Editora UFC/LCR, 2005.

FALCI, Miridan Brito Knox. **A criança na Província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/CEDHAL, 1991.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Disciplinas do 2º bloco

HISTÓRIA MEDIEVAL

Carga Horária: 60 h + 30 h (PCC)

Ementa: Através da leitura crítica da bibliografia e de fontes históricas, problematizar o conceito de Idade Média. O medievo entre o europeu e o global. Migrações Germânicas. Diferenças étnicas e religiosas entre bizantinos, islâmicos e carolíngios. Economia, política, cultura, conhecimento e sociedade do período Medieval. Legados histórico, cultural e filosófico, seus usos e abusos. Práticas de ensino e pesquisa em História Medieval. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender o contexto medieval a partir de perspectivas globais;
- Apreender diversidades e complexidades da Europa medieval;
- Compreender a constituição do ocidente a partir dos legados histórico, cultural e filosófico do medievo.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal** – Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Lisboa: Afrontamento, 1982.

COMPLEMENTAR:

SILVEIRA, Aline Dias. História Global da Idade Média: Estudos e Propostas Epistemológicas.

Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, 2019, Volume 8, Número 2, pp. 210-236.

DUBY, George; ARIES, Philippe (orgs.) **História da vida privada: do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Vol I e II.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org). **História das mulheres: A Idade Média**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

MAALOUF, Amim. **A cruzada vista pelos árabes**. Lisboa, Europa América, 2016.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 h

Ementa: Psicologia como ciência; A Psicologia da Educação na formação docente; principais concepções teóricas sobre desenvolvimento e aprendizagem: implicações pedagógicas. Dificuldades de aprendizagem e contextos de ensino-aprendizagem.

Competências:

- Conhecer as contribuições da Psicologia no processo educacional durante as diferentes fases do desenvolvimento.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, a sala de vídeo, o ambiente virtual e a biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARONE, Leda Maria Codeço; MARTINS, Lílian Cássia Baicich; CASTANHO, Maria Irene Siqueira. **Psicopedagogia: teorias da aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos**. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Psicopedagogia: um diálogo entre a Psicopedagogia e a educação**. Curitiba: Base de livros, 2017.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia e conhecimento: subsídios da psicologia do desenvolvimento para a análise do ensinar e aprender**. Brasília: UNB, 2005.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da educação: Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

NUNES, Ana Ignez Belém; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia do Desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos**. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

TAILLE, Y DE LA; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon – teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 2019.

TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA II

Carga Horária: 60 h

Ementa: História do conhecimento histórico: da antiguidade ao século XIX. A História como ciência: Positivismo, Metódicos, Marxismos e Annales.

Competências:

- Compreender a historicidade do conhecimento histórico;
- Apreender a diversidade de perspectivas e métodos para a construção do conhecimento histórico;
- Compreender as proposições teóricas e metodológicas das principais correntes historiográficas do Século XIX e XX.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. MEIER, Christian. GÜNTHER, Horst. ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

REIS, José Carlos. **A História, entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

COMPLEMENTAR:

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: A Revolução Francesa da Historiografia Francesa**. Unesp, 1997.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MARTIN, Hervé. BOURDÉ, Guy. **As Escolas Históricas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MATTOS, Olgária. **A História**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.

HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

Carga Horária: 60 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da bibliografia e da análise de fontes históricas, abordar: a ocupação da América por uma diversa população indígena; as políticas indigenistas e indígenas na organização social do trabalho e na apropriação dos territórios entre os séculos XVI e XXI; as etnogêneses e as reapropriações identitárias das populações indígenas. Pesquisa em História indígena e do indigenismo.

Competências:

- Conhecer as narrativas acerca do contato, das políticas indigenistas e das resistências indígenas produzidas por autores indígenas;
- Refletir sobre os processos de ocupação antes da colonização, bem como o protagonismo indígena e as políticas indigenistas na formação do Brasil;
- Conhecer uma recente historiografia, construída a partir de um constante diálogo com a antropologia social, que tem como foco os múltiplos agenciamentos dos povos indígenas;
- Estabelecer contato com as potencialidades de pesquisa e ensino no campo da História indígena.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

COHN, Sérgio (org.). **Ailton Krenak**. Série Encontros. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2011.

BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009.

COMPLEMENTAR:

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra**: presença Guarani e Estados Nacionais. Chapecó: ARGOS: Ed. Da UFSC, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre-docência em Etnologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SILVA, Hilton; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia (orgs.). **Nossa origem: o povoamento das Américas, visões multidisciplinares**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Carga horaria: 70 h (PCC)

Ementa: Através do diálogo crítico com a produção, compreender os princípios teórico-metodológicos que regem a educação patrimonial; Processos de patrimonialização; Patrimônio e cidadania; Elaboração de proposta para o ensino básico. Patrimônios naturais. Esta disciplina é composta por 70 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender os princípios que regem a educação patrimonial;
- Analisar os processos de patrimonialização enquanto permeados por elementos sócio-políticos;
- Relacionar as reflexões patrimoniais com princípios de cidadania;
- Produzir uma proposta de atividade relacionada à educação patrimonial.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ABREU, Regina. CHAGAS Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HORTA, M.L.P. et al. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

PAZ, Áurea, PELEGRINI, Sandra C. A. (org). **Tempo, Memória e patrimônio cultural**. Teresina: EDUFPI, 2010.

COMPLEMENTAR:

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. **Ciências &**

Letras, Porto Alegre, FAPA, n. 27, p. 25-35, jan/jun 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

PINHEIRO, Á. P.; Falci, Miridan (Org.); LIMA, Solimar Oliveira (Org.) **Patrimônio e Cultura Negra**. Parnaíba: VOX MUSEI arte e patrimônio, 2014.

POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências**, Porto Alegre: FAPA, p. 13-24, 2002.

SANTOS, F. S. F.; PINHEIRO, Á. P. **Os passos de um inventário**: a Celebração de Bom Jesus dos Passos. Oeiras, Piauí, Brasil. Luis Correia: Educar artes e ofícios, 2020.

Disciplinas do 3º Bloco

HISTÓRIA MODERNA

Carga Horária: 60 +30 h (PCC)

Ementa: Por meio da revisão crítica da historiografia e da análise de fontes históricas, abordar: constituição e as características da época moderna; renascimento, reformas religiosas e formação das monarquias na Europa; formação do mundo Atlântico e as conexões estabelecidas entre os continentes europeu, americano e africano; Iluminismo e movimentos sociopolíticos no Atlântico; Revolução industrial. Ensino e pesquisa em História Moderna. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender a constituição e as características políticas, culturais, econômicas e sociais da História Moderna, a partir da atuação de múltiplos sujeitos;
- Compreender parte das conexões globais ocorridas entre séculos XVI e XVIII, sobretudo a partir da formação do mundo Atlântico;
- Compreender o processo de transição para o período contemporâneo, considerando a construção e circulação de ideias e projetos em uma dimensão Atlântica;
- Conhecer a bibliografia e as suas possibilidades para o ensino e pesquisa das temáticas em questão.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução Maria Betânia Amorosos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

THORNTON, John. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800**. São Paulo: Campus. 2004.

COMPLEMENTAR:

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. Porto: Afrontamento, 1984.

GOODY, Jack. **Renascimentos: um ou muitos?** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das Luzes**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA III

Carga Horária: 60 h

Ementa: Problemas de teoria e metodologia da História nos Séculos XX e XXI. Novas Histórias: O Social, O Cultural. Perspectivas Contemporâneas: Pós-estruturalismo Pós-colonialismo, decolonial. Novos objetos: História Pública, História Digital, gênero e diversidade cultural, entre outras dimensões.

Competências:

- Apreender as transformações na teoria e metodologia da História na segunda metade do século XX e início do XXI;
- Compreender as contribuições do pós-colonialismo, decolonialidade e do pós-estruturalismo para o conhecimento histórico;
- Apreender e mobilizar novas formas de fazer e pensar História;
- Incorporar novos objetos e grupos sociais na produção do conhecimento histórico.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:**BÁSICA:**

CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2017.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COMPLEMENTAR:

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

HUNT, Lynn. (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

Carga Horária: 90 h

Ementa:

Por meio da revisão crítica da historiografia e da análise de fontes históricas discutir: currículos, BNCC e objetivos de aprendizagem (habilidades e competências); espaços educacionais e seus públicos; Metodologias para o ensino e aprendizagem em História; planejamentos: anual, bimestral e diário; livros didáticos: usos e limites; a investigação como ferramenta de ensino e aprendizagem: fontes históricas.

Competências:

- Compreender o Ensino de História, suas práticas e metodologias como fenômenos históricos;
- Compreender espaços, públicos e metodologias para o ensino e a aprendizagem em História;
- Pensar metodologias, ferramentas, fontes e possibilidades para o planejamento e execução do ensino e aprendizagem em História.

Cenários de aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BITTENCOURT, Circe M. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad X, 2007.

GATTI Jr. Décio. **A escrita escolar da História** – livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauro/SP: Edusc, 2004.

COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico escolar**. São Paulo: Contexto, 2002.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. (6ª ed). São Paulo: Contexto, 2018.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

NEGREIROS, D.F. **Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas: Papirus, 2012.

HISTÓRIA DA AMÉRICA I

Carga Horária: 60 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da historiografia e da análise de fontes históricas, compreender: as dinâmicas de “encontro dos mundos” e trânsitos culturais; os projetos de conquista e colonização; os mundos do trabalho e as resistências indígenas e afro-americanas; as Independências: Haiti, América espanhola e Estados Unidos. Pesquisa e ensino em História da América I.

Competências:

- Compreender a forma com que ocorreram os contatos e trocas culturais entre europeus e as sociedades indígenas;
- Compreender as características dos projetos de conquista e colonização e as formas de resistência;
- Compreender as relações de trabalho e as estratégias de resistência dos povos indígenas e das populações afro-americanas;
- Compreender as independências, os projetos em disputa e sujeitos diversos envolvidos nesse processo;
- Estabelecer estratégias de pesquisa e ensino em História da América.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:**BÁSICA:**

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2015 (10 volumes).

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam; MARTINS, Maria Cristina B. **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas, 2018. Vol. 1 e 2

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

COMPLEMENTAR:

FUENTE, Alejandro de la; ANDREWS, George Reid. [et al.]. **Estudios afro-latino-americanos: uma introdução**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Edusp, 2014.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

NOVAES, Adauto (org.), **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do atlântico negro. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 63, p. 131-144, jul. 2002.

DIDÁTICA

Carga Horária: 60 h

Ementa: Fundamentos epistemológicos da Didática; a importância da Didática na formação do/a professor/a; formação e identidade docente; tendências pedagógicas da prática escolar; o planejamento de ensino e a organização do processo ensino-aprendizagem.

Competências:

- Compreender os fundamentos da Didática enquanto pressupostos básicos na formação do/a professor/a para o exercício da docência;

- Analisar criticamente o processo do planejamento de ensino e seus componentes didáticos.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, a sala de vídeo, o ambiente virtual e a biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

COMPLEMENTAR:

BEHRENS, Marilda Aparecida et al. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2003.

CANDAU, Vera Maria F. **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CANDAU, Vera Maria F. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARLI E. D. A. De André; Maria Rita Neto S. Oliveira (orgs.). **Alternativas do Ensino de Didática**. Campinas: Papirus, 1997.

PARRA, Nélcio. **Caminhos do ensino**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

SAN'TANNA, Ilza Martins. **Didática**: aprender e ensinar. São Paulo: Loyola.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Editora Vozes Limitada, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Técnicas de Ensino**: por que não? Campinas: Papirus, 1991.

Disciplinas do 4º Bloco

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Carga Horária: 60 +30 h (PCC)

Ementa: através de apropriação crítica da historiografia e de documentos históricos, estudar: consolidação da ordem burguesa europeia; formação da classe operária; vertentes políticas e filosóficas do XIX; nações e nacionalismos europeus e americanos; relações intercontinentais na era dos impérios; ciências, conhecimentos e artes no oitocentos; invenção dos direitos

humanos; História da vida privada; abordagens de gênero. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender a construção histórica das instituições sociais, econômicas e políticas da contemporaneidade;
- **Compreender a pluralidade de agências históricas a partir dos múltiplos projetos de modernidade/contemporaneidade;**
- **Problematizar abordagens eurocentristas da contemporaneidade;**
- Conhecer a bibliografia e documentação pertinentes à ementa e suas possibilidades para o Ensino e Pesquisa das temáticas em questão.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre as origens e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

HOBBSBAWM, E. **A era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HUNT, L. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COMPLEMENTAR:

AJAYI, J. F. A.; BOAHEN, A. A. (Orgs.) **História geral da África**. V. VI e VII. Brasília: UNESCO, 2010.

PERROT, Michelle. (Org.) **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**: A força dos trabalhadores. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HISTÓRIA DO BRASIL I

Carga Horária: 60 h + 30h (PCC)

Ementa: Por meio da revisão crítica da historiografia e da análise de fontes históricas, abordar: a colonização portuguesa na América, as relações estabelecidas com os povos indígenas e a escravidão africana; Igreja católica e religiosidade popular; economia e sociedade no Brasil e no Maranhão e Grão-Pará; mundos do trabalho e resistências; circulação de sujeitos, mercadorias e saberes no Atlântico; movimentos de questionamento à ordem colonial. Ensino e pesquisa em História do Brasil colonial. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Abordar as relações sociais, culturais, econômicas e políticas estabelecidas a partir do protagonismo de sujeitos sociais diversos postos em contato (indígenas, portugueses, luso-brasileiros, africanos etc);
- Compreender a organização do mundo do trabalho, as experiências escravistas e as formas de resistência de trabalhadores livres, libertos ou escravizados;
- Compreender as dinâmicas de poder no processo de constituição do território e da administração colonial;
- Conhecer as experiências de resistência à ordem colonial e o início do processo de emancipação política do Brasil;
- Tomar contato com as possibilidades de pesquisas concernentes às temáticas e com os conteúdos voltados ao ensino dos temas relacionados ao Brasil colonial na educação básica.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial** (vol. 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (ed.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COMPLEMENTAR:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. **Do Norte ao Sul**: escravidão. Brasil, séc. XVI -séc. XIX. Teresina: EDUFPI, 2019.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras** – índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do séc. XVIII). Curitiba: editora Prisma, 2017.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos**: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SOUZA, Laura de Mello; NOVAIS, Fernando (org). **História da Vida Privada** – cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HISTÓRIA DA ÁFRICA

Carga Horária: 60h

Ementa: Por meio da revisão crítica da historiografia e da análise de fontes históricas, compreender: a África pré-colonial; o processo de colonização e resistências; dimensões da diáspora; lutas de independência e processos de libertação nacional; estados pós-coloniais e a globalização. Possibilidades de ensino e pesquisa de História da África.

Competências:

- Conhecer sociedades africanas antes do contato com os europeus, tais como os reinos: do Sudão ocidental, iorubás e daomeanos, do Congo e do Monomatapa;
- Analisar criticamente os projetos coloniais e neocoloniais e os movimentos políticos de contestação protagonizados pelas populações africanas, entre os séculos XVI e XX;
- Compreender o conceito de diáspora e a diáspora africana, com ênfase no período do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, considerando os saberes, as culturas e os modos de vida em circulação;
- Compreender as lutas de Independências, as perspectivas pan-africanistas e projetos nacionais;
- Conhecer a História e a historiografia sobre/do continente africano, primando pela centralidade das perspectivas africanas, abrindo possibilidades de ensino e pesquisa.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

História Geral da África. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra.** História e civilizações. Tomo I e II. Salvador / São Paulo: Edufba / Casa das Áfricas, 2009/2011.

REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo (org). **África, margens e oceanos.** Perspectivas de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

COMPLEMENTAR:

ALFAGALI, Crislayne. **Ferreiros e fundidores da Ilamba.** Uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII). Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.

CARNEY, Judith. **Navegando contra a corrente:** o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. *África, [S. L.]*, n. 22-23, p. 25-47, 2004.

COOPER, Frederick. **Histórias de África.** Capitalismo, modernidade e globalização. Lisboa: Edições 70, 2018.

GILROY, Paulo. **O Atlântico Negro:** modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

ROCHA, Maria José; PANTOJA, Selma (Orgs). **Rompendo silêncios:** história da África nos currículos da educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.

HISTÓRIA DO PIAUÍ

Carga horária: 60h + 30h (PCC)

EMENTA:

Formação política, social e econômica do Piauí no período colonial. Os projetos urbanísticos portugueses no século XVIII e XIX. A Escravidão no Piauí. As lutas de Independência no Piauí. O Piauí no Brasil Império: economia, política e sociedade. O movimento abolicionista e republicano no Piauí. A Primeira República e o Estado Novo: aspectos políticos, econômicos e sociais. Projeto de modernização em Oeiras. A Ditadura Militar no Piauí. O Piauí pós-abertura democrática. Ensino e pesquisa em História do Piauí. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Analisar as rupturas e as continuidades do processo de conquista e colonização do Piauí e sua formação histórica;
- Compreender o processo de implantação da estrutura burocrática do império ultramarino português a partir da criação de Oeiras;

- Promover uma reflexão acerca dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do Piauí, destacando a participação da sociedade piauiense no contexto nacional de independência do Brasil;
- Discutir o processo de constituição político e administrativo do Piauí Monárquico e Republicano;
- Compreender a importância dos Movimentos sociais que eclodiram no Piauí a partir da nova produção da historiografia piauiense.

Referências bibliográficas

BÁSICA:

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A elite colonial piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUDAPI; FMC, 2007 (Vol. 1 e 2).

ROCHA, Zulene de Holanda. **Modernização e ressignificação**: as contradições na formação do espaço urbano oieirense (1900 – 1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina: (1877-1914). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e singulares**: História e Memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

LIMA, Nilsângela Cardoso (Org.). **Páginas da História do Piauí colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte**: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo: UPF, 2005.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 h

Ementa: A educação e a filosofia: gênese, conceitos, caracterizações; O educar e o filosofar; As relações entre Filosofia e Educação; Filosofia como fundamento e crítica da Educação; Elementos básicos constituintes das teorias filosóficas da educação: antropológico, axiológico

e epistemológico; Contribuições das concepções de educação da Filosofia Antiga (Sócrates, Platão, Sofistas, Aristóteles) para a modernidade ocidental; Concepções de educação na Filosofia Moderna (Kant, Karl Marx); Concepções de educação na filosofia contemporânea: Teoria crítica da educação (Adorno, Horkheimer, Marcuse); Reconhecimento ético como educação dos afetos (Honneth, Charles Taylor); Ética das virtudes como pedagogia da resistência (MacIntyre); Educação na perspectiva decolonial (Paulo Freire, Catherine Walsh).

Competências:

- Pesquisar o campo de estudo e definir a Filosofia da Educação e sua relação com os cursos de licenciaturas;
- Identificar as principais questões da Filosofia da Educação;
- Compreender as tendências filosóficas;
- Desenvolver uma visão crítico-reflexiva no contexto dos cursos de licenciaturas com base nas contribuições filosóficas da educação.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

DALBOSCO, Cláudio A.; CASAGRANDA, Edison A.; MÜHL Eldon H. (Orgs). **Filosofia e pedagogia: aspectos históricos e temáticos**. Campinas: Autores Associados, 2008.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANHA, Maria L. De Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

MÉSZAROS, István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PORTO, Leonardo Sartori. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da Educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

Disciplinas do 5º Bloco

HISTÓRIA DA AMÉRICA II

Carga Horária: 60 h + 30 h (PCC)

Ementa: Por meio da revisão crítica da historiografia e análise de fontes históricas, compreender a consolidação dos Estados Nacionais latino-americanos, o processo de industrialização no continente, os movimentos sociais, os populismos, as democracias e as ditaduras. Ensino e pesquisa em História da América II. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender o processo de consolidação dos estados nacionais latino-americanos;
- Analisar a industrialização no continente e a formação do operariado;
- Compreender a atuação de distintos movimentos sociais: indígena, operário, negro, de mulheres;
- Compreender e articular os conceitos de democracia, populismos e ditaduras;
- Estabelecer práticas de ensino e pesquisa na disciplina.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina (1800-2000)**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2007.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COMPLEMENTAR:

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

IANNI, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular:

WASSERMAN, Claudia. **Nações e Nacionalismos na América Latina (desde quando?): a questão nacional no pensamento latino-americano**. 1. Ed. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA I

Carga Horária: 90h

Ementa: apresentação de procedimentos para a construção, planejamento e realização de pesquisa em História: formulação do objeto e tema de pesquisa; levantamento e revisão bibliográfica; mapeamento e organização de Fontes. Elaboração do pré-projeto de pesquisa. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender procedimentos de construção, planejamento e realização de pesquisa em História;
- Formular objetos e temas de pesquisa em História;
- Realizar levantamentos e revisões bibliográficas para a pesquisa em História;
- Realizar levantamentos e organização de fontes documentais para a pesquisa em História.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINTO, C.R.; GUAZZELLI, C. B. **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

COMPLEMENTAR:

BARROS, J. A. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica: 2008.

SILVA, Marcos A. da. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

HISTÓRIA DO BRASIL II

Carga Horária: 60 h + 30 h (PCC)

Ementa: por meio de leitura crítica da historiografia e da documentação histórica, abordar: Independência, construção do Estado-nação e cidadania; escravidão e trabalho; raça, ciência, sociedade e políticas de Estado; povos indígenas e a questão nacional; natureza e sociedade no Brasil oitocentista. Ensino e Pesquisa em História do Brasil II. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender o processo de construção do Brasil Independente a partir de seus múltiplos sujeitos, projetos e conflitos históricos;
- Refletir sobre as permanências, rupturas e paradoxos que caracterizaram a construção das instituições políticas e sociais do Brasil Independente;
- Conhecer a bibliografia e documentação pertinentes à ementa e suas possibilidades para o Ensino e a Pesquisa das temáticas em questão;

Cenários da Aprendizagem: sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

AZEVEDO, Célia. M. M. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALHOUB, S. **A força da escravidão Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

GRINBERG, Keila; SALLES, R. (orgs) **O Brasil Imperial**. (v. I, II e III) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COMPLEMENTAR:

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

DIAS, Maria O. L. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

JANCSÓ, I. (org.) **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARSON, Izabel A.; OLIVEIRA, Cecília H. L. S. (orgs.) **Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Edusp, 2013.

MATTOS, Hebe M. **Das Cores do Silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil séc. XIX. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2013.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Carga Horária: 60 h

Ementa: História da educação de surdos; Identidade e Cultura Surda; Legislação específica da Libras; Aspectos linguísticos da Libras - parâmetros formadores dos sinais, pares mínimos, iconicidade e arbitrariedade dos sinais; Vocabulário básico da língua de sinais: datilologia, cumprimentos e saudações, calendário, pronomes, advérbios, verbos básicos; Estratégias de Ensino para alunos/as surdos/as.

Competências:

- Dominar os subsídios teórico e prático que fundamentam a atividade docente na área da surdez;
- Conhecer o atual cenário de políticas públicas e a legislação para a população surda;
- Compreender o contexto linguístico, cultural e histórico da Libras;
- Estabelecer uma comunicação básica com a comunidade surda. Cenários de aprendizagem:

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências, serão utilizados a sala de aula, a biblioteca, os recursos didáticos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CAPOVILLA, Fernando César. RAPHEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue: Língua Brasileira de Sinais**. 3ªed. São Paulo: EDUSP, 2001. Vol.1

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Legislação de Libras**. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. BRASIL. Legislação

de Libras. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. BRASIL. Legislação de Libras. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto**. Brasília: LIBREGRAF, 2004. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

MARCON, Andréia Mendiola [et al]. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2011.

MOREIRA, Gabriela Maffei; PALAZZO, Tatiana. **Tópicos em Libras: Surdez e inclusão**. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

MOURA, Maria Cecília. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

Carga Horária: 90 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da bibliografia, abordar: comunicação, informação e conhecimento em sociedades em rede; inclusão e exclusão digital; tecnologias da informação e comunicação: possibilidades de pesquisa e ensino em História; História digital: abordagens, plataformas e instrumentos; tecnologias educacionais e espaços de educação histórica.

Competências:

- Compreender a historicidade das sociedades em rede;
- Pensar a tecnologia e as ferramentas digitais em perspectiva histórica;
- Contextualizar as relações de diferença e desigualdade no acesso e nas relações com as ferramentas digitais;
- Conhecer e utilizar as possibilidades da História Digital para o ensino e pesquisa em História;
- Conhecer e utilizar as possibilidades de ferramentas tecnológicas na construção do conhecimento histórico escolar.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia** – de Guttenbergh à internet. Rio

de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Wendel (org.). **Tecnologia e educação**: as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: WAK, 2011.

COMPLEMENTAR:

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface** – como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KENSKI, Vani M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência** – o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

SILVA, Mozart Linhares da (org.). **Novas tecnologias** – educação e sociedade na era da informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PISCHETOLA, M. **Inclusão digital e educação**: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2016.

Disciplinas do 6º Bloco

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

Carga Horária: 150 h

Ementa: Através do diálogo crítico com a bibliografia, contextualizar as disputas e conflitos envolvidos na criação das leis e regulamentações da educação básica brasileira: Leis e Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Identidade profissional do/a professor/a de História no contexto das novas configurações do mundo do trabalho. Organização escolar, currículo e a prática docente em História relativos aos 6ª e 7ª anos do ensino fundamental. Ensino de História e suas diferentes modalidades: Educação de Jovens e Adultos. Execução de regência nos termos do Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado.

Competências:

- Refletir sobre os aspectos fundamentais das leis e regulamentações da educação básica brasileira e piauiense (LDB, PCN's, BNCC) e sua relação com o ensino de História;
- Compreender as problemáticas que envolvem a formação profissional inicial e continuada e da identidade do/a professor/a de História diante da organização do mundo do trabalho na contemporaneidade;

- Identificar e apreender elementos da organização escolar e do currículo necessários à prática docente em História relativos aos 6ª e 7ª anos do ensino fundamental.
- Discutir o ensino de História no âmbito da educação de Jovens e Adultos (EJA).

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CAIMI, Flávia Eloisa. **Aprendendo a ser professor de História**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2008.

BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Angela Ribeiro et al (Orgs.) **BNCC de História nos estados: o futuro do presente**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: História (v. 2)**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental: História**. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 LDB)**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. MEC/CONSED/UNDIME - Brasília, 2017.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA II

Carga Horária: 120h

Ementa: Aprofundamento de procedimentos para a construção, planejamento e realização de pesquisa em História: construção do problema de pesquisa; metodologias de análise de fontes para pesquisa em História aplicada ao objeto específico; diálogo com referenciais teóricos. Elaboração do projeto de pesquisa e estabelecimento de orientação de acordo com o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

Competências:

- Compreender e mobilizar procedimentos para a construção, o planejamento e a realização de pesquisa em História;
- Construir problemas de pesquisa em diálogo com referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa em História;
- Produzir projetos de pesquisa em História.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2008. 4ª edição.

PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania Regina (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru-SP: Edusc, 2006.

COMPLEMENTAR:

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

VIEIRA, M. do Pilar de A.; PEIXOTO, M. do Rosário da C.; KHOURY, Yara M. Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

SILVA, V. K.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

CADIOU, François, et al. **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. RJ, 2000.

HISTÓRIA DO BRASIL III

Carga Horária: 60 h + 30 h (PCC)

Ementa: Por meio da revisão crítica da historiografia e análise de fontes históricas, compreender a construção do Estado Republicano, identidade nacional e pós-abolição. Democracias, Ditaduras, Autoritarismos e Violência de Estado. Movimentos sociais e resistências. Urbanização e Modernização Conservadora. Ensino e Pesquisa em História do Brasil III. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender, a partir de documentos e da historiografia, o período republicano brasileiro: permanências, rupturas, movimentos sócio-políticos;
- Estabelecer conexões entre a produção historiográfica e o ensino de História nos diferentes níveis.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:**BÁSICA:**

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano** (V. I, II, III, IV). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COMPLEMENTAR:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARVALHO, José Murilo. **A Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu**: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Teresina: Cancioneiro, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Dicionário da república**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Carga Horária: 60 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da historiografia e análise de fontes históricas, compreender o Breve Século XX. Guerras, Revoluções, Crises e Conflitos armados. Fascismos, autoritarismos e democracias. Movimentos sociais e culturais, direitos humanos e meio ambiente. Ensino e pesquisa em História do Breve Século XX.

Competências:

- Compreender os movimentos sociais e culturais do século XX;
- Estabelecer conexões entre os diferentes movimentos políticos que compõem o período;
- Analisar a formação de diferentes mecanismos de proteção aos direitos humanos;
- Desenvolver estratégias de ensino e pesquisa em relação ao século XX.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:**BÁSICA:**

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX - o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX (África e Ásia; Europa)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COMPLEMENTAR:

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História do Tempo Presente: Textos e Documentos**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, Vol. V, VI e VII.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

MACEDO, José Rivair (org.) **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras expressões, 2016.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos Fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carga Horária: 60 h

Ementa: Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: direito à educação; a política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais, os contextos e a legislação de ensino; o financiamento; a organização da educação básica e da educação superior na Constituição

Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº. 9.394/96) e na legislação complementar.

Competências:

- Conhecer e entender as políticas educacionais do Brasil.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, a sala de vídeo, o ambiente virtual e a biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 17. ed. Atualizada. Petrópolis. 24ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CÁSSIO, F. L. (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMPLEMENTAR:

KRAWCZYK, Nora (Org.). **Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas-SP: FE/UNICAMP; Uberlândia-MG: Navegando, 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; RODRIGUES, Cibele Maria Lima (Orgs.). **A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2019.

OLIVEIRA, R. L. P.; ADRIÃO, T. Os 25 anos da Constituição de 1988. In: Leite, Yoshie; Militão, Silvio; Lima, Vanda. (Org.). **Políticas Educacionais e qualidade da escola pública**. 1ed. Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 29-42.

OLIVEIRA, R.L. P. – Direito à educação. In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. (orgs). **Gestão, financiamento e direito à educação**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

Disciplinas do 7º Bloco

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

Carga Horária: 150 h

Ementa: Através do diálogo crítico com a bibliografia, compreender os processos de construção dos projetos pedagógicos interdisciplinares e suas relações com o ensino de História. Os diferentes ambientes formativos não-escolares e a prática de ensino em História. A organização escolar, o currículo e a prática docente em História relativos ao 8º e 9º ano do ensino fundamental. Ensino de História e suas diferentes modalidades: Educação Especial. Execução de regência nos termos do Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado.

Competências:

- Compreender os processos de construção de projetos pedagógicos interdisciplinares e cooperativos e sua relação com o ensino de História;
- Identificar e explorar as possibilidades da prática do ensino de História em diferentes espaços formativos não-escolares: museus, patrimônios, ambientes virtuais, arquivos públicos;
- Identificar e apreender elementos da organização escolar e do currículo necessários à prática docente em História relativos aos 8ª e 9ª anos do ensino fundamental.
- Discutir o ensino de História no âmbito da Educação Especial.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BEZERRA, Holien Gonçalves. KARNAL, Leandro. (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto: 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de História.** São Paulo: Papirus, 2003.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O Saber Histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997.

COMPLEMENTAR:

ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, Rebeca. (orgs.) **Cultura Política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos de história ensinada.** Campinas, SP: Papirus, 1993.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar, NASCIMENTO, Francisco Alcides, PINHEIRO, Áurea da Paz (Orgs.). **Histórias:** cultura, sociedade, cidades. Recife: Bagaço, 2005.

SILVA, Marcos da. **Repensando a história**: São Paulo: Marco Zero, 1997.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Carga Horária: 60 h

Ementa: Realização da pesquisa a partir de fontes e/ou trabalho de campo relacionados ao Tema; estreitamento dos diálogos temáticos, metodológicos e teóricos; organização textual e escrita no processo de pesquisa em História.

Competências:

- Elaborar e desenvolver a estrutura organizativa de um texto produto de pesquisa em História;
- Desenvolver os procedimentos metodológicos para o trabalho com fontes para a pesquisa em História;
- Desenvolver a capacidade de instrumentalizar referenciais teórico-metodológicos no desenvolvimento de pesquisa em História.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula, repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar. Arquivos e instituições produtoras do discurso historiográfico.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARROS, José d' Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BECKER, Howard. **Truques de escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COMPLEMENTAR:

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: Balanço histórico, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 23, n. 45, 2003.

HISTÓRIA E GÊNERO

Carga horária: 60 h

Ementa: A constituição do campo: da História das mulheres à História dos gêneros. Identidade de gênero, teoria queer e decolonialidade: discussões teóricas e apropriação pelo discurso historiográfico. História das relações de gêneros: as pesquisas sobre as masculinidades e feminilidades na sociedade brasileira e piauiense. História, gênero, currículo e educação.

Competências:

- Identificar e discutir problemáticas que envolvem a constituição do campo de pesquisa da História da Mulheres/História e Gênero: movimento feminista e escrita da História, produção historiográfica e debates políticos e epistemológicos;
- Apreender as questões teóricas em torno dos problemas de gênero, teoria queer, decolonialidade e suas apropriações pelo campo da História;
- Compreender a produção de pesquisas sobre a História social das construções culturais das masculinidades e feminilidades na sociedade brasileira e piauiense;
- Discutir as inter-relações entre História, gênero, currículo e educação.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, a sala de vídeo, os arquivos virtuais, os museus e a biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo”.** Uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

BUTLHER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e singulares:** História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

RAGO, Margareth. **A Aventura de Contar-se: Feminismos, Escrita de si e Invenções da Subjetividade**. Campinas: Unicamp, 2013.

ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Carga Horária: 90 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da historiografia e do diálogo com fontes históricas, compreender: a construção histórica das legislações e práticas de ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena em espaços de educação histórica no Brasil; atuação histórica dos movimentos negros e indígenas na construção de políticas educacionais sobre História e cultura indígena e afro-brasileira; questões teóricas e metodológicas para o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena.

Competências:

- Compreender o processo de institucionalização do ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil, a partir das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais e dos aportes acadêmicos.
- Problematicar as narrativas da História pública acerca da escravidão e sociedades indígenas;
- Contribuir para a construção de práticas antirracistas na formação de professores e nos espaços educacionais;
- Conhecer e instrumentalizar para o ensino e a pesquisa documentações pertinentes à História e à cultura afro-brasileira e indígena e aos movimentos sociais relacionados.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula, repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar. Arquivos e instituições produtoras do discurso historiográfico.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (Orgs.). **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo, Paulinas, 2012.

COMPLEMENTAR:

NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo. Selo Negro. 2008.

XAVIER, Giovana. (Org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas**. Cachoeira/ Rio de Janeiro: Ed. UFRB/ Fino Traço, 2015.

WITTMANN, Luisa Tombini (org). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. São Paulo: Global, 2000.

RATTS, Alex (org.). **Eu Sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza. São Paulo. 2006.

OPTATIVA EM EDUCAÇÃO

Carga horária: 60 h

Ementa: Definida a partir da escolha da turma entre as disciplinas optativas da área de educação.

Competências:

- Definidas em cada disciplina optativa listadas em tópico específico.

Cenário de Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

Definida em cada disciplina optativa listadas em tópico específico.

OPTATIVA EM HISTÓRIA I

Carga horária: 30 h

Ementa: Definida a partir da escolha da turma entre as disciplinas optativas de História/áreas afins.

Competências:

- Definidas em cada disciplina optativa listadas em tópico específico.

Cenário de Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

Definida em cada disciplina optativa listadas em tópico específico.

Disciplinas do 8º bloco

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III

Carga Horária: 100 h

Ementa: Através do diálogo crítico com a bibliografia, discutir o currículo de História no âmbito do ensino médio no Brasil e no Piauí. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), integração dos saberes, itinerários formativos e a prática do ensino de História no Ensino Médio. A organização escolar, o currículo e a prática docente em História relativos ao Ensino Médio (1º, 2º e 3º anos). Ensino de História e suas diferentes modalidades: Educação Profissional. Execução de regência nos termos do Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado.

Competências:

- Apreender e criticar as atuais estruturas curriculares do Ensino Médio no Brasil e no Piauí;
- Compreender a prática do ensino de História no Ensino Médio a partir das concepções curriculares e pedagógicas implementadas com a BNCC com ênfase nas propostas interdisciplinares do documento: projeto de vida, formação integrada, áreas de saberes, flexibilidade curricular, eixos estruturantes, trilhas de aprofundamento;
- Identificar e apreender elementos da organização escolar e do currículo necessários à prática docente em História relativos ao Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª anos).
- Discutir o ensino de História no âmbito da Educação Profissional.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARREIRO, Iraide Marques de Freitas. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos de história ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). MEC/CONSED/UNDIME - Brasília, 2018.

CABRINI, Conceição [et. al.]. **O ensino de história**: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, Pelotas, n. 11, p. 5- 24, 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. (V. 5). Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, 2018.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Carga Horária: 60 h

Ementa: Construção e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (artigo ou monografia).

Competências:

- Desenvolver pesquisa qualificada no campo da História;
- Apresentar produto de pesquisa em História no formato de texto acadêmico (monografia ou artigo);
- Desenvolver habilidades para a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Participar do debate historiográfico a partir da apresentação e defesa de trabalho de pesquisa autoral.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICAS:

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os métodos da História**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

THOMPSON, E. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

COMPLEMENTAR:

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (ORGS.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes**: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Carga Horária: 60 h + 30 h (PCC).

Ementa: O Tempo presente como objeto da História. Um mundo digital: local e global. Democracias, autoritarismos e resistências na virada do milênio. Disputas de memórias, patrimonialização e sociabilidades. Ensino e pesquisa em História do Tempo Presente: Questões éticas, teóricas e metodológicas. Além da carga horária teórico-prática, a disciplina é composta por 30 horas de prática como componente curricular.

Competências:

- Compreender o tempo presente como objeto de pesquisa e ensino de História;
- Apreender disputas e tensões sobre memórias, patrimônios e sociabilidades;
- Perceber transformações e permanências no âmbito das democracias, autoritarismos e resistências no tempo presente;
- Compreender as imbricações do mundo digital nas tensões entre local e global.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Ed. 2016.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria;

MATA, Sérgio da (orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

COMPLEMENTAR:

DELGADO, Lucília A. **O Brasil Republicano**: O tempo da Nova República – Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DELGADO, Lucilia A. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Carga Horária: 60 h

Ementa: A historiografia brasileira nos séculos XIX e XX: constituição, institucionalização e profissionalização. A emergência de movimentos sociais e os impactos nas mutações da historiografia brasileira no século XX. Tendências na historiografia brasileira no século XXI. Historiografia piauiense: períodos, problemas e perspectivas.

Competências:

- Compreender o processo de construção do discurso historiográfico brasileiro nos séculos XIX e XX.
- Compreender as transformações na historiografia brasileira e suas relações com os movimentos sociais no século XX.
- Compreender as diferentes tendências na historiografia brasileira no século XXI.
- Identificar e conhecer os períodos, problemas e perspectivas da historiografia piauiense.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula, repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar; visita a arquivos e instituições produtoras do discurso historiográfico.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas**. São Paulo. Editora Anita Garibaldi. 2020.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**. (Vol. 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

COMPLEMENTAR:

FREITAS, Marcos César de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-Africanismo na América do Sul: Emergência de uma rebelião Negra**. São Paulo. Editora Vozes. 1981.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Teresinha. **Historiografia piauiense: do singular ao plural**. Recife: Edições Bagaço, 2006.

OPTATIVA II

Carga horária: 30 h

Ementa: Definida a partir da escolha da turma entre as disciplinas optativas de História/áreas afins.

Competências:

- Definidas em cada disciplina optativa listadas em tópico específico.

Cenário de Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

Definidas em cada disciplina optativa listadas em tópico específico.

DISCIPLINAS OPTATIVAS EM HISTÓRIA

HISTÓRIA E LITERATURA

Carga Horária: 30 h

Ementa: Através do diálogo crítico com a bibliografia, abordar a relação entre o discurso histórico e o literário. Trocas interdisciplinares entre História, História literária e Crítica literária. A dimensão narrativa do texto historiográfico. A fabricação da fonte literária e a historicidade das formas ficcionais. História, intelectuais e cultura letrada.

Competências:

- Identificar e apreender o regime de semelhanças e diferenças entre o discurso histórico e o literário;
- Conhecer e instrumentalizar os contatos interdisciplinares entre os campos da História, da História literária e da Crítica literária;
- Apreender o debate epistemológico que envolve o reconhecimento da dimensão narrativa do texto historiográfico.
- Compreender a História intelectual e da cultura letrada através da identificação da historicidade das formas literárias.

Cenário de Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo: estudos sobre narrativa**. Rio Janeiro: Rocco, 1989.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. (Vol. 1, 2,3) Campinas: Martins Fontes, 2010.

COMPLEMENTAR:

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: Ouro sobre azul, 2014.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MICELI, Sérgio. MYERS, Jorge (orgs). **Retratos latino-americanos: a recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX**. São Paulo: Sesc Editora, 2019.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARTE, MODERNIDADE E TEMPORALIDADES NO BRASIL DO SÉCULO XX

Carga Horária: 30 h

Ementa: Através do diálogo crítico com bibliografia e fontes, abordar a relação entre arte, tempo e intelectualidade na modernidade periférica brasileira. História e História da Arte: epistemologia das formas temporais das imagens. Vanguardas, temporalidades e projetos de modernidade no Brasil do século XX.

Competências:

- Identificar e discutir problemáticas que envolvem a História, a História da Arte e as formas de temporalidade das imagens: anacronismos, sobrevivências, memórias, recalques, retornos etc.
- Apreender as intersecções entre heterocronias artísticas, ideologia, utopia e nostalgia nos modernismos brasileiros da primeira metade do século XX.
- Compreender os entrecruzamentos entre os projetos de modernidade desenvolvimentista, revolucionário e autoritário e as vanguardas nacionais da segunda metade do século XX: concretismo, neoconcretismo, neossurrealistas, Cinema novo, Centro popular de cultura, Tropicalismo, entre outros.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ANTELO, Raúl. **Maria com Marcel**: Duchamp nos trópicos. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
 DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: História da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
 NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre a arte brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COMPLEMENTAR:

COUTO, Maria de Fátima Morethy. **Por uma vanguarda nacional**. A crítica brasileira em busca de uma identidade artística. (1940-1960). Campinas: Unicamp, 2004.
 HUYSEN, Andreas. **Memórias do modernismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). Ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

MICELI, Sérgio. **Vanguardas em retrocesso**: ensaios de história social e intelectual do modernismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **Tempos Modernos**: Arte, tempo, política. São Paulo: n-1, 2021.

CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL DO PIAUÍ

Carga horária: 30 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da bibliografia e da análise de fontes históricas, abordar: a complexificação das entradas dos conquistadores na capitania do Piauí; a disputa e construção dos territórios pelo Estado do Maranhão e do Brasil; as guerras indígenas e consolidação da anexação do território piauiense ao Maranhão; a expansão eclesiástica pelo território e consolidação das justiças do rei.

Competências:

- Compreender as tentativas de territorialização do poder colonial por parte da Igreja Católica e da Coroa portuguesa na capitania do Piauí.
- Debater as disputas entre Estado do Maranhão e do Brasil na construção da jurisdição administrativa e religiosa da capitania do Piauí;
- Compreender o protagonismo indígena no processo de disputa e definição territorial da capitania do Piauí;
- Conhecer o debate historiográfico e as potencialidades das fontes históricas sobre o Piauí no período colonial.

Cenário de Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências bibliográficas:

BÁSICA:

CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves de Souza Junior (org.). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial**. Belém: Paka Tatu, 2016.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça. **Réus de Batina. Justiça eclesiástica e clero secular no bispado do Maranhão colonial**. São Paulo: Alameda, 2017.

SILVA, Mairton Celestino. Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. **Tese**

(Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

COMPLEMENTAR:

CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica**: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655). São Paulo: Alameda, 2017.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). **REVISTA DE HISTÓRIA SÃO PAULO**, Nº 168, p. 167-200, janeiro / junho 2013.

FERREIRA, André Luís Bezerra. **Injustos cativos**: os índios no Tribunal da Junta das Missões do Maranhão. Belo Horizonte: Caravana Grupo Editorial, 2021.

MOTT, Luiz Mott. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

ROLAND, Samir Lola. **Sesmarias, índios e conflitos de terra na expansão portuguesa no vale do Parnaíba, (Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Pará, Belém, 2018.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DOS SERTÕES

Carga horária: 30 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da bibliografia e da análise de fontes históricas, abordar os diferentes usos e significados atribuídos aos sertões ao longo da História e as produções historiográficas que utilizam o termo “sertão/sertões” para compreender o passado histórico.

Competências:

- Apreender os significados atribuídos aos sertões, compreendendo-os enquanto construções históricas;
- Compreender os usos do termo sertão/sertões no período colonial e as transformações ocorridas a partir do século XIX e XX;
- Estabelecer contato com estudos historiográficos que operacionalizam o termo “sertões” para analisar realidades espaciais e temporais diversas;
- Conhecer as possibilidades de pesquisa sobre a História e historiografia dos sertões.

Cenário de Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. Estudos Históricos, vol. 8, nº 15, 1995.

KURY, Lorelai (org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

COMPLEMENTAR:

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O sertão dos Taconhapé. Cravo, índios e guerras no Xingu seiscentista. In: SOUZA, Célio Martins; CARDOSO, Alírio. **Histórias do Xingu. Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séculos XVII-XXI)**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2008.

KOK, Glória. **O sertão itinerante**. Expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2004.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

RÊGO, André Heráclio do. O sertão e a geografia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 63. abr. 2016.

HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Carga horária: 30 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da bibliografia e da análise de fontes históricas, abordar: os debates a respeito das bases históricas da ciência moderna; a História da institucionalização da ciência no Brasil; a diversidade dos espaços de produção de conhecimento; as reflexões sobre a circulação e intercâmbio de saberes e práticas construtivas do conhecimento científico.

Competências:

- Refletir sobre processo histórico de institucionalização da ciência no Brasil;
- Compreender que o conhecimento científico é construído em diferentes espaços e por sujeitos com formação especializada ou não;
- Compreender a discussão em torno da circulação de saberes e as conexões entre os chamados “centros” e “periferias” na ciência;
- Compreender os principais temas abordados pela historiografia das ciências no Brasil e as possibilidades de pesquisa na área.

Cenário da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (orgs.). **Ensaio de história das ciências no Brasil**. Das Luzes à nação independente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GAVROGLU, Kostas. **O passado das ciências como história**. Porto: Porto Editora, 2007.

RAJ, Kapil. **Circulação e a História Global da Ciência**. Tradução de Juliana Freire. Revista Maracanan, Edição: n.13, Dezembro, 2015.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Danielle Sanches de. **O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

CHALHOUB, Sidney (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

DASTON, Lorraine. **Historicidade e objetividade**. Tradução: Derley Menezes Alves e Francine Iegelski (Org. Tiago Santos Almeida). São Paulo: Editora LiberArs, 2017.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

HISTÓRIA AMBIENTAL

Carga horária: 30 h

Ementa: Por meio de abordagem crítica da historiografia e de fontes, discutir: a natureza como problema histórico; concepções e relações do ser humano com/sobre a natureza, abordando diferentes culturas e paradigmas; império e natureza; ciência e natureza; degradação e preservação do meio ambiente como problemas sociais: movimentos ambientalistas, direitos humanos e intersecções com questões de gênero, classe e racialização; (in)justiça ambiental e educação ambiental a partir da História; História Ambiental como campo do conhecimento.

Competências:

- Compreender as noções e relações com a natureza como produtos históricos a partir de diferentes sociedades e culturas;
- Conhecer o campo da História Ambiental e suas possibilidades para o ensino, pesquisa e extensão;
- Pensar a (in)justiça ambiental a partir de uma perspectiva interseccional;
- Promover práticas de educação ambiental pautadas no conhecimento histórico.

Cenários de Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências bibliográficas:

BÁSICA:

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Pórticos, 1966.

DUARTE, Regina. H. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

COMPLEMENTAR:

CROSBY, A. W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S.. (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. (ORGS.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS

Carga Horária: 30 h

Ementa: Por meio de abordagem crítica de bibliografia e de documentação pertinente, abordar historicamente diferentes concepções de dignidade humana, direitos individuais e coletivos e direitos humanos em diversos paradigmas culturais. Promover a construção de ferramentas que contribuam com uma educação voltada à promoção da dignidade da pessoa humana.

Competências:

- Compreender a construção histórica da noção de Direitos Humanos na cultura ocidental;
- Compreender a construção histórica de diferentes noções de dignidade humana em múltiplas culturas;
- Analisar noções de dignidade e direitos humanos em diálogo com a interculturalidade;
- Construir ferramentas educacionais que promovam os valores da dignidade da pessoa humana.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências bibliográficas:

BÁSICA:

BENTO, Berenice (org.). **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

COMPLEMENTAR:

BENEVIDES, M. V.; BERCOVICI, G. (Org.); MELO, C. (Org.). **Direitos Humanos, Democracia e República** - homenagem a Fabio Konder Comparato. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CHAUI, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra; NUNES, Carmen L. da Silveira; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda S. (Orgs.) **Memória, Verdade e Justiça: as marcas das ditaduras do Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, 2012.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

HISTÓRIA ORAL: FUNDAMENTOS E MÉTODOS

Carga horária: 30 h

Ementa: Por meio da análise crítica da bibliografia pertinente, compreender a História Oral enquanto referencial teórico e metodológico na pesquisa histórica. Procedimentos básicos para a realização, análise e guarda de entrevistas. História Oral, Memórias e Identidades. A ação ética na História Oral.

Competências:

- Historicizar a utilização da metodologia da História Oral na pesquisa histórica;
- Conhecer os procedimentos básicos para a realização de uma entrevista baseada na metodologia da História Oral;
- Diferenciar, de maneira inicial, os conceitos de História e memória;
- Compreender a ação ética do profissional no tratamento com as fontes orais.

Cenários de aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, a sala de vídeo, os arquivos virtuais, os museus e a biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

COMPLEMENTAR:

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **História Oral**, v. 17, n. 2, jul./dez. 2014, p. 47-67.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 15, p. 13-49, abril/1997.

MIGRAÇÕES FORÇADAS NOS SÉCULO XX e XXI

Carga Horária: 30 h

Ementa: A partir da análise crítica das fontes e da historiografia, compreender os deslocamentos forçados nos séculos XX e XXI: decorrentes de guerras, convulsões sociais,

ditaduras e catástrofes ambientais. A criação de um aparato jurídico internacional de proteção ao direito humano de migrar.

Competências:

- Compreender, a partir de documentos e da historiografia, que a mobilidade é uma característica das sociedades humanas;
- Analisar as diferentes formas de migrações forçadas e suas características nos diferentes momentos dos séculos XX e XXI;
- Estabelecer relações entre a ação das sociedades sobre o meio-ambiente e as crises climáticas.

Cenários de aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, arquivos virtuais, museus e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

JOSEPH, Handerson; BERSANI, Ana Elisa (Org.). **Dinâmicas migratórias haitianas no Brasil: Desafios e Contribuições**. Campinas: Temáticas, 2017.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História Oral e Migrações: método, memória e experiências**. São Paulo: Letra & Voz, 2017.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luiz. **La política del destierro y el exilio en América Latina**. México: FCE, 2013.

COMPLEMENTAR:

ECO, Umberto. **Migração e Intolerância**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (org.). **Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

REDIN, Giuliana (org.). **Migrações internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

SANTOS, Enrique Coraza de los. LASTRA, Maria Soledad. **Miradas a las migraciones: las fronteras y los exílios**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

SCHWARZSTEIN, Dora. Migración, refugio y exilio: categorías, prácticas y representaciones. **Estudios migratorios latino-americanos**. Año 16, nº48, 2001, p. 249-268.

ENSINO DE HISTÓRIA E FONTES

Carga Horária: 30 h

Ementa: Através do diálogo crítico com a bibliografia, abordar as diferentes definições, tipologias e metodologias relativas à construção das fontes históricas. Discutir a especificidade da leitura histórica da variedade de discursos e registros visuais e suas materialidades. Debater as possibilidades de uso das fontes no ensino de História. A disciplina tem toda a carga horária de prática como componente curricular.

Competências:

- Apreender os aspectos teóricos e metodológicos envolvidos na construção das fontes históricas;
- Compreender as especificidades das leituras históricas dos diferentes discursos e registros visuais e suas materialidades: fotografias, quadrinhos, pinturas, monumentos, jornais, romances, crônicas, manuscritos;
- Conhecer e instrumentalizar diversos tipos de fontes que podem ser utilizadas como recurso fundamental no ensino de História;
- Conhecer estratégias de utilização das fontes históricas para produção do conhecimento histórico no âmbito das atividades escolares.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FARIA, Maria Alice. **Como usar o jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRA, Martins. **Como usar música na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2017.

MOCELLIN, Renato. **História e Cinema: educação para as mídias**. São Paulo: do Brasil, 2009.

COMPLEMENTAR:

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: Balanço histórico, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 23, n. 45, 2003.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2015.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2007.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

OPTATIVAS EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES

Carga Horária: 60 h

Ementa: Diversidades e diferenças como dimensões constitutivas da condição humana. Formação docente e diversidades. Desigualdades e diferenças nos espaços de educação formal, não-formal e informal: classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, geração e pessoas com deficiência. Legislação e políticas públicas para as diversidades na educação.

Competências:

- Compreender as discussões conceituais acerca das diversidades e diferenças;
- Refletir sobre propostas pedagógicas comprometidas com o direito às diversidades nos espaços escolares;
- Analisar os marcos legais da educação e as políticas públicas para as diversidades;
- Instrumentalizar o referencial bibliográfico e as experiências pedagógicas para uma atuação docente comprometida com o combate às múltiplas formas de preconceito e desigualdades contra as diversidades.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola:** assujeitamento e resistência à ordem normativa. 1.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

COMPLEMENTAR:

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira:** desafios, políticas e práticas. RBPAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

PETIT, Sandra H.. **Pretagogia**: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Africana na formação de professoras e professores. 2. ed. Belo Horizonte: NANDYALA, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart. **Identidade e Diferença**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Carga Horária: 60 h

Ementa: Perspectivas históricas, legais e conceituais da educação inclusiva; cultura e cotidiano escolares nas práticas de educação inclusiva; metodologias e ferramentas para a promoção da educação inclusiva; práticas de educação inclusiva no ensino regular.

Competências:

- Compreender, histórica e conceitualmente, as dinâmicas de segregação, integração e inclusão;
- Compreender e efetivar os parâmetros legais e as políticas públicas voltadas à educação inclusiva;
- Pensar e promover a escola como um espaço de inclusão;
- Instrumentalizar e desenvolver metodologias e ferramentas para a educação inclusiva.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHMIDT, Maria A. & STOLTZ, Tânia (Orgs.). **Educação, cidadania e inclusão social**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

Complementar:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp/pdf/res2_b.pdf. Acesso em 05/08/2004.

REILY, Lucia Helena. **Escola inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHNEIDER, Magalis B.D. **Subsídios para Ação Pedagógica no Cotidiano Escolar Inclusivo**. Disponível em: www.vrl.http://www.educacaoonline.com.br. Acesso em 06/02/07.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Carga Horária: 60 h

Ementa: Por meio da revisão crítica da bibliografia, abordar: Didática da História: perspectivas, campo de pesquisa e aplicações no ensino; Consciência Histórica: Definições e usos; o processo de aprendizagem em História; Planejamento, avaliação da aprendizagem de História.

Competências:

- Conhecer os pressupostos da aprendizagem do conhecimento histórico;
- Compreender os múltiplos processos de construção da consciência histórica e suas relações com o ensino escolar de História;
- Entender a agência do sujeito conhecedor na construção do conhecimento histórico escolar;
- Instrumentalizar os saberes da Didática da História para a construção do conhecimento histórico escolar.

Cenários da Aprendizagem:

Sala de aula (universitária e escolar); espaços de educação histórica; arquivos físicos e repositórios virtuais de documentação histórica; ambientes virtuais de aprendizagem com função complementar.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos & BARCA, Isabel (orgs.). **Aprender história**: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora da Unijuí, 2009.

COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, M. R. N. S.; PACHECO, J.A. (Orgs.) **Currículo, Didática e formação de**

professores. Campinas: Papirus, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene (org.) **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História.** São Paulo: Papirus, 2003.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica:** Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGB, 2011.

FERREIRA, Marieta M.; OLIVEIRA, Margarida Maria. **Dicionário do Ensino de História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO CULTURAIS

7 METODOLOGIA

A proposta metodológica definida para o curso de Licenciatura em História da UESPI, campus Possidônio Queiroz, considera os seguintes parâmetros para as relações de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de formação docente que integre as competências de professor/a e pesquisador/a no exercício da profissão:

- Promoção da articulação constante, em componentes curriculares e extracurriculares, entre a teoria e a prática de ensino e de pesquisa;
- Aproximação entre o conhecimento, o/a estudante, o contexto social e o mundo do trabalho onde ele/a se insere, privilegiando a extensão entrecruzada com o ensino e pesquisa como ferramenta;
- Apropriação de competências duráveis sob a forma de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes gerais e específicas alinhadas ao disposto na BNC-formação que regulamenta os cursos de licenciatura;
- Inserção competente e crítica nas variadas situações da vida e da prática profissional e a atuação do docente/pesquisador/a partir dos pressupostos éticos que compõem a disciplina.

Levando em consideração esses pressupostos, as atividades acadêmicas do curso de Licenciatura em História são desenvolvidas com enfoque que se articula com os contextos profissional e social e privilegia a articulação da tríade ensino-pesquisa-extensão para a formação do professor(a)/pesquisador(a). Essa articulação está materializada nas ementas dos

componentes curriculares, nas estratégias avaliativas (ver item 16.1) e nas atividades extracurriculares ofertadas pelo curso, como PIBID, Residência Pedagógica, PIBIC, PIBEU, AACC's e Monitorias. Em todas essas atividades, as/os estudantes são contempladas/os com estratégias de ensino/aprendizagem que privilegiam o uso sistemático de bibliografia, fontes e metodologias diversas que visam a promover competências que viabilizem a formação de docentes com autonomia intelectual e profissional.

Objetivando a construção de tal autonomia e dialogando com as demandas da BNC-formação, em seu inciso II do Art. 7º, tais estratégias de ensino/aprendizagem primam pela integração entre teoria e prática no conjunto de componentes curriculares e extracurriculares. Em sincronia com o inciso VII do mesmo artigo, essa integração entre teoria e prática abrange os componentes de caráter didático e pedagógico, assim como os componentes teóricos e específicos da área do conhecimento.

7. 1 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado, com regulamento próprio, é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, com suas diferentes modalidades de operacionalização em obediência às especificidades do curso. O Estágio Curricular Supervisionado é realizado em instituições conveniadas e está estruturado de acordo com a Lei Nº 11788/2008, Regimento interno da UESPI, Resolução de Estágio Curricular Supervisionado CEPEX Nº 004/2021 e o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras (2021) (Anexo 2).

O curso de História da UESPI-Oeiras possui um campo que atende à necessidade de discentes e docentes para o estágio supervisionado. A UESPI, nesse sentido, firmou convênio de parceria para estágio com a Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC – PI), Secretaria de Educação do Município de Oeiras-PI (SEMED/Oeiras – PI). As Instituições Privadas também podem ser parceiras desde que obedecidas as leis, normas, regulamentos, conveniência e necessidade.

O Estágio Curricular Supervisionado é composto de conteúdos ministrados e acompanhados de forma prática, contido nas disciplinas listadas abaixo. Esses componentes curriculares estão intrinsecamente ligados, exigindo que o discente estagiário se matricule na disciplina subsequente apenas quando aprovado na antecedente.

- Estágio Curricular Supervisionado I (150 horas) – Sexto semestre.

- Estágio Curricular Supervisionado II (150 horas) – Sétimo semestre.
- Estágio Curricular Supervisionado III (100 horas) – Oitavo semestre.

No âmbito desses componentes curriculares, os discentes matriculados realizam atividades de planejamento, observação, intervenções e, por fim, a elaboração de um relatório de atividades. Essas atividades são realizadas sob a supervisão do docente responsável pela disciplina e auxiliado pela Coordenação de Curso. O/A aluno/a estagiário/a terá necessariamente os trabalhos acompanhados pelo/a professor/a da Escola Campo.

A realização das atividades teórico-práticas dos Estágios Curriculares Supervisionados busca iniciar o licenciando do Curso de História da UESPI-Oeiras no espaço escolar em diferentes níveis e modalidades da educação básica. O escopo desses componentes curriculares é proporcionar aos discentes estagiários a construção de um perfil profissional ético e humano voltado para uma educação integradora e interdisciplinar.

Com efeito, as atividades práticas dos Estágios Curriculares Supervisionados ocorrerão nas escolas ou em outros espaços educacionais sempre sob supervisão contínua e permanente. Para efetivo controle institucional dos discentes estagiários, os trabalhos serão devidamente registrados. No início, para o estabelecimento dos vínculos com a escola-campo, serão exigidos preenchimento e entrega dos seguintes documentos: Ficha de Inscrição de Estágio Curricular Supervisionado, Folha de Frequência, Plano de Estágio Curricular Supervisionado, Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado e Ofício de Encaminhamento. As atividades de observação e regência serão registradas pelo discente estagiário na Ficha de Execução.

O pleno funcionamento desses componentes curriculares exigirá que o docente responsável pelas disciplinas siga estrita observância das normatizações desta IES que regem a execução das tarefas pelo discente estagiário. Desse modo, a orientação do/a professor/a ministrante requer o controle da assiduidade e pontualidade do discente estagiário, além de fornecer subsídios historiográficos, didáticos e teórico-metodológicos para o bom desempenho do discente estagiário. É sua responsabilidade estabelecer os elos entre o Curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras e as instituições parceiras.

Durante o processo de execução das atividades, o discente estagiário deverá zelar pelas normatizações desta IES e realizar assídua e pontualmente seus trabalhos de forma ética e profissional. Será igualmente exigido do discente estagiário, dentro do espaço escolar, a interação respeitosa com os profissionais da educação e uso responsável dos equipamentos disponibilizados. A conclusão exitosa das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado por parte dos licenciandos implica ainda presença em todos os trabalhos programados: reuniões,

planejamentos, fóruns de debates, conselhos de classe, etc. A finalização do estágio Curricular Supervisionado ocorrerá desde que computadas as presenças nas atividades e obtida, no mínimo, a nota sete (7,0) e máxima dez (10,00). A nota final será atribuída após a entrega – cópia física encadernada e/ou cópia digital – de um relatório de atividades com reprodução da documentação de estágio.

Compreende-se que a multiplicidade das estratégias para a prática de Estágio Supervisionado Obrigatório é ampla e diversificada, porém, dentre todos os currículos dos seis cursos de Licenciatura em História dessa instituição encontramos objetivos e carga horária comuns, regulados pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Desta feita, consideramos que tais disciplinas devem ser compatibilizadas e aproveitadas junto aos demais PPCs dos diversos cursos de História da UESPI, desde que sejam cursadas em sua integridade. Isto é, caso o aluno transferido estiver cursando parcialmente as disciplinas de Estágio Obrigatório, no momento de sua transferência as horas parciais não poderão ser aproveitadas dado que ele deve se readaptar às estratégias pedagógicas empregadas no curso de destino. Porém, no caso do aluno transferido ter cursado as disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório em sua integridade, tais horas deverão ser aproveitadas, dado que todos os estágios estão de acordo com o artigo 7º, inciso VIII da resolução supracitada: dar-se à centralidade aos Estágios Obrigatórios que “enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio.

7. 2 Atividades Acadêmico, Científico, Culturais – AACC (Atividades Complementares)

As atividades complementares do curso de Licenciatura em História valorizam conhecimentos estruturantes e diversos nos eixos de ensino, pesquisa e extensão, sem prejuízo da curricularização da extensão e sua carga horária regulamentar, incentivando a realização de atividade extracurricular e científico-culturais na formação do/a licenciando/a em História. A carga horária definida para as atividades complementares é de 60 horas, definidas dentro da autonomia deste curso de acordo com a BNC-Formação (Resolução CNE 002/2019) e as normativas institucionais. O cumprimento desta carga horária deverá priorizar a diversidade de atividades acadêmicas, científicas e culturais. As normas de execução, aproveitamento e pontuação das AACC's deste curso são regidas de acordo com a Resolução 002/2021 do

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta instituição. A realização de atividades complementares não se confunde com a execução do Estágio Curricular Supervisionado ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso.

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do/a formando/a, possibilitando a expansão e diversificação das atividades formativas a partir de diálogos com instituições educacionais outras, entidades da sociedade civil, entidades acadêmicas e profissionais e espaços culturais múltiplos. Assim como os componentes curriculares obrigatórios estabelecidos no ementário deste projeto pedagógico, as atividades complementares planejadas e ofertadas dentro do âmbito deste curso propõem a integração entre a teoria e a prática, conjugando ensino e pesquisa como elementos fundamentais na formação do/a docente com competências e habilidades de professor/a-pesquisador/a.

O curso de Licenciatura em História do campus Possidônio Queiroz oferecerá aos/às discentes atividades complementares como: eventos de natureza acadêmico/científicas e culturais, nos quais o/a discente poderá participar como apresentador/a, debatedor/a, ouvinte e organizador/a; Programa Residência Pedagógica; PIBID; PIBIC, PIBEU e Monitoria, dentre outros. Os programas que são regulamentados e financiados por editais e recursos externos ficam condicionados à disponibilidade por parte das instituições provedoras. Assim, a organização pedagógica deste curso de graduação em Licenciatura em História cria as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico seriado semestral.

7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O desenvolvimento e a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso têm como objetivo proporcionar a/ao discente uma formação completa, com o desenvolvimento de capacidades e ferramentas essenciais à prática da profissão de licenciado/a em História a partir do exercício sistemático da pesquisa e sob orientação do corpo docente do curso.

O percurso formativo do Trabalho de Conclusão de Curso, abaixo apresentado, deverá proporcionar às/aos estudantes a oportunidade de conectar os múltiplos componentes curriculares e experiências extracurriculares do curso entre si, entrelaçá-los com as demandas do seu futuro campo de atuação e com o contexto no qual estão inseridos/as. Dentro da proposta pedagógica deste curso, o TCC é concebido e estruturado como um processo contínuo de construção de competências que integrem o exercício da pesquisa ao ensino na formação

docente e que opere a conexão entre teoria e prática.

A construção e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, são regulamentadas e institucionalizadas a partir da resolução 003/2021 do CEPEX e da resolução 001/2020 do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em História, nas quais estão estabelecidas as regras de operacionalização do TCC, o disciplinamento de prazos de elaboração, dos princípios éticos e da entrega dos trabalhos. O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório para integralização do curso e é desenvolvido sob a orientação e/ou coorientação de professor/a do colegiado e coadunado às linhas de pesquisas institucionais.

De acordo com a grade curricular do curso, o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso será distribuído entre os quatro últimos semestres, organizado em quatro disciplinas que acompanharão o processo de preparação metodológica e teórica do/a estudante, a confecção do projeto de pesquisa, o desenvolvimento da pesquisa e da escrita e a apresentação do trabalho final, que poderá ter forma de artigo científico ou monografia organizada em capítulos.

No V bloco, na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I, o/a estudante deverá: formular o objeto e o tema de pesquisa a ser desenvolvido; realizar levantamentos e revisões bibliográficos pertinentes ao seu tema de pesquisa; realizar levantamentos e organização das fontes documentais que darão suporte ao desenvolvimento da pesquisa. No bloco VI, em Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II, o/a discente deverá construir o projeto de pesquisa que norteará a execução do TCC e estabelecer termo de orientação que passará a vigorar no bloco VII. Nessas duas fases, os/as estudantes serão acompanhados, coletivamente, pelos/as docentes responsáveis pelas disciplinas.

No VII bloco, na disciplina de TCC I, o/a discente deverá: em diálogo com seu/sua orientador/a, optar pela modalidade de TCC a ser desenvolvida, sendo duas as opções: a) monografia clássica; b) artigo científico; realizar trabalho de pesquisa com as fontes e em diálogo da bibliografia; iniciar o processo de escrita do trabalho final; passar pelo exame de qualificação do trabalho. Para conclusão e aprovação na disciplina, o/a estudante deverá cumprir com os requisitos definidos para cada modalidade no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

No bloco VIII, no componente TCC II, o/a estudante deverá concluir o processo de pesquisa e escrita e apresentar, em texto e oralmente, para banca de defesa, o TCC finalizado no formato escolhido. Os critérios de aprovação estão definidos no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso. Em TCC I e II, os/as estudantes serão acompanhados/as,

individualmente, pelos/as docentes orientadores/as e, coletivamente, pelos/as docentes das disciplinas, conforme especificado no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

A matrícula e o cumprimento dos componentes curriculares envolvidos no percurso formativo do TCC deverão obedecer a uma sequência específica de pré-requisitos. A definição de tais pré-requisitos é amparada na compreensão pedagógica de que há uma processualidade de amadurecimento das competências necessárias para o desenvolvimento da pesquisa (conforme especificado nas ementas), assim como na necessidade de cumprimento das fases de construção de uma pesquisa dentro do campo da História.

A sequência de pré-requisitos se dará, necessariamente, desta forma: para efetivação da matrícula em Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II, o/a estudante deverá estar aprovado em Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I; para efetivação da matrícula em Trabalho de Conclusão de Curso I, o/a estudante deverá ter concluído com aprovação o componente curricular de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II; para consolidação da matrícula em Trabalho de Conclusão de Curso II, o/a estudante deverá ter aprovação registrada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I. Os requisitos de aprovação estão especificados no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso que compõe este Projeto Pedagógico de Curso.

7. 4 Atividades de Curricularização da Extensão

As Atividades de Curricularização da Extensão (ACE) correspondem a 320 horas da carga total do Curso de Licenciatura em História e serão realizadas a partir do Bloco III até o Bloco VII, com oferta de projetos e programas de extensão, prestação de serviços, oficinas e eventos, semestralmente, possibilitando ao/à aluno/a chegar ao Bloco VIII com a carga horária cumprida.

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e cita:

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos/as estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

Art. 16 As atividades de extensão devem ser também adequadamente registradas na documentação dos/as estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

A Resolução CEPEX Nº 034/2020 dispõe sobre a inserção das atividades de extensão na matriz curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Piauí. Fica estabelecido que:

Art. 2º As Atividades Curriculares de Extensão - ACE devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico escolar do/a aluno/a e devem estar definidas no PPC de cada curso.

Art. 8º Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão definir na Matriz Curricular e no Fluxograma do curso as ACE que serão reconhecidas para fins de creditação, sendo consideradas como: I - Parte integrante de componente da matriz curricular, que dedicará parte ou toda sua carga horária destinada à realização de ACE previstas em um ou mais Programas de Extensão;

II - Unidade Curricular Específica - UCE, constituída de ações em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e/ou prestação de serviços conforme o previsto no Art. 7 desta Resolução;

III - Composição dos itens I e II.

Em conformidade com o que determinam a Resolução CNE/CES Nº 7/2018 e a Resolução CEPEX Nº 034/2020, o Curso de Licenciatura em História possui 10% de carga horária correspondente a atividades de extensão, as quais estão elencadas como Unidade Curricular Específica, totalizando 320 horas.

Fica estabelecido que as atividades de extensão de UCE serão cadastradas nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos/oficinas, eventos e prestação de serviços, que poderão ser realizadas entre o III e VII bloco do curso. No âmbito do curso de Licenciatura em História, as UCEs serão guiadas por três eixos temáticos principais que se articulam aos objetivos do curso, a saber:

- **História Pública:** considerando a profusão de discursos revisionistas, negacionistas e excludentes potencializados pelo mundo digital, propomos a construção de espaços e dinâmicas virtuais e presenciais que possibilitem a construção da História em diálogo

com o público, produzindo saberes eticamente balizados e preparando as/os profissionais formadas/os pelo curso para atuação em diversos espaços e formatos de educação histórica.

- **História e Acervos:** serão propostas ações extensionistas relacionadas à preservação e à digitalização de fontes históricas. Trata-se de uma demanda da comunidade de Oeiras pela salvaguarda de acervos de fontes históricas públicas e privadas. Além da documentação escrita, pretende-se criar acervos a partir de fontes orais e de materiais audiovisuais.

- **Organização de seminários, eventos, congressos:** serão propostas ações extensionistas vinculadas à organização de eventos de caráter de divulgação/discussão de temas levantados pela comunidade de Oeiras, considerando a formação dos discentes e também a continuada, voltadas para professores da rede básica de ensino.

É importante destacar que as atividades de extensão foram propostas levando em consideração as demandas e potencialidades do Município de Oeiras e região. Deste modo, espera-se que a construção de ações extensionistas junto com a comunidade seja facilitada. De acordo com o Art. 27 da resolução CEPEX N° 034/2020, a criação de programas que garantam o apoio financeiro para a curricularização da extensão universitária é de responsabilidade da UESPI.

7. 5 Prática como Componente Curricular

No âmbito do curso de Licenciatura em História, a Prática como Componente Curricular soma 400 horas, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES 002, de dezembro de 2019. Essa carga horária encontra-se articulada, desde o primeiro ano do curso, com os conteúdos curriculares obrigatórios. Como previsto na Resolução CNE/CES 002, dezembro de 2020, o objetivo é estabelecer “a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes” (Art. 6º, inciso V).

Parte expressiva das disciplinas específicas da área de História, além da carga horária teórico-prática, possuem 30 horas destinadas à prática como componente curricular. Tais disciplinas visam construir estratégias pedagógicas que possibilitem abordar conteúdos específicos de História a serem ensinados na educação básica. São elas:

- Teoria e Metodologia da História I

- História Antiga
- História Medieval
- História Moderna
- História Contemporânea I
- História do Brasil I
- História do Brasil II
- História do Brasil III
- História da América II
- História do Piauí
- História do Tempo Presente

A matriz curricular do curso conta ainda com uma disciplina denominada Prática Pedagógica em Educação Patrimonial com carga horária de 70h destinada à prática como componente curricular. Nesta ementa, são contempladas as potencialidades da prática educacional sobre os patrimônios, entendidos em suas expressões plurais e não somente institucionalizadas.

No conjunto, as disciplinas que contemplam a prática como componente curricular visam a estimular o exercício da pesquisa como elemento construtivo de práticas pedagógicas, o uso de metodologias inovadoras e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Como sugerido no Artigo 7º, inciso VII da Resolução CNE/CES 002, de dezembro de 2019, ao incorporar a prática como componente curricular ao longo de todo o curso, é promovida a “integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado.”

8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

8.1 Política de Ensino no âmbito do curso

Tomando por referência a política de ensino constante no PDI da UESPI e a política educacional brasileira, o curso de Licenciatura em História elege como prioritária a formação profissional decorrente das demandas sociais regionais e das necessidades do mercado de trabalho.

Dessa articulação, resulta a percepção de que as dimensões social, ética, cultural, tecnológica e profissional propiciam o desenvolvimento do ensino no âmbito do curso privilegiando o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, imprimindo um significado universal às competências desenvolvidas, pressupondo:

- A análise dos impactos sociais, políticos e culturais na conformação e continuidade das diferentes espécies de vida em função das condições em que se dá a ocupação dos espaços físicos, levando à compreensão da complexa relação homem-meio ambiente;
- A aplicação das inovações tecnológicas, entendendo-as no contexto dos processos de produção e de desenvolvimento da vida social e do conhecimento;
- A atenção para os interesses sociais, sobretudo, no que diz respeito à constituição da vida cidadã, através do acompanhamento das contínuas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais regionais e globais.

Desses pressupostos resulta que a estruturação e o desenvolvimento do ensino no curso elegem como eixo curricular a consolidação da formação técnico-profissional, voltando-se o ensino para:

- O desenvolvimento de competências - valores, conhecimentos, habilidades e atitudes - essenciais à melhoria da qualidade de vida da população;
- A integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção;
- A constituição do *ser* pessoa, cidadão e profissional.

Sob a ótica da organização didática do curso de Licenciatura em História, prioriza-se a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão especialmente a partir dos seguintes pontos das atividades de Ensino:

- A articulação teoria/prática ao longo do curso, constituindo a possibilidade do fazer e aprender;
- A interdisciplinaridade, promovendo um constante diálogo entre as várias áreas do conhecimento e permitindo estabelecer relações, identificar contradições e compreender a realidade na perspectiva de uma nova divisão social e técnica do trabalho;

- A diversificação e flexibilidade do currículo, das atividades acadêmicas e da oferta, articuladas à autonomia e mediadas por um processo de avaliação e de atendimento às diferenças;
- A formação integrada à realidade, trazendo para o/a aluno/a a educação continuada como expressão da permanente atitude de curiosidade diante dos fatos e fenômenos.

8.2 Política de Extensão no âmbito do curso

A UESPI mantém atividades de extensão, indissociadas do ensino e da iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimentos. São consideradas atividades de extensão:

- I - Eventos culturais, técnicos e científicos;
- II - Cursos de extensão;
- III - Projetos de atendimento à comunidade;
- IV - Assessorias e consultorias;
- V - Publicações de interesse acadêmico e cultural.

À Pró-Reitora de Extensão cabe manter, por meio das Coordenadorias de Cursos, o registro de dados e informações sobre as atividades de extensão.

A política de extensão no âmbito do curso de Licenciatura em História é considerada por meio de ações voltadas para a sociedade, compreendendo um número diversificado de atividades que possibilitem ao/a aluno/a ampliar o processo educativo para ações que vão além dos muros da Universidade, estimulando o/a estudante a ser agente na produção do conhecimento.

As atividades de extensão envolvem serviços prestados à comunidade, estabelecendo uma relação de troca e uma forma de comunicação entre a faculdade e a sociedade. São atividades que ocorrem integradas às atividades de ensino e de pesquisa. A extensão está vinculada a desenvolver possibilidades de integração entre os conteúdos das disciplinas e atividades extraclasse.

8.3 Política de Pesquisa e Iniciação Científica

A UESPI compreende que o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão deva se realizar de forma articulada, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural, posicionando-se também como orientação e suporte às atividades de ensino e de extensão.

A UESPI elegeu como princípio para a implementação da pesquisa o estreitamento das relações da comunidade acadêmica com os processos da investigação científica, objetivando buscar respostas aos problemas da realidade na perspectiva da transformação social. Essa compreensão é necessária para a construção do conhecimento no âmbito dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UESPI.

A construção do conhecimento valorizado pelas pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da IES é garantida pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UESPI, tendo como diretriz a iniciação científica o mais precocemente possível, quando os/as alunos/as iniciam a aproximação com os conhecimentos sobre a pesquisa, culminando, quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC que, preferencialmente, devem ser vinculados às linhas de pesquisa institucionais.

Os/As alunos/as da UESPI são formados para pensar além das suas vidas cotidianas, considerando que o conhecimento científico proporciona um embasamento para refletir sobre as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade, influenciando em suas decisões e auxiliando na construção de sua identidade profissional.

A UESPI define suas linhas de pesquisa (revistas periodicamente) que, institucionalmente, direcionam e orientam os projetos/trabalhos de pesquisa, assim como toda a produção científica, incluindo os trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso de graduação que, em geral, devem inserir-se, preferencialmente, nessas linhas de pesquisa.

A formatação da Pesquisa Institucional, com projetos propostos por professores/as pesquisadores/as integrantes dos grupos de pesquisa da UESPI, se dá através de sua aprovação pelo colegiado de curso e financiamento pela Instituição, em conformidade com o Edital da Pesquisa.

As ações de pesquisa são divulgadas através do referido edital anual, o qual regulamenta as etapas da concorrência, tais como inscrição e análise de projetos. O acompanhamento das ações realizadas ao longo dos projetos é feito por meio de relatórios parciais e finais entregues à PROP. O Comitê Interno de pesquisa, formado por docentes do quadro efetivo, mestres e doutores de diversas áreas, é responsável pela seleção de projetos e bolsistas, feita de acordo com as normas publicadas em edital.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos na UESPI são apresentados à Diretoria, através das Coordenadorias de Curso, para análise de viabilidade e da relevância do tema, oportunidade em que é levada em consideração a integração com as linhas de pesquisa definidas pela Instituição como prioritárias, denominadas Linhas de Pesquisa Institucionais.

A UESPI, através de sua Coordenação de Pesquisa, visa ainda a:

- Estimular a produção do conhecimento científico, cultural e a inovação tecnológica;
- Fortalecer os grupos de pesquisa e estimular a formação de novos grupos;
- Contribuir com o desenvolvimento regional, nacional e internacional, estimulado ainda a pesquisa básica;
- Ampliar a captação de recursos buscando o financiamento e subsídio para pesquisa;
- Fortalecer a relação entre a UESPI e as agências de fomento para ampliar o desenvolvimento da pesquisa;
- Estimular a formação de parcerias público-privadas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa;
- Acompanhar e qualificar os projetos através da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação.

Para tanto, destacam-se as ações:

- Estimular a capacitação de docentes pesquisadores/as;
- Promover condições para o desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas nas diferentes áreas do conhecimento humano;
- Aprimorar e desenvolver os Programas de Iniciação Científica, buscando fomento interno e externo para pagamento de bolsas;
- Estimular grupos de pesquisa emergentes;
- Incentivar a formação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT);
- Estimular a interação entre pesquisadores de áreas de conhecimento afins para que desenvolvam Programa e iniciativas de pesquisas multidisciplinares;
- Criar, estruturar e manter laboratórios multiusuários, permitindo a interação entre pesquisadores de áreas afins;
- Estimular a participação dos docentes em intercâmbios de outras universidades e em Programa de pós-doutoramento;
- Estimular e aprimorar mecanismos de apoio à pesquisa científica;

- Estimular a publicação de pesquisas em publicações nacionais e estrangeiras;
- Incentivar a coordenação e participação em projetos temáticos e multidisciplinares;
- Incentivar a participação de pesquisadores em projetos que visem a captação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI;
- Construção de apoio direto através de editais de fomento à pesquisa;

Para fomentar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Negociações para ampliação dos Programas de capacitação científica e tecnológica, que atualmente remota aos Programas vinculados CNPq sendo eles: o PIBIC/ CNPq, que oferta 53 bolsas anuais; PIBIC/ CNPq/ ações afirmativas, com 10 bolsas, e PIBIC/ UESPI, que oferta 100 bolsas anuais;
- Realização anual do Simpósio de Produção Científica da UESPI e Seminário de Iniciação Científica, evento registrado no calendário acadêmico da instituição e que conta com a participação de todas as áreas de pesquisa da Instituição e permite que ocorra intensa divulgação das pesquisas que são realizadas pelos docentes e discentes. Os trabalhos apresentados no Simpósio resultam em uma publicação digital na forma de livro de resumos (Anais);
- Oferta aos professores de incentivos como: bolsas de estudos para programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento; auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais; cursos de treinamento e atualização profissional; e divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;
- Articulação de parcerias de cooperação interinstitucional, considerando a necessidade de pesquisa e publicação, a qualificação de pessoal e o intercâmbio científico-cultural, através: do intercâmbio de pesquisadores e de professores; da organização de cursos, conferências, seminários e outras atividades de caráter acadêmico e científico; do intercâmbio de informação e de publicações pertinentes para os objetivos estabelecidos;
- Implementação e execução do Plano de Capacitação Docente, na busca de promover a qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão da UESPI, por meio de cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional, oportunizando aos seus professores e pessoal técnico-administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A gestão e organização das pesquisas desenvolvidas são realizadas a partir: do planejamento institucional anual de trabalho; dos editais de pesquisa e de iniciação científica; de critérios e rotinas para os trâmites relacionados à formação, cadastro e certificação dos grupos de pesquisa; e dos seminários mobilizadores e organizadores de todo o processo.

Integração Ensino, Pesquisa e Extensão dentro do Curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras

O Curso de Licenciatura em História tem por objetivo, a partir das normativas legais, formar profissionais capacitados para atuar no ensino de História e na pesquisa, de maneira a mobilizar as competências concernentes à disciplina, atuando enquanto sujeitos críticos da realidade onde estão inseridos/as. O objetivo é concretizado a partir de uma articulação entre as dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão que compõem o curso, articulação essa que ocorre ao longo das disciplinas, nas práticas de ensino, nas atividades complementares, na curricularização da extensão, das pesquisas docentes e discentes e na forma como essas dimensões são articuladas e se interconectam ao longo do curso. Para tanto, estabelecemos nos momentos específicos de Ensino, Pesquisa e Extensão estratégias dialógicas entre as dimensões. Desta forma, em atividades de Ensino propomos a articulação com Pesquisa e/ou Extensão; em atividades de Pesquisa incentivamos o diálogo com a Extensão e o Ensino; em atividades de Extensão propomos o diálogo com o Ensino e a Pesquisa. Assim, as dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão tanto em seus momentos específicos, quanto quando observados em suas totalidades se articulam e dialogam de maneira a integrar de maneira orgânica as três instâncias.

Diálogos do Ensino com a Extensão e a Pesquisa:

Uma das novidades trazidas pela legislação brasileira para a articulação ensino, pesquisa e extensão foi a curricularização da extensão realizada de acordo com a Resolução n. 07 de 18 de dezembro de 2018. A partir desta, a extensão passou a fazer parte das atividades curriculares e extracurriculares realizadas pelo corpo docente e discente em diversos momentos do curso. Nas atividades de ensino, em especial nas disciplinas do curso são construídos conhecimentos que são mobilizados nas atividades (Programas e Projetos) de extensão. Habilidades desenvolvidas em sala de aula permitem a construção de conhecimentos e o desenvolvimento da capacidade de comunicação que é fundamental para a elaboração e a efetividade das

atividades de extensão desenvolvidas pelo corpo discente em parceria com docentes e técnicos da UESPI e membros da comunidade.

Atividades curriculares e extracurriculares de Ensino também dialogam com as dimensões da pesquisa. Isso é enfatizado nas seguintes atividades:

- Disciplinas curriculares teóricas: O conjunto de disciplinas do curso se articula por proposições e projetos comuns articulados aos objetivos do curso. No âmbito da articulação do Ensino com a Pesquisa, cabe destacar que todas as disciplinas que atentam e problematizam recortes temporais, geográficos e/temáticos têm em suas ementas o foco na articulação ensino/pesquisa através de, dentre outras estratégias, a constante mobilização de fontes históricas. Essa utilização de fontes tem tanto o objetivo didático de tornar o conhecimento histórico mais acessível permitindo uma maior compreensão de como este é construído, quanto estimular o corpo discente a pensar possibilidades de pesquisa nos campos destas disciplinas.
- Atividades extracurriculares: O curso conta com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e com o Programa Residência Pedagógica. Ambos são voltados para o aprofundamento das capacidades didáticas e pedagógicas do corpo discente. Dentro dos programas, entre diversas atividades, os/as estudantes tomam contato com possibilidades de Ensino de História que envolvem pesquisa através da construção de materiais didáticos, da preparação de aulas e atividades pedagógicas e da pesquisa sobre temáticas diversas pertinentes a suas atividades. Além disso, tomam contato com discussões do campo da pesquisa em Ensino de História. Desta forma, abre-se possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas no campo, bem como para a transformação de suas pesquisas em atividades pedagógicas.

Diálogos da Pesquisa com o Ensino e a Extensão

O Curso de Licenciatura em História conta com estratégias consolidadas de pesquisa. Destacam-se momentos curriculares e extracurriculares que objetivam o desenvolvimento destas atividades. Esses momentos se articulam, de diferentes formas, com atividades de ensino e de extensão desenvolvidas no curso:

- Atividades Curriculares: o curso conta com uma preocupação estruturada nas suas disciplinas de articular a teoria com a prática. Assim, atividades de pesquisa e/ou análise de fontes são objeto de atenção constante ao longo do curso. Além disso, a grade curricular

conta com a obrigatoriedade de produção de Trabalho de Conclusão de Curso individual. Essa atividade conta com a seguinte estrutura curricular:

- ✓ Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I: 90 horas;
- ✓ Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II: 120 horas;
- ✓ Monografia I: 60 horas;
- ✓ Monografia II: 60 horas.

- Nessas disciplinas estão abertas possibilidades de articulação com atividades de ensino e extensão. São valorizadas as possibilidades de pesquisas de TCC que articulem conhecimentos produzidos em atividades curriculares ou extracurriculares em Ensino e/ou Extensão. Dessa forma, o corpo discente tem como possibilidade a operacionalização e a complexificação de conhecimentos produzidos em atividades de Ensino e Extensão através de práticas de pesquisa voltadas para a produção do TCC.

- Atividades Extracurriculares: o corpo docente do curso oferta regularmente vagas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa. Nessas atividades são desenvolvidas pesquisas das mais diversas naturezas. O programa e a consolidação da regularidade da oferta permitem a emergência de atividades que articulem discussões realizadas em outras dimensões. Assim, atividades de extensão realizadas em projetos e/ou programas poderão ser aprofundadas e complexificadas nas atividades de PIBIC. O mesmo poderá ocorrer com atividades de ensino curriculares ou extracurriculares que podem resultar em PIBICs voltados para a pesquisa em Ensino de História e/ou projetos de construção e divulgação de materiais didáticos.

Diálogos da Extensão com o Ensino e a Pesquisa:

A publicação da Resolução n. 07 de 18 de dezembro de 2018 colocou como desafio aos cursos a curricularização da extensão. Este PPC cumpre com essa regulamentação através da proposição de atividades de extensão vinculadas a oferta de Programas de Extensão – como o Observatório Sócio-Histórico – e Projetos de extensão a serem ofertados pelo corpo docente ao longo da vigência do PPC. Essas atividades de extensão são projetadas para que além de seu objetivo básico – a interação da universidade com a comunidade – possam articular diálogos com o Ensino e a Pesquisa reforçando, desta forma, a integração das três dimensões. Desta

forma, a integração de Ensino e Pesquisa a partir de atividades de extensão ocorrerá em atividades curriculares e extracurriculares:

- Atividades curriculares: diferentemente das dimensões de Ensino e Pesquisa não há nenhuma disciplina voltada especificamente para a Extensão. Essa opção foi construída a partir do entendimento que a condição básica para a Extensão é o diálogo com a comunidade externa. Dessa forma, o curso opta pela construção de atividades curriculares que combinem dimensões da Extensão – nas disciplinas indicadas no parágrafo anterior – com questões de Ensino e Pesquisa. Dessa forma, a Extensão se integra já no currículo básico com os conhecimentos produzidos no curso e permite o diálogo com conhecimentos, saberes, culturas e práticas da sociedade na qual o curso se insere. Esse diálogo deve ser, em nossa proposta, sempre horizontal. Compreendendo a diferença de lugares sociais de onde os sujeitos envolvidos nas atividades de extensão estão localizados, busca-se constituir a extensão, no seu diálogo com o Ensino e a pesquisa, enquanto um exercício de construção de igualdade.

- Atividades extracurriculares: Além das atividades curriculares serão propostos Programas, Projetos e Eventos de Extensão. Essas atividades que compõem carga horária obrigatória para o corpo discente também proporcionarão o diálogo da Extensão com as dimensões de Ensino e Pesquisa. Para tanto, será incentivada a mobilização de conhecimentos produzidos em atividades de ensino para a interação com o público alvo das práticas extensionistas. Também será possível mobilizar conhecimentos do âmbito da pesquisa em diferentes assuntos, temáticas e metodologias para complexificar e enriquecer as atividades extensionistas.

O Ensino, a Pesquisa e a Extensão

O que propomos em nosso PPC é a integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão de maneira orgânica, respeitadas suas especificidades, demandas e possibilidades. Desta forma, buscamos constituir essa integração sem forçar artificialmente a interação. Isso foi possível a partir da compreensão das especificidades de cada dimensão e do entendimento e proposição de diálogos que partissem do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, respeessem a legislação e promovessem a construção de conhecimentos para a formação discente e para a comunidade local, regional e nacional.

9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE

9.1 Programa de Acompanhamento Discente

Os discentes são acompanhados de diferentes formas pela Coordenação de Curso, pelos docentes das disciplinas, por orientadores/as de projetos de pesquisa, extensão e ensino, por servidores técnicos e profissionais especializados ao longo de todo o Curso de Licenciatura em História. Institucionalmente existem programas que permitem a manutenção do corpo discente dentro da Universidade, tais como: auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-moradia e bolsa-trabalho.

A Coordenação do Curso mantém a interação e o acompanhamento dos/as estudantes de forma remota, principalmente pelos e-mails institucionais, e de forma presencial. Além das reuniões periódicas do Colegiado, o corpo docente do curso se reúne semestralmente em reunião pedagógica para debater o desempenho e as particularidades das turmas e dos/as estudantes, bem como para estabelecer conjuntamente estratégias para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

É assegurado, por parte dos/as docentes das disciplinas, dos coordenadores/as de projetos de ensino, pesquisa e extensão, dos/as orientadoras/es de Trabalho de Conclusão de Curso e da Coordenação, o acompanhamento das atividades domiciliares para as estudantes em licença-maternidade.

As/os discentes são ainda acompanhadas/os de forma individualizada no processo de produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Há ainda o acompanhamento e orientação individual ou em grupo em projetos de Iniciação à Pesquisa (PIBIC), de Extensão (PIBEU), de Ensino (PIBID e Residência Pedagógica) e em monitorias de disciplinas curriculares.

9.2 Monitoria de ensino

A Monitoria consiste na execução de um projeto elaborado pelo/a professor/a responsável, envolvendo atividades de caráter pedagógico a serem desenvolvidas pelo monitor com estudantes de determinada disciplina. Visa a valorização da participação do/a aluno/a em atividades teórico-práticas, o desenvolvimento de habilidades relacionadas a atividades docentes, bem como à superação de dificuldades de aprendizado. Dessa forma, a monitoria é um programa que contribui para a formação integrada do/a aluno/a nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação da UESPI.

O programa de monitoria tem como finalidade estimular a produção intelectual e científica, contribuindo para o despertar do interesse do/a aluno/a na atividade docente, através do aproveitamento do conteúdo obtido em sua formação acadêmica. De acordo com o art. 3 da resolução CEPEX Nº 005/2020, os objetivos do programa são:

- ✓ Oportunizar ao/à aluno/a desenvolver habilidades inerentes à carreira docente;
- ✓ Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos na disciplina em que está sendo monitor;
- ✓ Propiciar ao/à aluno/a experiências de coparticipação no planejamento e organização das atividades docentes da disciplina objeto da monitoria;
- ✓ Oferecer oportunidades de cooperação entre o corpo discente e docente, nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ✓ Promover a melhoria do ensino de graduação, por meio de novas práticas e experiências pedagógicas, assegurando uma formação profissional mais competente.

A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um/a professor/a, podendo ser remunerada ou de caráter voluntário, conforme disponibilidade de vagas.

9.3 Programa de Nivelamento

A UESPI pretende implantar um Programa de Nivelamento apoiado nas ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs fomentadas pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD. Esse Programa tem previsão de implantação para a capacitação nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa.

A UESPI entende que um programa de nivelamento deve ser compromissado com a realidade social, deve compreender as relações entre o nivelamento dos conceitos básicos para que o discente possa ter um bom desempenho acadêmico e deve levar em consideração o atual processo de ensino-aprendizagem vislumbrado em nosso país, além de educação superior de qualidade.

Assim, consideramos fundamental uma revisão dos esquemas tradicionais implementados ao ensino, em detrimento da formação de profissionais com competência técnica e politicamente comprometida com os problemas sociais. Essa reorientação metodológica também se faz necessária diante do atual contexto histórico social, econômico e cultural brasileiro.

A partir dessa postura reflexiva, buscaram-se oportunidades para que o ensino se redirecione, desvinculando-se de uma perspectiva tradicional, orientando-se para uma prática interdisciplinar na formação de uma comunidade engajada na solução de suas dificuldades de aprendizagem.

Salientamos que não basta agregar o nivelamento às ações de ensino dos cursos de graduação da UESPI: é necessária a sedimentação do processo de nivelamento como articulador entre o ensino, a extensão e a comunidade acadêmica.

9.4 Regime de Atendimento Domiciliar

De acordo com o Regimento Geral da UESPI, o Regime de Atendimento Domiciliar poderá ser concedido ao/à aluno/a regularmente matriculado/a, sendo caracterizado pela execução, pelo discente, em seu domicílio, de atividades prescritas e orientadas. Para o atendimento domiciliar são utilizadas as plataformas digitais disponíveis aos docentes e discentes da instituição.

O artigo 76 do Regimento geral da UESPI estabelece que o atendimento domiciliar será concedido exclusivamente para os casos seguintes: a) alunas gestantes, a partir no oitavo mês, durante noventa dias; b) por incapacidade física temporária incompatível com a frequência ao trabalho acadêmico; c) a portador de doença infecto-contagiosa. O referido artigo estabelece ainda que a duração do atendimento domiciliar é fixada por laudo médico e deve ser solicitado por meio de processo legal encaminhado à Direção da unidade Universitária. A avaliação das atividades deve ser feita sob a supervisão do/a docente da respectiva disciplina.

9.5 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)

Para mediação de situações conflitantes entre alunos e professores, alunos e alunos, a UESPI mantém o NAPPS articulado com as coordenações de curso e com as Direções de *Campi* da IES. No CCS o NAPPS está estruturado de forma a atender os Campus Poeta Torquato Neto e Clóvis Moura. É constituído por uma secretária, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga. Para o campus de Oeiras apenas é disponibilizado atendimento remoto.

9.6 Ouvidoria

A UESPI mantém em funcionamento permanente a Ouvidoria *online*. O/A aluno/a possui a funcionalidade de acessar a ouvidoria pelo site oficial da UESPI

(https://www.uespi.br/site/?page_id=135791) e sugerir, criticar, elogiar e opinar sobre as questões pertinentes, possuindo, assim, mais uma forma de apoio dentro da IES.

9.7 Auxílio Moradia e Alimentação

A Política de Assistência Estudantil na UESPI contribui para redução da evasão e incentivo à permanência de alunos/as nos cursos de graduação, disponibilizando auxílio financeiro por meio de programas específicos. A seleção para os programas leva em conta critérios socioeconômicos. Os principais programas implantados na UESPI são:

- **Bolsa-Trabalho:** oferece aos discentes a oportunidade de complementação de recursos financeiros para permanência na UESPI, possibilita experiência profissional e contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética no serviço público.
- **Auxílio-Moradia:** complementação financeira para suprir despesas com moradia aos discentes que residem em município diferente daqueles em que estão matriculados.
- **Auxílio-transporte:** possibilita, aos discentes selecionados que residem em outro município ou localidade (zona rural), aquisição de complementação financeira para custear despesas com deslocamento diário até a cidade em que estão regularmente matriculados.
- **Auxílio-Alimentação:** tem como objetivo prover uma refeição diária durante todo o Período Letivo ao discente que comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, a UESPI mantém convênios com diversas instituições e empresas públicas e privadas, possibilitando a realização de estágios extracurriculares, como forma de melhorar a formação acadêmica de nossos/as estudantes e contribuir com sua inserção no mercado de trabalho.

10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

10.1 Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho

Relaciona-se no **Quadro 1**, em ordem alfabética, o corpo docente do Curso de Licenciatura em História da UESPI, com as respectivas titulações, responsabilidades por disciplinas, regime de trabalho.

Quadro 9: corpo docente do curso de Licenciatura em História

Nome do Docente/CPF	Formação	Titulação	Reg de Trabalho	Disciplinas
Débora Strieder Kreuz 022.122.710-50	História	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Metodologia Científica; História Contemporânea II; História da América II; História do Brasil III; História e Gênero.
Diná Schmidt 073.244.879-47	História	Mestrado	Dedicação Exclusiva	Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I; Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II; História do Brasil II; História Contemporânea I.
Gabriela Berthou de Almeida 359.163.338-03	História	Doutorado	Dedicação Exclusiva	História do Brasil I História Moderna; História indígena e do indigenismo Ensino de História da afro-brasileira e indígena; Estágio Curricular Supervisionado III.
Ítalo José de Sousa 020.350.093-83	História	Mestrado	Dedicação Exclusiva	História da América I; Metodologia do Ensino de História; História da Educação Brasileira; Monografia I; História da África.
Pedrina Nunes Araújo 007.790.993-38	História	Mestrado	Dedicação Exclusiva	História do Piauí; Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II; Prática Pedagógica em Educação Patrimonial; Monografia II.
Reginaldo Sousa Chaves 015.448.693-04	História	Doutorado	Dedicação Exclusiva	História Antiga; Historiografia Brasileira; Teoria e Metodologia da História II; Teoria e Metodologia da História III.

Thiago Reisdorfer 058.454.529-02	História	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Teoria e Metodologia da História I; História da Educação; História Medieval; Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação; História do Tempo Presente.
-------------------------------------	----------	-----------	---------------------	--

10.2 Política de Apoio ao Docente

10.2.1 Plano de Carreira Docente

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Superior da UESPI, aprovado pela Lei Complementar Nº. 124/2009, disciplina o ingresso, a progressão funcional, a política de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações dos docentes, estando devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do dia 01 de julho de 2009.

A contratação do pessoal docente é feita mediante Concurso Público a partir da comprovação de necessidade pela UESPI e autorizada pelo Governo do Estado do Piauí, respeitada a legislação vigente, sendo seu enquadramento funcional realizado conforme previsto na referida Lei.

De acordo com a Resolução CEPEX Nº. 006/2015, o pessoal docente da UESPI está sujeito à prestação de serviços semanais, dentro dos seguintes regimes:

I. TP 20 – Tempo Parcial 20H – docentes contratados com vinte horas semanais de trabalho, na UESPI, nelas reservado o tempo de 10 horas semanais destinadas à regência de sala de aula, sendo as demais 10h destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos/as;

II. TI 40 – Tempo Integral 40H – docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho na UESPI, nelas reservado o tempo de 12 horas semanais destinadas à regência de sala de aula e mais 12 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos/as. As demais 16 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

III. DE – Regime de Dedicação Exclusiva 40H – docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho exclusivo na UESPI, nelas reservado o tempo de 16 horas semanais destinadas à regência de sala de aula e mais 16 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de

estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos/as. As demais 8 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

10.2.2 Plano de capacitação docente

O Plano de Capacitação Docente da UESPI busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos cursos da IES, por meio de:

- Cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional;
- Oficinas de capacitação docente;
- Cursos de extensão.

São oferecidos aos/às professores/as, dentre outros, incentivos como:

- Afastamento para cursar pós-graduação;
- Auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais;
- Cursos de treinamento e atualização profissional;
- Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.

10.2.3 Política de acompanhamento do docente

O Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada curso acompanha os docentes na operacionalização do PPC do curso. Neste sentido, o Coordenador do curso (Presidente do NDE) articula-se com todos/as os/as professores/as, incentivando-os/as e apoiando-os/as em todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promove a criação de um ambiente acadêmico favorável à consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do PPC e incentivando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras.

11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

11.1 Coordenadoria de Curso

- **Nome da Coordenadora:** Gabriela Berthou de Almeida
- **Titulação:** Doutora em História
- **Tempo de experiência profissional no ensino superior:** 5 anos

- **Tempo de experiência profissional relevante na área profissional do curso:**
6 anos

11.2 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso, órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação, é constituído dos seguintes membros:

I – Coordenador/a de Curso;

II – Professores/as que ministram disciplinas no Curso;

IV – Dois representantes do corpo discente do curso, escolhido pelos/as alunos/as do curso, com mandato de um (1) ano, admitida uma recondução por igual período e cumpridas as exigências do Parágrafo único do Art. 7º deste Regimento.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por mês, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

Compete ao Colegiado de Curso:

I – Pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão;

II – Pronunciar-se quanto à organização pedagógica-didática dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e/ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;

III – Apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática interdisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;

IV – Analisar resultados de desempenho acadêmico dos/as alunos/as e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;

11.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atenção à Resolução CONAES Nº. 001/2010, é composto por:

Quadro 10: NDE do curso de Licenciatura em História

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Débora Strieder Kreuz	Doutorado	Dedicação Exclusiva – 40h
Diná Schmidt	Mestrado	Dedicação Exclusiva – 40h

Gabriela Berthou de Almeida	Doutorado	Dedicação Exclusiva – 40h
Ítalo José de Sousa	Mestrado	Dedicação Exclusiva - 40 h
Reginaldo Sousa Chaves	Doutorado	Dedicação Exclusiva – 40h
Thiago Reisdorfer	Doutorado	Dedicação Exclusiva – 40h

12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO

12.1 Infraestrutura física e de recursos materiais

A formação do/a professor/a de História requer a existência de uma infraestrutura que possibilite aos docentes e discentes do curso o desenvolvimento de atividades capazes de formar profissionais preparados para o desempenho competente e humano de suas funções no mundo do trabalho. O atual Campus Professor Possidônio Queiroz da Universidade Estadual do Piauí possui: uma área de convivência, um auditório com capacidade de ocupação de 150 pessoas, uma biblioteca setorial, uma sala de estudos, duas salas de coordenações de Graduação e Pós-graduação, uma sala de reuniões, uma sala da direção, três salas administrativas, uma sala de informática e multimídia, uma sala dos programas Residência Pedagógica e PIBID, uma sala coletiva de professores/as, oito salas de aulas, uma cozinha/lanchonete, uma copa e quatro banheiros. O prédio dispõe de caixas d'água, de trinta aparelhos de ar condicionado, trinta computadores, quatro copiadoras e seis impressoras.

12.1.1 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é órgão responsável pela movimentação discente no que diz respeito a solicitações de trancamento e cancelamento de curso, reintegração e colação grau, dispensa de disciplina, licença-maternidade, licença-médica e transferência intercampi. O órgão responsabiliza-se pela guarda da documentação, registros e controles acadêmicos.

Parágrafo único. A Secretaria Acadêmica é dirigida pelo Secretário Acadêmico. Compete ao Secretário Acadêmico:

I – Responsabilizar-se pela guarda e conservação de documentos, diários de classe e outros meios de registro e arquivo de dados;

II – Orientar e acompanhar a execução do atendimento, do protocolo e dos registros acadêmicos;

III – Autorizar e controlar o fornecimento de cópias de documentos aos interessados;

IV – Expedir, por autorização do Diretor do Campus e Coordenador de curso, certidões e declarações relativas à vida acadêmica dos/s estudantes.

12.1.2 Biblioteca

O acervo bibliográfico da biblioteca do atual do *Campus* Professor Possidônio Queiroz da UESPI-Oeiras busca atender às exigências definidas pelo MEC, oferecendo à comunidade acadêmica um espaço que propicia o acesso a títulos nas mais diversas áreas do conhecimento. A biblioteca dispõe de 6.718 exemplares, com 3.452 títulos, sendo 5.069 livros, 281 monografias, 391 periódicos, 62 dicionários, 18 manuais, 01 guia, 132 Enciclopédias. A biblioteca possui uma chefe de seção de biblioteca responsável, um auxiliar de biblioteca e cinco estagiários para o suporte pessoal ao seu funcionamento. A biblioteca do *Campus* possui 420 livros e 24 periódicos específicos da área de História. O horário de funcionamento é das 08h às 22h de segunda a sexta-feira, sendo aberto à comunidade. O ambiente é climatizado e dispõe de mesas e cadeiras para estudo no local.

13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O planejamento econômico-financeiro dos cursos da UESPI inclui a previsão das receitas e despesas dos diversos cursos credenciados na instituição, sendo realizado com base nas especificações indicadas nas planilhas de custos constantes do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que estabelece os objetivos e as metas da UESPI pelo período de cinco anos, considerando a Missão, a Visão e os Valores da Instituição.

Os recursos financeiros são previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA do Governo do Estado do Piauí e, cabe à Pró-reitoria de Planejamento e Finanças – PROPLAN trabalhar incessantemente no sentido de viabilizar a previsão e principalmente a execução orçamentária e financeira da UESPI. Para isso, é desenvolvida uma gestão junto ao Governo do Estado e demais órgãos administrativos e financeiros. Além disso, são realizadas captações de recursos junto aos órgãos do Governo Federal, especialmente no Ministério da Educação – MEC.

As despesas de pessoal são estimadas com base nos salários de docentes e de técnico-administrativos da instituição. A remuneração dos/as professores/as é definida conforme o Plano de Carreira Docente, com base na titulação e no regime de trabalho.

Os/As docentes também podem ser remunerados/as através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, implementado na UESPI a partir de

2010, fomentando a oferta de Cursos de Educação Superior para os/as professores/as em exercício na rede pública de Educação Básica no Estado do Piauí. Essa ação possibilita que esses profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

A UESPI também oferta cursos na modalidade à distância, financiados com recursos do governo federal destinados a programas e projetos de ampliação e interiorização do ensino superior público no Brasil na modalidade à distância.

A Universidade Estadual do Piauí conta com convênios com o governo federal em alguns programas específicos como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST) com recursos destinados a promover apoios à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos/as os/as estudantes de forma a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de evasão. Esse programa oferece assistência à alimentação e ao transporte.

Para além dos recursos atrelados ao orçamento do Estado do Piauí e vinculados à UESPI, o Curso de Licenciatura em História busca estratégias de financiamento que consigam superar as limitações orçamentárias e políticas da instituição. Desta forma, faz-se um esforço no âmbito do curso, articulado a propostas do *Campus* Possidônio Queiroz e aos cursos de Pedagogia, Matemática e Letras Português ali ofertados, à busca por recursos complementares através de emendas parlamentares. Desta forma, no ano de 2021 o *campus* recebeu cerca de 110 mil reais junto a deputados estaduais. Essa verba resultou no compromisso de compra de equipamentos para o início da construção de um arquivo e de equipamentos de digitalização de documentos históricos. Esforço este que deverá ser repetido, de maneira conjunta e/ou individual, nos anos de vigência deste PPC.

O corpo discente e docente do curso também tem se empenhado, junto com restante da comunidade acadêmica do *campus*, na melhoria das condições materiais do *campus* através da busca de apoios e mobilizações para a conclusão da construção do novo prédio do *campus*, cuja inauguração está prevista para janeiro de 2022.

Há, por parte do corpo docente, a constante busca por fontes de recursos para a Pesquisa, o Ensino e a Extensão no curso. Essa procura ocorre, prioritariamente, na busca de bolsas para o corpo discente. Em 2021, o curso dispõe de 16 bolsas do Programa Residência Pedagógica, 8 bolsas do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), 4 bolsas de monitoria em disciplinas diversas, 2 bolsas de PIBIC. Esses recursos financeiros direcionados à manutenção das pesquisas, do ensino e de atividades de extensão dos discentes é de

fundamental importância para o crescimento do curso e sua maior inserção na comunidade local. Desta forma, é compromisso do corpo docente e discente a constante mobilização em busca da manutenção e ampliação dessas bolsas de Ensino, de Pesquisa e da implantação de bolsas de extensão através de programas como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEU).

A consolidação e a qualificação de seu corpo docente permitem que se comece a almejar recursos provenientes de fontes mais diversificadas como o Edital Universal do CNPQ, bolsas de apoio de fundações públicas ou privadas de incentivo à pesquisa, ao ensino e à extensão. Há ainda possibilidades que começam a ser exploradas de parcerias com o poder público local, regional e estadual visando a recursos para atividades do tripé universitário.

Todas essas instâncias e possibilidades se colocam como acessórias à demanda de compromisso do governo do estado e da administração superior com o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso. Destaque-se que esse compromisso coletivo com o financiamento de atividades, de políticas de garantia da permanência discente é fundamental para a consolidação do desenvolvimento do curso como uma licenciatura Pública, Gratuita, Inclusiva e de Qualidade.

14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

A representação estudantil é valorizada na UESPI como forma de melhorar a dialogicidade entre a comunidade estudantil e a administração da IES. Só poderão exercer a representação estudantil alunos/as regularmente matriculados na UESPI. Por conta da estrutura multicampi da UESPI, nós temos diferentes frentes atuantes do movimento estudantil que, mesmo em suas diferentes localidades, estabelecem ligações, ou não, na movimentação dos discentes da IES, sendo assim, esse exercício se materializa nos Centros Acadêmicos – CA e nos Diretórios Central dos Estudantes – DCEs, que se constituem em espaços de discussão, análise e reivindicações, seguindo a deliberação do Estatuto da UESPI Art. 78. Esses espaços são incentivados e ofertados pela UESPI na forma de salas com a infraestrutura mínima necessária ao funcionamento dos mesmos. Além do incentivo às mediações por parte das coordenações, da diretoria e demais núcleos fundantes da UESPI, no que diz respeito à mobilização e organização do corpo estudantil por meio dos Cas e DCEs, para eventos, palestras, atividades extracurriculares, votações, entre outras atividades propostas na IES.

A representação estudantil é também central para a constituição dos colegiados e dos conselhos, sendo figura ímpar para as discussões pautadas em ambos os núcleos dos *campi* e

dos cursos, fazendo-se presente nas deliberações institucionais, assim como demanda os parágrafos 1 e 2 do Art. 89 do Estatuto da UESPI, exigindo a presença discente em suas composições.

O exercício de qualquer função de representação estudantil ou dela decorrente não eximirá o/a aluno/a do cumprimento de seus deveres acadêmicos para integralização do curso.

15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos na UESPI é feito através da avaliação institucional, bem como por meio de questionários aplicados aos empregadores, quando estes opinam sobre o papel social dos Cursos, o perfil técnico-científico, político e ético do egresso.

A Instituição oferta cursos de pós-graduação e formação continuada e garante aos egressos situações diferenciadas de acesso e permanência, assim como garante o seu acesso à Biblioteca e à participação em palestras e eventos técnico-científicos.

Articulado aos objetivos do curso e do perfil do egresso descrito acima, o Curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras realiza diferentes formas de acompanhamento e contato com seus egressos. Na construção deste PPC foram realizadas mesas de conversa em que egressos do curso estiveram presentes. Além disso, houve a participação de egressos no início da discussão da grade. Essa é uma forma de contato, mesmo que não de acompanhamento, de egressos, que possibilita trocas entre conhecimentos de um curso sempre em movimento com seus ex-discentes.

O curso também realiza anualmente o Congresso Regional de História que, em 2021, completa a sua oitava edição. Esse é um momento importante em que egressos/as têm a oportunidade de apresentar trabalhos, realizar falas em mesas, dialogando com seus conhecimentos produzidos no curso e ressignificados em seu contato com o mercado de trabalho e/ou com a prática de ensino.

Há, no âmbito do *campus*, a oferta de pós-graduações *latto sensus* com a participação de egressos/as do curso. Em 2021-22, serão ofertadas duas pós-graduações. A primeira em “Direitos Humanos e Movimentos Sociais” com a participação de parte do corpo docente e outra em “Educação, Culturas e Regionalidades” com a participação de todo o corpo docente do curso. Há ainda a participação de docentes do curso no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória) em Parnaíba. Essas atividades contribuem para a formação continuada e para o constante acompanhamento de egressos/as do curso.

16 AVALIAÇÃO

16.1 Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem escolar está regulamentada pela resolução CEPEX N°. 012/2011 e pela Subseção VII, da Seção V, do Regimento Geral da UESPI. É feita por disciplina e resguarda a autonomia docente.

A frequência às aulas e demais atividades escolares é permitida apenas aos matriculados naquele curso e disciplina, e é obrigatória, sendo vedado, em qualquer circunstância, o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o/a aluno/a que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina. A verificação da presença com consequente registro da frequência é obrigatória, de responsabilidade do/a professor/a, e deve ser realizada no início de cada aula.

O aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo da/o estudante e dos resultados por ela/e obtidos no conjunto de avaliações de cada disciplina. Compete a/ao docente da disciplina elaborar as atividades avaliativas, sob diferentes formatos e modalidades que considerar apropriados e necessários, bem como avaliar os resultados e seus significados pedagógicos no processo de aprendizado da/o estudante. Tais atividades visam à avaliação progressiva do aproveitamento da/o estudante e, de acordo com o Art. 66 do Regimento da IES, deverão:

- Ser em número de duas para as disciplinas com carga horária inferior a 60H;
- Ser, nas disciplinas com carga horária igual ou superior a 60H, em número de 3 avaliações.

Partimos da compreensão de que os processos avaliativos são parte integrante da dinâmica de aprendizado discente, pois são momentos de desenvolvimento, amadurecimento e mobilização de competências e habilidades almejadas para a/o licencianda/o deste curso. Assim, os formatos e dinâmicas de avaliação serão diversos: atividades escritas e orais, realizadas em sala de aula e em período extraclasse, desenvolvidas de forma individual ou coletiva, com acesso à consulta e análise de materiais bibliográficos, documentais e anotações de estudo, assim como avaliações sem opção de consulta. Possibilidades que integrem mais de um componente curricular, ou que entrecruzem competências de ensino, pesquisa e extensão,

compõem o rol de cenários avaliativos. O propósito que aglutina essa diversidade avaliativa é a formação com autonomia intelectual e profissional na produção e ensino do conhecimento histórico em diversos espaços e formatos, com prioridade para a atuação escolar.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez). Ressalvado o disposto na lei, atribui-se nota 0 (zero) ao/à aluno/a que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela utilizar-se de meio fraudulento detectado, seja quando da realização da ação irregular, seja através da sua comprovação posterior.

Em casos de verificação e comprovação da incidência de plágio em atividades de aprendizado e avaliação, o Curso de Licenciatura em História do *campus* Possidônio Queiroz seguirá os seguintes procedimentos, conforme aprovado em Colegiado de Curso:

1- O comunicado de plágio deverá ser enviado por e-mail para a coordenação de curso pelo docente, com cópia para o/a discente;

2- A coordenação de curso encaminhará para o colegiado e indicará um/a relator/a;

3- A relatoria analisará os documentos e enviará ao colegiado a decisão sobre o assunto com indicação de encaminhamento;

4- O/A estudante será comunicado sobre a decisão do colegiado pela coordenação de curso;

5- O/A estudante poderá entrar com recurso em até três dias úteis após o comunicado. Para tanto, deverá utilizar o requerimento discente devidamente protocolado na secretaria do *campus*;

6- Em caso de advertência escrita, ocorrida quando o/a estudante reincide no plágio, a mesma será enviada pelo sistema de comunicação institucional, sendo assinada por todo o colegiado.

Como prática educativa e preventiva em relação ao plágio, as disciplinas e docentes do curso, especialmente de Metodologia Científica e Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I e II, contribuirão com reflexões éticas e procedimentos adequados na prática de escrita e no uso das normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). Para instruções iniciais e indicações de aprofundamento, pode ser consultado o Anexo VIII do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

A/o estudante que não comparecer para fazer a avaliação, ou não realizar a entrega de avaliações extraclasse dentro das datas e horários estipulados, terá direito de solicitar segunda

chamada por meio de requerimento encaminhado à Coordenação de Curso via Protocolo Acadêmico do *Campus*. De acordo com o Art. 72 do Regimento da UESPI, o prazo de solicitação é de até três dias úteis após a data originalmente prevista e deve ser acompanhada de justificativa pertinente. A/o estudante tem direito a uma avaliação de segunda chamada por disciplina.

O/a estudante, de acordo com o Art. 70 do regimento desta IES, tem direito à revisão de nota das avaliações aplicadas, desde que justificada a contestação, por meio de protocolo acadêmico encaminhado à Coordenação de Curso até três dias úteis após a divulgação da nota.

O exame final realizado após o período letivo regular, isto é, após o cumprimento dos dias letivos semestrais estabelecidos pela legislação em vigor, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e deverá abranger todo o assunto ministrado pelo/a professor/a da disciplina ao longo do período letivo. De acordo com o Art. 72 do Regimento desta instituição, é vedada a solicitação de segunda chamada do exame final.

As disciplinas que compõem o processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo elas Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I e II e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, possuem normas específicas quanto ao Exame Final, de acordo com o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso anexo a este PPC.

Já as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, II e III exigem, de acordo com o Regulamento (Anexo 2), presença em todas as atividades programadas e a obtenção de média final mínima de sete (7,0) pontos e máxima dez (10,00). A atribuição da nota final tem como condição a entrega de um relatório de atividades (cópia física encadernada e/ou cópia digital) com reprodução de toda documentação de estágio. O discente não poderá cursar Estágio Curricular Supervisionado II sem aprovação em Estágio Curricular Supervisionado I; assim como não poderá matricular-se em Estágio Curricular Supervisionado III sem aprovação em Estágio Curricular Supervisionado II.

O/A aluno/a reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, seja a média final de curso mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento, estabelecidas no Regimento Geral desta instituição.

É promovido ao período letivo seguinte o/a aluno/a que não for reprovado/a em menos de três disciplinas do período letivo cursado. O/A aluno/a promovido/a em regime de dependência, ou seja, aquele/a que for reprovado/a em pelo menos uma e no máximo duas disciplinas de um período letivo, deverá matricular-se obrigatoriamente nas disciplinas em que foi reprovado/a, e também, obrigatoriamente, nas disciplinas do período para o qual foi promovido/a, condicionando-se à matrícula nas disciplinas do novo período à compatibilidade

de horários, aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidos nos artigos anteriores.

Para fins de aprovação na disciplina, observa-se-á o disposto nos Artigos 1º. E 2º. Da Resolução CEPEX Nº 012/2011 que definem o registro das avaliações em escala de 0 (zero) a 10 (dez), com os seguintes resultados:

- De 0 a 3,9 – aluno/a reprovado/a;
- De 4 a 6,9 – aluno/a de exame final;
- De 7,0 a 10,0 - aluno/a aprovado/a por média.

A UESPI adotará formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar. A UESPI, ainda, verificará a cada semestre o rendimento do/a aluno/a durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado não de forma isolada, mas conjunta, ou seja, as avaliações abrangem o conjunto de conhecimentos que está sendo e/ou foi ministrado.

16.2 Avaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Estadual do Piauí- UESPI está instituída de acordo com o inciso I, parágrafo 2º do art. 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, validada institucionalmente pela Portaria UESPI Nº 0243/2020, sendo composta pelos seguintes membros:

- 1. Representantes docentes:** Maria Rosário de Fátima Ferreira Batista – Presidente, Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar – Vice-presidente, Irene Bezerra Batista, Edileusa Maria Lucena Sampaio, Ana Cristina Meneses de Sousa e Maria de Fátima Veras Araújo.
- 2. Representantes dos servidores Técnico – Administrativos:** Aline de Carvalho Amorim e Cassandra Maria Martins Veloso de Carvalho.
- 3. Representantes dos discentes:** Daniela Ferreira Pereira e Aline de Lima Santos.
- 4. Representantes da Sociedade Civil Organizada:** Almerinda Alves da Silva (CUT) e Josivaldo de Sousa Martins (SINTE).

A UESPI optou pela avaliação institucional anual, processo que permite a tomada de decisão no ajuste de ações visando à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A Avaliação Institucional está incorporada ao cotidiano da Instituição, de maneira a criar uma cultura de avaliação. Todos os que fazem a UESPI colaboram ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos/as sujeitos/as envolvidos/as e da Instituição.

Dessa forma, todos participam do processo de Avaliação Institucional, dando sua opinião sobre aspectos positivos, negativos, problemas e apontando soluções, de modo a promover um crescente compromisso dos sujeitos envolvidos com o Projeto Institucional da UESPI.

Seus objetivos voltam-se basicamente para:

- Promover a permanente melhoria das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão no âmbito da UESPI;
- Aperfeiçoar o projeto político-pedagógico da UESPI;
- Propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas da pesquisa, ensino, extensão e da gestão;
- Fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares, a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho;
- Propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os/as alunos/as, professores/as e funcionários/as técnico-administrativos e estimulando-os/as a participarem ativamente do processo.

16.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História é avaliado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI) nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, conforme instrumentos e indicadores do CEE. As avaliações implicam em ajustes do PPC com o intuito de melhorar sua aplicabilidade.

No âmbito da UESPI, o PPC é avaliado e atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), desde a sua elaboração até a execução do ciclo completo de formação do/a profissional, tanto com a análise dos indicadores – avaliação de disciplina, professores/as, recursos, metodologias, estrutura física, dentre outros – quanto ao produto – desempenho, alcance do perfil pretendido – incluindo também a participação nos processos de autoavaliação institucional, conforme diretrizes da IES.

16.4 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em História da UESPI se articula com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para promover as ações decorrentes da autoavaliação institucional, baseadas no relatório anual da CPA. Além disso, os relatórios gerados pelas Comissões de verificação *in loco* (avaliação externa) são contemplados com uma análise geral para a criação de ações de saneamento das deficiências apontadas. O desempenho dos/as alunos/as no ENADE é balizador de uma série de ações que envolvem:

- Oficinas com coordenadores e NDE dos cursos para atender solicitações de ajustes realizadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI).
- Capacitação discente para a compreensão do ENADE realizada pela PREG junto aos cursos que farão ENADE;
- Oficina de capacitação docente para a elaboração de itens no padrão BNI/ENADE realizada pela PREG uma vez por ano.

Dessa forma, as ações desenvolvidas como resultado dos processos de avaliação estão incorporadas ao cotidiano do curso (CPC, ENADE, Avaliação externa e autoavaliação) de uma forma integrada e articulada com a Coordenação de curso, Diretoria e CPA.

16.5 Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs

O curso de Licenciatura em História da UESPI entende as TICs como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a UESPI disponibiliza a utilização de Projetores Multimídias para o desenvolvimento de aulas teórico-práticas, computadores com acesso à internet (laboratório de informática e biblioteca), dentre outros.

A UESPI possui, ainda, um Ambiente Virtual de Aprendizagem, baseado no MOODLE, formatado para o desenvolvimento de atividades didáticas dos seus cursos reconhecidos (Portaria 4.059/2004).

A operacionalização das TICs no âmbito dos cursos é feita pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD da UESPI a partir de demandas oriundas das coordenações de curso. O NEAD realiza oficinas periódicas de capacitação docente e discente para as TICS na forma de dois projetos permanentes de Extensão.

No âmbito do Curso, dialogando com o inciso IV do Art. 8º da BNC-Formação Docente, é oferecido componente curricular obrigatório que aproxima as/os discentes das possibilidades

e limites dos usos de tecnologias para o ensino, pesquisa e extensão dentro do campo disciplinar, estimulando reflexão historicizante e problematizadora da inserção da tecnologia nos diferentes âmbitos das sociedades humanas.

16.5.1 Atendimento à EaD

Em atendimento à Resolução CEPEX nº 047/2022, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras deliberou por **não** oferecer disciplinas no formato EaD.

ANEXOS

ANEXO 1 - TABELA DE EQUIVALÊNCIA CURSOS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CAMPUS POSSIDÔNIO QUEIROZ/OEIRAS	CAMPUS ARISTON DIAS LIMA/ SÃO RAIMUNDO NONATO	CAMPUS PROF. ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA/P ARNAÍBA	CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO/ CAMPO MAIOR	CAMPUS JOSEFINA DEMES/ FLORIANO	CAMPUS CLÓVIS MOURA/TE RESINA	CAMPUS TORQUATO NETO/TERES INA
Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h	Sociologia da Educação - 60h
Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h	Filosofia da Educação - 60h
Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h	Psicologia da Educação - 60h
Política educacional e organização da educação básica - 60h	Política educacional e organização da educação básica - 60h	Política educacional e organização da educação básica - 60h	Política educacional e organização da educação básica - 60h	Política educacional e organização da educação básica - 60h	Política educacional e organização da educação básica - 60h	Política educacional e organização da educação básica - 60h

Didática - 60h	Didática - 60h	Didática - 60h	Didática - 60h	Didática - 60h	Didática - 60h	Didática - 60h
Metodologia do Ensino de História - 90h	Metodologia do Ensino de História - 90h	Metodologia do Ensino de História - 90h	Metodologia do Ensino de História - 90h	Metodologia do Ensino de História - 90h	Metodologia do Ensino de História - 90h	Metodologia do Ensino de História - 90h
Metodologia Científica - 60h	Metodologia da Pesquisa Histórica - 60h	Metodologia da Pesquisa Histórica - 60h	Metodologia Científica - 60h	Metodologia Científica - 60h	Metodologia Científica - 60h	Metodologia Científica - 60h
Ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena - 90h	Ensino de História afro-brasileira e indígena - 90h	História da Cultura afro-brasileira e indígena - 90h	Ensino de História afro-brasileira e indígena - 90h	Ensino de História afro-brasileira e indígena - 90h	História e cultura africana, afro-brasileira e indígena - 90h	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena - 90h
Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Ensino de H. e tecnologias educacionais - 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h
História. Educação Brasileira - 60h	História. Educação Brasileira - 60h	História da Educação - 60h	História da Educação - 60h	História da Educação Brasileira - 60h	História da Educação Brasileira - 60h	História da Educação - 60h

LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h
Optativa em Educação - 60h	Tópicos Especiais em Educação I - 60h	Tópico Especial em Educação I - 60h	Tópicos em educação - 60h	Tópicos Especiais em Educação I - 60h	Tópicos Especiais em Educação I - 60h	Tópicos Especiais em Educação I - 60h
Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisiona do Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionad o Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h
História Contemporânea I - 90h	História Contemporânea I - 90h	História Contemporânea I - 90h	História Contemporâ nea I - 90h	História Contemporânea I - 90h	História Contemporâne a I - 90h	História Contemporânea I - 90h
História Contemporânea II - 60h	História Contemporânea II - 60h	História Contemporânea II - 60h	História Contemporân ea II - 60h	História Contemporânea II - 60h	História Contemporâne a II - 60h	História Contemporânea II - 60h

História do Brasil I - 90h	História da América Portuguesa - 90h	História da América Portuguesa - 90h	História da América Portuguesa - 90h	História do Brasil I - 90h	História do Brasil Colonial - 90h	História da América Portuguesa - 90h
História do Tempo Presente – 90h	História do Brasil Republicano II - 90h	História do Brasil Republicano II - 90h	História do Brasil Republicano II - 90h	História do Brasil IV - 90h	História do Brasil Republicano II - 90h	História do Brasil contemporâneo - 90h
História da África - 60h	História da África - 60h	História da África - 60h	História da África - 60h	História da África - 60h	História da África - 60h	História e Historiografia da África - 60h
História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h
História da América II	História da América II	História da América II - 90h	História da América II - 90h	História da América II - 90h	História da América II - 90h	História da América II - 90h

- 90h	- 90h					
História do Piauí - 90h	História do Piauí I - 90h	História do Piauí I - 90h	História do Piauí I - 90h	História do Piauí I - 90h	História e Historiografia do Piauí I - 90h	História e historiografia do Piauí I - 90h
Teoria e Metodologia da História I - 90 h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h
Teoria e Metodologia da História II - 60h	Teorias e Metodologias da História I - 60 h	Teorias e Metodologias da História I - 60h	Teorias e Metodologias da História - 60h	Teorias e Metodologias da História I - 60h	Teoria e Metodologia da História I - 60h	Teoria e Metodologia da História I - 60 h
Teoria e Metodologia da História III - 60h	Teorias e Metodologias da História II - 60h	Teorias e Metodologias da História II - 60h	Teorias e Metodologias II -60h	Teorias e Metodologias da História II - 60h	Teoria e Metodologia da História II - 60h	Teoria e Metodologia da História II - 60h

TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h
TCC II - 60h	TCC II - 60 h	TCC II - 60 h	TCC II - 60h	TCC II - 60 H	TCC II - 60h	TCC II - 60 h
ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h

Quadro 11 – Síntese da Tabela de Equivalência

Carga Horária Total:	3.520 horas	100%
Carga Horária Equivalente:	2490 horas	70,7%

ANEXO 2 - REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Regulamenta, de acordo com 001/2021 do Núcleo Docente Estruturante e ata 002/2021 do Colegiado do Curso de Licenciatura em História de 29/11/2021, a estrutura de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Preâmbulo

Esse Regulamento estabelece, de acordo com a Resolução CEPEX Nº 003/2021, com o Projeto Pedagógico do Curso e com o Regimento Geral da UESPI, as normas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, campus Possidônio Queiroz, localizado no município de Oeiras.

O Trabalho de Conclusão de Curso se destina a proporcionar, aos/às acadêmicos/as, experiências com atividades de pesquisa relativas aos saberes históricos e/ou historiográficos, ensino de História e/ou temas correlatos e configura-se como um requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado/a em História.

Das disposições iniciais

Art. 1º O presente regulamento tem por objetivo central apresentar as normas do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que é uma disciplina que tem por objetivo o desenvolvimento de um trabalho acadêmico e científico pelo discente, individualmente, e apresentado em formato monográfico.

§1º A elaboração do TCC implica rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência e para a sociedade.

§2º A estrutura formal do TCC deve seguir os critérios estabelecidos no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UESPI, na normalização específica de cada curso e nas normas da ABNT.

Art. 2º O desenvolvimento e a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso têm como objetivo proporcionar ao/à discente uma formação completa, com o desenvolvimento de capacidades e ferramentas essenciais à prática da profissão de licenciado/a em História e possui como elementos:

I. Sistematizar e interpretar conhecimentos adquiridos ao longo do curso;

II. Familiarizar-se com a metodologia de pesquisa, seus procedimentos básicos, técnicas e normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;

III. Despertar o interesse pela pesquisa estimulando o espírito investigativo e a construção do conhecimento de forma individual e coletiva;

IV. Desenvolver habilidades de análise, interpretação, compreensão de fatos e fenômenos, de expressão oral e escrita que possibilitem a fundamentação de ideias e propostas;

V. Desenvolver a capacidade de aplicação de forma integrada dos conhecimentos durante a execução do trabalho científico;

VI. Propiciar a inter-relação de conteúdo das disciplinas estudadas com experiências cotidianas, dentro ou fora da instituição;

VII. Construir instrumentos intelectuais e teórico-metodológicos que permitam a atuação competente do/a licenciado/a em História como professor/a-pesquisador/a;

VII. Proporcionar ao/à licenciando/a as ferramentas necessárias para uma formação continuada autônoma e eficiente.

Do planejamento e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 3º Para realização do TCC, devem ser observadas as etapas estabelecidas pela estrutura curricular definida no Projeto Pedagógico do Curso:

I. Bloco V: Métodos e Técnicas da Pesquisa em História I. Nessa disciplina, o estudante deverá executar, sob orientação do/a professora da disciplina, a delimitação do tema de pesquisa, a definição do objeto de estudo e realizar levantamento de bibliografia e fontes.

§ 1º A delimitação do tema de pesquisa e a construção do objeto deverão ser realizadas dentro das possibilidades de orientação oferecidas pelo corpo docente do curso.

§ 2º Para os ingressantes dentro da vigência do Projeto Político Pedagógico de 2015, essa disciplina é nomeada Iniciação à Pesquisa em História, seguindo as mesmas especificações.

II. Bloco VI: Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II. Nessa disciplina, o/a estudante deverá construir o Projeto de Pesquisa em conformidade com as definições estabelecidas pelo docente da disciplina no Plano de Ensino; estabelecer um vínculo de orientação, por meio de formulário específico (anexo 1), com professores/as do quadro da UESPI, com titulação mínima de especialização, podendo o colegiado de curso aprovar nomes de professores de outras IES e/ou pesquisadores/as vinculados/as a Centros de Pesquisa. O estabelecimento do vínculo de orientação deverá ser realizado até a metade do andamento do

calendário semestral, com data a ser especificada pelo/a docente no Plano de Ensino da Disciplina.

§ 1º Conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso, o/a estudante só poderá matricular-se e cursar a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II se aprovado/a na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I, cumprindo o pré-requisito.

§ 2º Para os/as ingressantes dentro da vigência do Projeto Político Pedagógico de 2015, essa disciplina é nomeada Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, seguindo as mesmas especificações, incluindo o cumprimento de pré-requisito em relação Iniciação à Pesquisa em História.

§ 3º O estabelecimento do termo de compromisso de orientação entre discentes do curso de Licenciatura em História e pesquisador/a e/ou professor/a externo/a não gera vínculo empregatício ou direito de remuneração.

III. Bloco VII: Trabalho de Conclusão de Curso I. Nessa disciplina, o/a estudante, em diálogo com seu/sua orientador/a, deverá optar pela modalidade de TCC, sendo duas as opções: a) monografia clássica; b) artigo científico. A seguir os requisitos básicos para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I em cada uma das modalidades:

a) **Monografia clássica:** ao final do semestre deverá ser feita a entrega da estrutura lógica da monografia e o parecer assinado pelo/a orientador/a atestando a entrega do primeiro capítulo da monografia e de um fichamento preliminar das fontes. A estrutura lógica da monografia deverá conter: 1- capa com título, nome do/a estudantes e do/a orientador/a; 2- resumo e no mínimo 3 palavras-chave; 3- sumário; 4- descrição, em no mínimo uma lauda para cada capítulo, dos objetivos centrais e dos materiais (bibliografia e fontes) que serão utilizados; 5- Referências Bibliográficas (bibliografia e fontes). No meio do semestre, a estrutura lógica da monografia será submetida a um exame de qualificação, sendo comentado por um/a professor/a diferente do/a orientador/a.

b) **Artigo científico:** ao final do semestre, deverá ser entregue a estrutura lógica do artigo com uma síntese de cada tópico e um fichamento preliminar das fontes. A estrutura do artigo científico deve conter: 1- título, nome do/a estudante e do/a orientador; 2- resumo; 3- mínimo de três palavras-chave; 4- considerações iniciais; 5- tópicos estruturantes do artigo que contemplem o diálogo com a historiografia e análise das fontes à luz da problemática e do referencial teórico-metodológico; 6- considerações

finais; 7- referências bibliográficas (bibliografia e fontes). No meio do semestre, a estrutura lógica do artigo será submetida a um exame de qualificação, sendo comentada por um/a professor/a diferente do/a orientador/a.

§1º Conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso, o/a estudante só poderá matricular-se e cursar a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I se aprovado na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II, cumprindo o pré-requisito.

§ 2º Para os ingressantes dentro da vigência do Projeto Político Pedagógico de 2015, essa disciplina é nomeada Monografia I, seguindo as mesmas especificações, incluindo o pré-requisito em relação à disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História.

IV. Bloco VIII: Trabalho de Conclusão de Curso II. O/a discente deverá fazer entrega do trabalho final, no fim do semestre, acompanhado de declaração assinada pelo/a orientador/a atestando que está de acordo com a condução do trabalho para defesa.

§1º Conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso, o/a estudante só poderá matricular-se e cursar a disciplina de TCC II se aprovado na disciplina de TCC I, cumprindo o pré-requisito.

§ 2º Para os ingressantes dentro da vigência do Projeto Político Pedagógico de 2015, essa disciplina é nomeada Monografia II, seguindo as mesmas especificações, incluindo o cumprimento do pré-requisito de Monografia I.

Da estrutura funcional do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 4º A estrutura funcional do desenvolvimento do TCC será composta pelo Colegiado de Curso, Coordenador/a de Curso, Coordenador/a de TCC, professores/as de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I e II, Professores/as de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, Professor/a Orientador/a e Discente matriculado/a nas disciplinas relativas ao desenvolvimento do TCC:

§1º Colegiado de Curso e suas competências:

- I. Delimitar as áreas de conhecimento do TCC;
- II. Emitir parecer sobre o regulamento específico do TCC;
- III. Fixar prazos para a entrega dos projetos de TCC e apresentação final do TCC, obedecendo ao Calendário Acadêmico;
- IV. Aprovar a relação dos Professores(as)-orientadores(as);
- V. Referendar a composição das bancas examinadoras.

§2º Da Coordenação de Curso e suas competências:

I. Disponibilizar professores/as para orientação do TCC, no início de cada período letivo;

II. Tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias, cumprindo e fazendo cumprir, as normas específicas deste Regulamento; III. A solução aos casos especiais, podendo, se entender necessário, encaminhá-los para análise e decisão do Colegiado;

IV. Encaminhar para aprovação do Colegiado do Curso a relação dos/as professores/s orientadores/as e o número de alunos/as sob orientação;

V. Encaminhar para aprovação do Colegiado do Curso as sugestões dos/as docentes que comporão as bancas examinadoras;

VI. Decidir sobre atos, procedimentos e processos acadêmicos, em grau de recurso.

§3º Professor/a – Coordenador/a do Trabalho de Conclusão de Curso e suas competências:

I. As competências serão realizadas pelos/as professores/as responsáveis pelas disciplinas de TCC I e TCC II.

II. Orientar os/as alunos/as sobre a sistemática normativa do Trabalho de Conclusão de Curso;

III. Executar e/ou supervisionar as decisões administrativas e medida necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento e das deliberações do Colegiado de Curso;

IV. Sugerir à Coordenação do Curso medidas que visem ao aprimoramento das atividades do TCC;

V. Auxiliar a Coordenação do Curso nas reuniões com os Professores/as orientadores/as com vista à melhoria do processo do TCC.

VI. Divulgar as datas, horários e composição das bancas das defesas.

VII. Encaminhar para a Coordenação de Curso as atas das defesas com as devidas assinaturas;

VIII. Orientar os/as estudantes a respeito da data e procedimentos para a entrega da versão final do TCC.

§4º Os/as professores/as de Métodos e Técnicas de pesquisa em História I e II serão responsáveis pelo cumprimento das respectivas ementas estabelecidas no PPC e encaminhamento dos/as discentes matriculados/as para o cumprimento das atividades estabelecidas nos incisos I e II do Artigo 3º.

§5º O/a professor/a da disciplina de TCC I será responsável por organizar o exame de qualificação das estruturas lógicas das monografias ou artigos;

§6º O/a professor/ da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II será responsável

por coordenar o processo da composição das bancas examinadoras e definir o cronograma de apresentação do TCC, de acordo com as solicitações do/a orientador/a.

§7º Do/a Professor/a – Orientador/a e suas competências:

I. Frequentar as reuniões pertinentes ao TCC;

II. Orientar a elaboração do TCC em encontros periódicos, previamente agendados com o/a orientando/a;

III. Ler e acompanhar as versões preliminares e sugerir ao/à aluno/a refazer ou completar os itens que se fizerem necessários;

IV. Participar de bancas de qualificação e apresentação de TCC para as quais estiver designado/a;

V. Assinar e preencher, quando for o caso, os formulários de vínculo de orientação, de avaliação da disciplina de TCC I e de liberação para defesa em TCC II;

VI. Entregar ao Coordenador de TCC após a realização de cada banca examinadora todas as fichas de avaliação e a Ata assinadas pelos membros da banca;

VII. Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes ao TCC.

§8º Do/a estudante em fase de desenvolvimento e conclusão de TCC e suas competências:

I. Buscar, ativamente, por orientação para o desenvolvimento do TCC, de acordo com o definido no Art. 3º, Inciso II.

II. Frequentar as reuniões convocadas pelo/a Coordenador/a de Curso, pelo/a Professor/a-Coordenador/a do TCC ou pelo seu Orientador/a e/ou Coorientador/a (se houver) nos horários pré-estabelecidos;

III. Manter contatos, no mínimo mensais, com o/a Professor/a Orientador/a para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

IV. Cumprir os prazos estabelecidos pelo Colegiado de Curso, Coordenador/a de Curso ou Coordenador/a do TCC, para entrega de projetos, relatórios parciais e a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso;

V. Elaborar o projeto de pesquisa e a versão final do TCC de acordo com orientações dos/as professores/as das disciplinas correspondentes, do/a Orientador/a e as normas estabelecidas neste Regulamento.

VI. Submeter o TCC à avaliação prévia do/a Professor/a Orientador/a visando a obter deste/a as devidas correções e/ou sugestões;

VII. Assinar e preencher, quando for o caso, os formulários de vínculo de orientação, de avaliação da disciplina de Monografia I e de liberação para defesa em Monografia II;

VIII. Comparecer no dia, hora e local determinados para apresentação e/ou defesa da versão final do TCC, conforme a sistemática de apresentação definida pelo curso.

Das fases avaliativas e da banca examinadora

Art. 5º Nas disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I e II e TCC I, serão aprovados/as os/as discentes que alcançarem média 7,0 na avaliação do cumprimento dos elementos requisitados de acordo com Art. 3º, Incisos I, II e III.

§1º Nas disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II, a avaliação será realizada pelos/as respectivos docentes das disciplinas.

I- O/A discente que tiver direito ao exame final nas disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II, deverá apresentar em data definida pelo/a docente da disciplina, de acordo com os prazos definidos no Regimento Geral e calendário acadêmico, novas versões das atividades avaliadas como insuficientes no decorrer do semestre, contemplando a delimitação do tema e a construção do objeto de pesquisa, levantamento de bibliografia pertinente, levantamento de fontes e construção do projeto de pesquisa, de acordo com a disciplina em questão.

§2º Na disciplina de TCC I, a avaliação será feita pelo professor/a-orientador/a e repassada ao/à professor/a da disciplina por meio de ficha avaliativa (Anexo 3) atestando o cumprimento da fase de qualificação da estrutura lógica da monografia ou do artigo, elaboração do primeiro capítulo e fichamento preliminar das fontes, conforme Art. 3º, Inciso III.

II. O discente que tiver direito ao exame final na disciplina de TCC I terá de apresentar na data estipulada pela/o professor/a da disciplina, de acordo com os prazos definidos no Regimento Geral e no calendário acadêmico, o parecer assinado pelo/a orientador/a atestando que qualificou a estrutura lógica e concluiu o primeiro capítulo da monografia.

Art. 6º A aprovação na disciplina de TCC II fica condicionada à aprovação na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, mediante avaliação da Banca Examinadora.

Parágrafo único: nos casos que o/a estudante atingir a nota regimentalmente definida para o direito de exame final, serão seguidos os procedimentos definidos no §2º do Art. 11.

Art. 7º A banca examinadora será constituída pelo Professor(a) orientador(a) presidente da mesma e outros dois/duas professores/as da UESPI, admitindo-se, em casos especiais, a composição da banca por apenas dois membros.

Parágrafo único - A critério da coordenação do TCC poderá integrar a Banca

Examinadora docente de outra instituição ou profissional considerado/a autoridade na temática do TCC a ser avaliado.

Art. 8º O/A professor/a coordenador/a do TCC somente marcará a apresentação do trabalho após a aprovação do mesmo pelo Professor(a)-orientador(a).

Parágrafo único - A data, a hora e o local de apresentação do TCC serão definidos conforme a disponibilidade dos/as participantes da banca.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser entregue, em três vias, ao/a professor/a-coordenador/a do TCC, para ser repassado aos membros da banca examinadora, em até 15 dias antes da data marcada para a apresentação do trabalho.

Art. 10 O/a aluno/a disporá do tempo mínimo de 20 minutos e no máximo de 30 minutos para apresentação do TCC. Após a apresentação, cada membro/a da banca terá até 30 minutos para arguições. Posteriormente, o/a aluno/a deverá responder aos questionamentos e/ou considerar as sugestões da Banca Examinadora.

Art. 11 Os Membros da Banca Examinadora, não incluindo o orientador, devem atribuir nota de avaliação, de zero a dez, ao Trabalho de Conclusão de Curso, levando em consideração:

I. Trabalho escrito: 80% do total da nota

a) Apresentação (até 1,5 pontos): apresenta recorte temporal, espacial e contextualiza o tema, a justificativa apresenta a relevância do trabalho para a área; apresenta a problemática e questões da pesquisa, apresenta os objetivos (geral e específicos) que foram traçados para desenvolver o TCC;

b) Referencial teórico e diálogo com bibliografia especializada (até 1,5 pontos): apresenta os elementos teóricos de base da área do conhecimento investigada, bem como a definição dos termos, conceitos e estado da arte pertinentes ao referido campo do TCC;

c) Fontes e metodologia (2,0): apresenta adequadamente a metodologia utilizada para coleta e análise do corpo de fontes utilizado. Faz uma análise sólida e coerente das fontes utilizadas e demonstra domínio das ferramentas metodológicas apresentadas;

d) Argumentação e conclusões (até 2,0 pontos): apresenta argumentação coerente com as análises possibilitadas pelas fontes. A argumentação apresentada responde à problemática levantada na Introdução do trabalho. A conclusão do trabalho amarra os argumentos levantados, fecha adequadamente a problemática levantada e aponta as contribuições alcançadas para o campo de estudos;

e) Normas da ABNT e escrita (até 1,0 ponto): o trabalho segue adequadamente as normas da ABNT. A escrita do texto cumpre com os padrões ortográficos e gramaticais da língua portuguesa e apresenta boa estrutura redacional.

II. Apresentação oral: 20% do total da nota.

a) Estruturação e ordenação do conteúdo da apresentação (até 0,5 ponto); b) Clareza e fluência na exposição das ideias (até 0,5 ponto);

c) Domínio acerca do tema desenvolvido (até 1,0 ponto).

§1º - Será considerado/a aprovado/a, no Trabalho de Conclusão de Curso, o/a aluno/a que obtiver média aritmética, das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora, igual ou superior a 7,0, conforme estabelecido no Regime Geral da UESPI.

§2º - Se, no dia da apresentação do TCC, a Banca Examinadora considerar que o trabalho necessita de melhorias, poderá sugerir que o/a aluno/a o apresente posteriormente, em prazo de 30 dias, cumprindo com as solicitações feitas pela Banca.

Art. 12 – Em até 15 dias após aprovação da banca, o/a aluno/a deverá realizar as correções sugeridas pela Banca examinadora e entregar um exemplar do Trabalho de Conclusão de Curso à Coordenação do curso, acompanhada de uma cópia em formato digital, sendo esta, uma exigência para a diplomação do/a aluno/a.

Art. 13 – O/A aluno/a que não entregar o TCC ao/à Professor/a-orientador/a, no prazo por ele estabelecido, ou não comparecer para sua defesa oral na data marcada, ou não entregar a versão final com as adequações solicitadas pela banca está reprovado/a na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Dos compromissos éticos na construção e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 14- identificada e comprovada a prática de plágio ou confecção do Trabalho de Conclusão de Curso por terceiros, ainda que após a realização da Banca de Defesa, o trabalho estará, automaticamente, reprovado e serão encaminhadas as providências regimentais adequadas.

I - A responsabilidade pelo uso adequado das práticas que previnem a configuração de plágio (indicadas no Art. 1º, Inciso II) e as consequências pelo desrespeito a essas práticas são, exclusivamente, do discente. Para instruções sobre as definições de plágio e práticas de prevenção, consulte o anexo VIII deste Regulamento.

II - Trabalhos que tenham incidência de plágio identificados durante processo de orientação não serão encaminhados para a banca de defesa.

Art. 15 – Compete ao/à discente, quando pertinente, viabilizar e cumprir as designações de termos de consentimento livre e esclarecido e cessão de direitos para o uso de entrevistas,

imagens e outros documentos, de qualquer natureza, quando estes não são de domínio público.

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ - OEIRAS/PI
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Anexo I: Termo de Compromisso de Orientação de TCC

Declaro, para os devidos fins, que o(a) estudante abaixo relacionado(a) será por mim orientado(a) no desenvolvimento da disciplina de TCC I, ao longo do semestre _____, desde que devidamente aprovado(a) na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II e matriculado(a) na disciplina de TCC I. Por meio de assinatura, o(a) estudante declara conhecimento do presente documento.

Nome do(a) docente orientador(a):

Titulação:

Instituição de Ensino Superior:

Assinatura do docente orientador(a)

Nome do(a) estudante:

Número da matrícula:

Título do trabalho:

Assinatura do(a) estudante orientado(a)

Oeiras, ____ de _____ de 20 ____.

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ - OEIRAS/PI
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Anexo II: Termo de Orientação de TCC

Declaro, para os devidos fins, que o(a) estudante abaixo relacionado(a) é por mim orientado(a) no desenvolvimento do TCC, ao longo dos semestres _____ e _____. Por meio de assinatura, o(a) estudante declara conhecimento do presente documento.

Nome do(a) docente orientador(a):

Titulação:

Instituição de Ensino Superior:

Assinatura do docente orientador(a)

Nome do(a) estudante:

Número da matrícula:

Título do trabalho:

Assinatura do(a) estudante orientado(a)

Oeiras, ____ de _____ de 20 ____.

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ - OEIRAS/PI
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Anexo III: Modelo de Formatação do TCC em formato de Artigo

**TÍTULO DO TEXTO: TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12, MAIÚSCULO,
NEGRITO, CENTRALIZADO**

Nome do/a discente
Nome do/a docente orientador/a

Resumo: 15 a 20 linhas, espaçamento simples, justificado, fonte Times New Roman 10.

Palavras-chave: 3 a 5 palavras-chave, separadas por ponto e vírgula.

Corpo do texto: texto justificado, espaçamento um e meio, fonte Times New Roman, tamanho 12.

Estrutura do texto: entre 20 e 30 páginas: apresentação, desenvolvimento e considerações finais.

Notas de rodapé: no fim da página.

Citações: citações com mais de três linhas recuadas em 4 cm, fonte tamanho 10, espaçamento simples, sem aspas. Referência (AUTORA, data, p.). Citações de até três linhas no corpo do texto, entre aspas, referência (AUTORA, data, p.).

Referências bibliográficas: de acordo com o padrão ABNT.

Agradecimentos: até uma lauda, no final do artigo (depois das referências bibliográficas).

Obs.: Para maiores informações, consulte o Manual de Normas da ABNT em:
<https://www.normasabnt.org/>

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ - OEIRAS/PI
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Anexo IV – Ficha de Avaliação de TCC I

FICHA DE AVALIAÇÃO DISCIPLINA DE TCC I

Eu, _____, na condição de orientador(a) do trabalho de monografia desenvolvido por _____, declaro que o/a mesmo/a:

[☐] Cumpru os requisitos exigidos e encontra-se apto(a) a ser aprovado(a) na disciplina de TCC I.

NOTA: _

[☐] Não cumpriu os requisitos exigidos e não encontra-se apto(a) a ser aprovado(a) na disciplina de TCC I.

NOTA:

Assinatura do/a orientador/a

Assinatura do/a estudante

Oeiras, de ____ de 202__.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ - OEIRAS/PI CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Anexo V – Ficha de avaliação para defesa
Ficha de avaliação
final do Trabalho de Conclusão de Curso

Estudante:

Título:

Orientador/a:

Avaliador/a 1:

Avaliador/a 2:

Texto (0 a 8 pontos)	Apresentação (até 1,5): recorte temporal, espacial, tema, justificativa, problemática, objetivos.	
	Referencial teórico (até 1,5): conceitos e bibliografia pertinente utilizados.	
	Fontes e metodologia (até 2): adequação da metodologia empregada às fontes utilizadas.	
	Argumentação e conclusões (até 2): análise das fontes e conclusões apresentadas.	
	Normas da ABNT e escrita (até 1): adequação às normas do trabalho acadêmico gramaticais.	
Apresentação (0 a 2)	Estruturação e ordenação do conteúdo da apresentação (até 0,5).	
	Clareza e fluência na exposição das ideias (até 0,5)	
	Domínio acerca do tema desenvolvido (até 1).	
Nota Final		

Professor/a Avaliador/a:

Oeiras, de ____ de 20__

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ - OEIRAS/PI
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Anexo VI

**ATA DE APRESENTAÇÃO TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos ____ dias do mês de _____ de 20____, às _____ horas, no curso de História do campus Possidônio Queiróz/Oeiras na presença da banca examinadora, presidida pela professora _____ e composta pelos seguintes membros: 1) _____ e 2) _____, o/a aluno/a _____ apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História como elemento curricular indispensável à Colação de Grau, tendo como título: _____.

A Banca Examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado _____ com nota _____ formalmente divulgado ao aluno e aos demais participantes, e eu, professora _____ na qualidade de orientadora do trabalho, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora, pela/o aluna/o autor/a do trabalho.

Observações:

Presidente da Banca

Avaliador/a 1

Avaliador/a 2

Estudante

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ - OEIRAS/PI CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Anexo VII – Requerimento de troca de orientação

Ao Colegiado do Curso de Licenciatura em História do campus Possidônio Queiroz da Universidade Estadual do Piauí,

Eu, _____matrícula nº _____, venho, por meio deste, solicitar mudança de orientação do(a) Professor(a) _____pelo(s) seguinte(s) motivo(s):

Nestes termos, aguardo deferimento.

Oeiras, _____de _____ de 20____

Assinatura do/a estudante requerente

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ - OEIRAS/PI CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Anexo VIII: Instruções de prevenção de plágio

A História, enquanto disciplina acadêmica, pressupõe um conjunto de regras e procedimentos que devem ser seguidos, incluindo formas de citar outras pesquisas adequadamente e não incorrer em plágio². Como forma de facilitar o conhecimento de tais elementos, organizamos um pequeno texto que pode ser utilizado como manual. Para mais informações, busque o manual de normas acadêmicas da ABNT.³

Considerações sobre o plágio

De acordo com o Dicionário Significados plágio acontece: “quando alguém copia um conteúdo produzido por outra pessoa sem apresentar a fonte original, isto é, assumindo que a autoria da obra é sua.”⁴

Ou seja, o ato de copiar, sem o crédito ao/a autor/a. Pode ocorrer nas modalidades direta (quando a cópia é integral) ou indireta (quando são trocadas algumas palavras).

É uma ação também prevista em lei:

Lei 9.610/98: “Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências”.

Regula os chamados **direitos autorais**: de criação.

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas; [...]

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais: [...]

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra; [...]

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar

² Material produzido pelas professoras de Metodologia Científica (Débora Strieder Kreuz) e Métodos e Técnicas de Pesquisa em História (Diná Schmidt).

³ <https://www.normasabnt.org/>.

⁴ Disponível em: <https://www.significados.com.br/plagio/>. Acesso em: 22/06/21.

de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgá-lhes a identidade da seguinte forma: [...] (BRASIL, Lei 9.610/98)⁵

Código penal

"Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa."⁶

A Associação Nacional de História (ANPUH) e o plágio: em maio de 2015, junto ao Encontro Nacional de História, publicizou uma carta com seus princípios éticos e, entre os princípios gerais de orientação à comunidade historiadora, encontramos o seguinte⁷:

O uso responsável das fontes e das contribuições dos outros pesquisadores é o caminho indicado para evitar o plágio. Isso implica em explicitar os procedimentos de seleção e pesquisa das fontes, tornando possível que outros interessados refaçam o mesmo caminho de busca e, ao mesmo tempo, em dar os devidos créditos às contribuições de outros pesquisadores. Daí a obrigatoriedade do uso de marcas (como aspas, citações, referências bibliográficas) que distingam a narrativa do pesquisador daquela dos que o antecederam e que esteja sendo apropriada, na forma de conceitos, interpretações, dados analisados ou mesmo dados brutos. Esse cuidado se estende a citações de trabalhos do próprio autor, que precisam ser igualmente identificadas. (ANPUH, 2015).

Ou seja, além de uma ação penalizada no âmbito civil e criminal, o plágio é uma atitude antiética, ferindo ainda a credibilidade da produção de conhecimento científico, como lembram Diniz e Munhoz (2011). A prática de plágio prejudica, ainda, a formação de um profissional de qualidade, ao burlar o processo de aprendizado e amadurecimento na execução do ofício.

Cabe lembrar, também, que o plágio pode ocorrer em dois formatos, de acordo com Diniz e Munhoz (2011, p. 20), ambos a ser evitados:

- **Plágio por cópia literal:** quando o texto –ou textos- é copiado e colado, tal qual seu original, ocultando a autoria verdadeira, e assumindo como próprio;
- **Plágio por pastiche:** quando o plagiador busca fazer alterações, de menor ou maior impacto, para dissimular a cópia, mas o significado das informações, ideias, conceitos e etc. são de autoria de outro(s). Nesses casos, pode ocorrer ainda a bricolagem de ideias e informações de diferentes origens para

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 22/06/21.

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 22/06/21.

⁷ A carta completa pode ser encontrada em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/2902-carta-de-principios-eticos-anpuh-brasil>.

dissimular o plágio.

Considerações sobre o diálogo com a bibliografia no processo de escrita

- Toda pesquisa desenvolvida e texto escrito devem mapear o conjunto de produção sobre o Tema dentro do campo;
- Autores e textos que influenciam o desenvolvimento de pesquisas e a escrita de textos devem ser rigorosamente referenciados por duas questões centrais:
 - Para avaliar a credibilidade das informações/ideias;
 - Para dar o crédito devido ao autor/a original que empreendeu o trabalho criativo.
- Se for um texto que publiciza um trabalho de pesquisa, a escrita deve ser predominantemente de criação original (caso do Projeto de Pesquisa e TCC);
- As referências e citações têm a função de reconhecer o trabalho acumulado dentro do campo e as contribuições que deram ao desenvolvimento da pesquisa/texto em questão, mas devem ser usadas com parcimônia e rigor ético e técnico;
- A **citação direta**, que reproduz literalmente o texto que se deseja citar, deve ser usada:
 - Apenas para argumentos centrais e que seriam difíceis de parafrasear sem perder seu valor fundamental. O uso deve ser minimalista (DINIZ;MUNHOZ, 2011, p. 17);
 - Pode ser usada em uma relação de concordância ou discordância com o autor, mas sempre com plena fidelidade ao original (Ibidem);
 - A função da citação deve ser apresentada no corpo do texto, indicando os termos do diálogo com o/a autor/a citado/a;
 - As regras de citação direta devem ser estritamente cumpridas de acordo com a ABNT, sob pena de caracterizar plágio.

Como fazer citações diretas:

Direta: quando o texto é utilizado literalmente. Pode ser curta (até 3 linhas) ou longa (mais de 3 linhas).

Até 3 linhas: permanece no corpo do texto. Exemplo:

De acordo com Candau: “[...] é sempre uma inscrição no futuro que caracteriza o ativismo memorial.” (CANDAU, 2012, p. 863).

Mais de 3 linhas: recuo de 4 cm, letra tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Exemplo:

Segundo Denise Rollemberg:

Os *banidos* não recebiam passaporte. A partir de então, o Estado brasileiro os queria 'apátridas'. No entanto a Convenção de Genebra, que estabelece critérios para a concessão do estatuto de refugiado, não reconhece a condição de apátrida, salvo em casos excepcionais, onde não é possível, em nenhuma hipótese, atribuir-se uma nacionalidade ao refugiado. Os *trocados* através dos seqüestros, apesar das intenções da ditadura, mantinham a nacionalidade ante a comunidade signatária da Convenção. (ROLLEMBERG, 1999, p.76)

- **Citação indireta:** quando você parafraseia o/a autor/a que produziu originalmente a informação, ideia, conceito, teoria ou metodologia. Suas palavras substituem a redação do/a autor/a original.
 - O sentido original empregado pelo/a autor/a não deve, sob nenhuma hipótese ou justificativa, ser deturpado pela paráfrase (DINIZ;MUNHOZ, 2011, p.18).
 - A referência da origem deve ser estritamente aplicada, conforme ABNT, sob pena de incorrer em plágio;

Como fazer citações indiretas: quando o/a autor/a do texto se utiliza das ideias de outrem e as expressa com suas palavras. Duas são as formas:

Como mencionou Portelli (1989) o ato de narrar o passado possui um objetivo de futuro.

O ato de narrar o passado possui um objetivo de futuro (PORTELLI, 1989).

Normas para Referências: bibliografia utilizada para a escrita do trabalho

Livro com um autor: SOBRENOME, nome. Título da obra. Local de publicação: editora, ano. Exemplo:

LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

Dois autores: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sílvia; (orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

- Essa regra vale para livros com até 3 autores.

Livro com mais de três autores: SOBRENOME, Nome. et al. Título. Local de publicação: editora, ano.

Capítulo de livro:

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; ARTURI, Carlos S. O exílio enquanto um mecanismo de exclusão política durante o regime militar no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur;

RUBERT, Silvania (orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 155-169.

Artigo:

SOBRENOME, nome. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253- 270, dez. 2007.

Artigos na internet:

SOBRENOME, Nome. Título. Nome do site, ano. Disponível em: (link). Acesso em: (data).

BENEDETTI, Mario. El “desexílio”. El país. 18/04/83. Disponível em: https://elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html. Acesso em: 15/11/20.

Práticas construtivas no aprendizado de escrita e diálogo com a bibliografia:

- Realização de fichamento de qualidade da bibliografia lida para manter controle sobre as influências no desenvolvimento da pesquisa e da escrita;
- Fichamentos podem ser feitos por meio de citação ou paráfrase, mas a referência e a localização das páginas devem ser rigorosas nos dois formatos;
- Em caso de dúvidas sobre o significado original do que foi parafraseado ou do contexto do que foi fichado, volte ao texto original integral;
- Não misture, no fichamento, o pensamento original do/a autor/a, literal ou parafraseado, com suas interpretações/ideias. Mantenha estratégia de registros que permita diferenciar seu pensamento dos/as autores/as lidos;
- Na escrita do texto, não deixe referências de citações para serem formatadas ou inseridas depois, tanto em citações diretas como indiretas;
- Sempre que usar textos citados por terceiros, busque o original e faça uso adequado de citação e referência. Se não conseguir obter acesso ao original faça uso adequado do “apud”;
- Antes de entregar seu texto, faça uma revisão criteriosa do uso adequado de citações e referências.

Referências Bibliográficas:

BENEDETTI, Mario. El “desexílio”. El país. 18/04/83. Disponível em: https://elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html. Acesso em: 15/11/20.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253- 270, dez. 2007.

DINIZ, Debora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. Cópia e pastiche: o plágio na comunicação científica. Argumentum, Vitória (ES), n.3, v. 1, p.11-28, jan./jun. 2011.

GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania; (orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; ARTURI, Carlos S. O exílio enquanto um mecanismo de exclusão política durante o regime militar no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 155-169.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História, São Paulo, nº 14, p.25-39, fev/1997.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Sites consultados:

<https://www.normasabnt.org/>

<https://www.significados.com.br/plagio/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/2902-carta-de-principios-eticos-anpuh-brasil>

https://elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html

ANEXO 3 - REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DA LICENCIATURA HISTÓRIA

Regulamenta, de acordo com ata da Reunião Extraordinária do Colegiado de História de 19/06/2019, a carga horária e as atividades de Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus de Oeiras.

Modificações aprovadas na Reunião do Colegiado de História de 29/11/2021, a carga horária e as atividades de Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus de Oeiras.

● Capítulo I - Da Constituição, Finalidade e Caracterização

Art. 1 - Em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de História e com o Regimento da UESPI, *campus* de Oeiras, o presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com as disciplinas curriculares de Estágio Curricular Supervisionado.

Parágrafo Único – Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UESPI, Campus Possidônio Queiroz, Oeiras-Piauí, que define a estrutura curricular do curso, o Estágio Curricular Supervisionado compreende 3 (três) disciplinas totalizando 400 horas:

- a) Estágio Curricular Supervisionado I (150 horas).
- b) Estágio Curricular Supervisionado II (150 horas).
- c) Estágio Curricular Supervisionado III (100 horas).

Art. 2 - Para os fins do disposto neste Regulamento, consideram-se como Estágios Curriculares Supervisionados as atividades programadas (planejamento, observação, intervenção e relatório), orientadas e avaliadas. Para realização das atividades programadas os/as discentes precisam estar oficialmente matriculados/as nas disciplinas indicadas no artigo anterior.

Art. 3 - O Estágio Curricular Supervisionado visa:

- a) Introduzir o/a discente estagiário/a no contexto profissional específico, por meio de atividades práticas em instituições de Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos;
- b) Capacitar o/a discente estagiário/a na execução de atividades práticas escolares;
- c) Desenvolver o aspecto integrador do ensino, com vista à consolidação do caráter interdisciplinar próprio da prática docente e das práticas educativas;
- d) Desenvolver habilidades e responsabilidades profissionais no exercício da docência e da educação histórica;
- e) Contribuir para formação humana e ética do futuro docente

● Capítulo II Disposições Preliminares

Art. 4 - A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em História contará com uma carga horária obrigatória de 400 (quatrocentas) horas, sendo distribuída da seguinte forma: Estágio Curricular Supervisionado I com 150 (cento e cinquenta) horas no sexto semestre letivo; Estágio Curricular Supervisionado II com 150 (cento e cinquenta) horas no sétimo semestre letivo; Estágio Curricular Supervisionado III com 100 (cem) horas no oitavo semestre letivo.

Art. 5 - O Estágio Curricular Supervisionado no curso de História é obrigatório para discentes matriculados/as no, sexto, sétimo e oitavo semestres letivos, devendo ser cumprido nas escolas de Ensino Fundamental, Médio e de Educação de Jovens e Adultos da rede pública e/ou privada conveniada. A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado I deve ser cursada obrigatoriamente antes daquela que lhe é subsequente, a saber: Estágio Curricular Supervisionado II. A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II deve ser cursada obrigatoriamente antes daquela que lhe é subsequente, a saber: Estágio Curricular Supervisionado III.

Art. 6 - O período para a realização do Estágio Curricular Supervisionado deverá acompanhar o calendário escolar da instituição onde se realizarão os estágios.

Art. 7 – O Estágio Curricular Supervisionado será realizado em horários em que o/a discente não esteja matriculado/a em nenhuma disciplina.

Capítulo III - Das atividades

Art. 8 - O acompanhamento das atividades de estágio deverá ser feito de maneira contínua e permanente no Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos.

I - Entende-se por atividades práticas, atividades educativas com intenção de formação desenvolvida na escola, em sala de aula e/ou em outros espaços da escola;

II - O acompanhamento das atividades de observação e regência serão registradas na ficha de execução anexa.

III - A ficha de execução tem 2 (dois) modelos, nos quais serão registrados os encontros com o/a docente responsável pela disciplina e as ações realizadas na escola.

Art. 9 - O planejamento das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado no início do ano letivo, sob a coordenação do/a docente responsável pela disciplina.

Art. 10 - As atividades e distribuição da carga horária propostas para as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado contabilizam 400 horas que enfoquem o planejamento, a observação a regência e a avaliação.

Art.11. Das atividades de estágio no 6º, 7º e 8º semestre, para fins de participação, a totalização da carga horária será computada como somatório das atividades supracitadas.

• Capítulo IV - Das Competências

• Do/a discente estagiário/a

Art. 12 - Compete ao/à discente estagiário/a:

I - Observar as disposições deste regulamento, do Regimento Geral da UESPI, bem como as normas das instituições em que o Estágio Curricular Supervisionado será realizado;

II- Comparecer ao Estágio Curricular Supervisionado assídua e pontualmente, de acordo com o cronograma estabelecido com o/a docente responsável pela disciplina e com o/a professor/a da escola;

III- Manter a interação com docentes da área, observando os princípios da ética profissional;

IV - Zelar pela manutenção dos materiais, equipamentos e instrumentos utilizados no estágio;

V- Comparecer a todas as reuniões e discussões programadas durante o estágio ou quando for individualmente convocado/a;

VI - Cumprir as atividades propostas para o desenvolvimento do estágio;

VII - Planejar as atividades de estágio que serão realizadas dentro da instituição concedente e submetê-las a aprovação do/a docente responsável pela disciplina antes da aplicação das mesmas nos locais de estágios;

VIII - Caso haja necessidade de faltar às atividades referentes ao estágio, o/a estagiário/a deverá avisar com antecedência o/a docente responsável pela disciplina, bem como o/a responsável pela Instituição concedente.

IX - Apresentar, conforme apontado anteriormente, a ficha de execução de estágio regularmente preenchida a cada encontro com o/a docente responsável pela disciplina, requisitando-lhe endosso da atividade registrada.

X - Preencher a documentação de Estágio Curricular Supervisionado e entregá-la ao/à docente responsável pela disciplina antes do início das atividades no estabelecimento de ensino.

A Ficha de Inscrição de Estágio Curricular Supervisionado;

B. Folha de Frequência;

C. Plano de Estágio Curricular Supervisionado;

D. Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado;

E. Ofício de Encaminhamento

XI - O não cumprimento de um dos requisitos acima implica na reprovação nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado.

Do/a Docente Responsável pela Disciplina:

Art. 13 - Compete ao/à docente Responsável pela Disciplina:

I - Observar as disposições deste regulamento, do Regimento Geral da UESPI, bem como conhecer as normas das instituições que se constituem em campo de estágio;

II - Planejar, supervisionar e orientar a execução das tarefas a serem desenvolvidas pelo/a discente orientado/a, conforme as normas dessa instituição e da escola em que o/a discente estagiará;

III - Controlar a assiduidade e a pontualidade do/a discente estagiário/a de acordo com o cronograma de trabalho, verificada a ficha de frequência;

IV - Conceder dispensa ao/à discente estagiário/a somente em casos previstos em lei, devendo registrar o ocorrido e, em casos especiais, encaminhar o pedido de dispensa ao Colegiado do curso para apreciação;

V - Fornecer subsídios historiográficos, didáticos e teórico-metodológicos para o bom desempenho do/a discente estagiário/a;

VI - Coordenar a elaboração das instruções para a produção do Relatório de Estágio Curricular Supervisionado;

VII - Estabelecer contatos com os/as dirigentes das instituições ou escolas que oferecem vagas para realização de estágio;

VII - Acompanhar, periodicamente, o desenvolvimento do estágio junto ao estabelecimento de ensino;

IX - Encaminhar, juntamente com a coordenação de curso, as soluções para os problemas que possam impedir o início, o andamento ou a conclusão do estágio;

X - Tratar dos assuntos relacionados ao estágio, junto ao Colegiado do Curso quando necessário.

XI - Demandar e acompanhar o correto preenchimento da documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado, encaminhando-a para a Coordenação de curso para o devido arquivamento.

Da Coordenação do Curso

Art. 14 - Compete à Coordenação do curso:

I- Auxiliar na resolução de problemas oriundos de estágio, relacionados com docentes responsáveis pela disciplina, instituições e discentes estagiários/as.

Do Encaminhamento

Art. 15 - O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em instituições de ensino públicas (esferas Federal, Estadual e Municipal) e particulares, e será realizado sob a supervisão de um/a docente responsável pela disciplina.

Capítulo V: Da Conclusão do Estágio Curricular Supervisionado

Art. 16 - A conclusão do Estágio Curricular Supervisionado dar-se-á com o cômputo da presença do/a discente às atividades regulares em 100% e com a obtenção de 70% de aproveitamento de média final com relação às atividades bimestrais programadas.

Art. 17 - As avaliações e relatórios no decorrer de cada semestre devem conter todas as informações que permitam ao/à docente da disciplina avaliar o rendimento alcançado pelo/a discente no decorrer do estágio.

Art. 18 - Os relatórios de que trata o presente regulamento deverão ser preenchidos em formulário próprio. O relatório deve conter, obrigatoriamente, cópia da documentação de estágio.

Parágrafo Único – O relatório deverá ser entregue em cópia física e/ou cópia digital.

Capítulo VI: Da Avaliação Final do Rendimento do/a Estagiário/a

Art. 19 - A avaliação será contínua e cumulativa.

I- Serão mencionadas notas de 0 (zero) a 10 (dez).

II- As notas serão atribuídas pelo/a professor/a da disciplina.

III- A nota mínima para aprovação no Estágio Curricular Supervisionado é 7,0 (sete).

Art. 20 – Em conformidade com o artigo 70 do Regimento Geral da UESPI, fica assegurado ao/à discente o direito de requerer do Colegiado de Curso, no prazo de até 3 (três) dias úteis após a publicação dos resultados em edital, revisão de sua nota final, não cabendo revisão de desempenho acadêmico.

● Capítulo VII: Das Disposições Gerais

Art. 21 - Este regulamento está sujeito às demais normas existentes na UESPI, bem como poderá sofrer alterações quando ocorrerem modificações em sua legislação interna.

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, respeitando a legislação vigente.